

BIBLIOTECA NACIONAL
COLEÇÃO RODOLFO GARCIA

CELSO DE MAGALHÃES

A POESIA POPULAR
BRASILEIRA

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO

R5 60,0
CL

U563339425

A POESIA POPULAR
BRASILEIRA

As Seg. Leuz Beltrão
homemagem cordial de
Mendes do Nascimento
/ 11/1/73

209

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ministro de Estado

SENADOR JARBAS GONÇALVES PASSARINHO

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS

Diretor

RENATO SOEIRO

BIBLIOTECA NACIONAL

Diretor

JANNICE DE MELLO MONTE-MÓR

DIVISÃO DE
PUBLICAÇÕES E
DIVULGAÇÃO

Chefe — Wilson Lousada

Seção de Publicações

Chefe — Nellie Figueira

Seção de Exposições

Chefe — Ilda Centeno
de Oliveira

Seção de Ecdótica

Chefe — Maria Filguei-
ras Gonçalves

BIBLIOTECA NACIONAL

COLEÇÃO RODOLFO GARCIA

CELSO DE MAGALHÃES

A POESIA POPULAR
BRASILEIRA

Introdução e notas de
BRAULIO DO NASCIMENTO

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO

Rio de Janeiro — 1973

APRESENTAÇÃO

Com este livro, que comprova e relembra o incontestado pioneirismo de Celso de Magalhães no estudo e pesquisa da poesia tradicional no Brasil, a Biblioteca Nacional comemora o centenário desse acontecimento (1873/1973), que se acha inscrito nas páginas envelhecidas e remotas do jornal "O Trabalho", que circulou no Recife à época em que a cidade era um dos centros mais importantes e dinâmicos da cultura brasileira no século passado. "O Trabalho", no entanto, teve vida efêmera, nascendo e morrendo no mesmo ano, pois circulou, ao que parece, apenas de abril a setembro de 1873, sob a direção de Antônio de Sousa Pinto e Generino dos Santos, sendo impresso na Tipografia Mercantil. Sua vida curta, aliás, não foi exceção, pois boa parte da nossa imprensa no século passado sofria do mesmo mal, quer na Corte quer nas províncias, fossem estas prósperas ou atrasadas, economicamente sólidas ou em decadência e estagnação.

Celso de Magalhães, nascido em Penalva, Maranhão, a 11 de novembro de 1849, faleceu em São Luís a 9 de junho de 1879. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, formou-se em 1873, ano em que também redigiu e publicou os estudos agora reunidos neste volume, primeira tentativa conseqüente de sistematização do nosso romanceiro tradicional, analisado em suas raízes ibéricas de além-mar, de onde naturalmente proveio com a descoberta e a colonização.

Contemporâneo de Sílvio Romero na Faculdade de Direito, Celso de Magalhães colaborou ativamente na imprensa do Recife e São Luís, tendo sido inclusive redator do semanário "Lábaro", de crítica e literatura, fundado na primeira daquelas cidades em abril de 1873 e desaparecido em maio do mesmo ano, com apenas 5 números impressos na Tipografia do Comércio.

Celso participou assim, com intensidade, da vida intelectual da província, em que já então se percebia a influência latente de Tobias Barreto, cujas idéias se faziam destacar pela originalidade secundária, embora nem por isso menos agressivas como seria de esperar em consequência do temperamento de quem as defendia e divulgava. Mas, com a exceção destes estudos agora reeditados, o restante dos trabalhos de Celso de Magalhães, inseridos nos jornais em que colaborou, não mais podem interessar aos estudiosos de hoje. Sua grande contribuição, na verdade, está contida nos artigos dedicados à poesia tradicional no Brasil, a que Sílvio Romero fez a devida justiça em estudo publicado na "Revista Brasileira", I, 435, Rio, 1879, especialmente dedicado ao assunto: "Seu trabalho, dizia ele referindo-se a Celso de Magalhães e aos artigos sobre A Poesia Popular Brasileira, o primeiro na data, é ainda hoje o melhor pelo critério." E Luís da Câmara Cascudo, o mestre de agora, ao referir-se também aos estudos de Celso em seu Dicionário do Folclore Brasileiro, 1.º vol., pág. 200, 2.ª ed. rev. e aum., I.N.L., 1962, reafirma o apreço pelo maranhense do século passado, escrevendo: "Os trabalhos de Celso de Magalhães, um precursor na sistemática e seriedade dos estudos folclóricos, estão esparsos e presentemente perdidos para os estudiosos. Uma edição seria homenagem lógica". A homenagem está prestada.

Esta edição, baseada na coleção do jornal "O Trabalho" existente na Biblioteca Nacional, reproduz com fidelidade o texto dos artigos de Celso de Magalhães dedicados à poesia tradicional no Brasil, precedidos de Introdução e acompanhados de notas que se devem a Bráulio do Nascimento. Num e noutro caso a colaboração do introdutor se fez sentir com firmeza na análise do texto, e sobretudo na revisão das notas e citações do próprio Celso, quase sempre incompletas e feitas de memória, ocasionando para o leitor de hoje verdadeiros enigmas bibliográficos, quando não graves erros que estavam a exigir imediata retificação, o que até agora não havia sido feito. O índice onomástico e de "romances" completa o volume, acrescentando-lhe um elemento a mais de valia para a consulta dos muitos estudiosos e pesquisadores que dele se valerão no país e no estrangeiro.

WILSON LOUSADA

INTRODUÇÃO

Cabe a Celso de Magalhães (1849-1879) o início da pesquisa da literatura oral no Brasil. Numa série de dez artigos, sob o título de "A poesia popular brasileira", publicados no jornal *O Trabalho*, do Recife, em 1873, ele reuniu amplas informações sobre o romanceiro tradicional, poesia popular, lendas e também sobre alguns costumes, danças, e festas tradicionais, colhidas em Pernambuco, Bahia e principalmente Maranhão, sua terra natal.

O objetivo básico de seu estudo explica-o Celso de Magalhães na pequena introdução: "Tendo nós coligido, porém, alguns romances e uma infinidade de cantigas soltas, tendo notado um elemento original, embora fraquíssimo, nosso, puramente brasileiro, não nos podemos ter mão ao desejo de fazê-los conhecidos e de mostrar qual esse elemento gerador do nosso Romanceiro". A série foi interrompida, mas as indicações de Celso de Magalhães constituem um verdadeiro recenseamento de romances peninsulares que, trazidos de várias regiões do Portugal continental e ultramarino, lograram impressionar a sensibilidade popular brasileira, adaptar-se e difundir-se intensamente em diversas áreas de nosso território.

Apesar das referências a inúmeras manifestações folclóricas, abrangidas pela tradicional conceituação ampla de literatura oral, sempre afirmando que se deteria na ocasião oportuna em cada uma delas, Celso de Magalhães focalizou particularmente o romanceiro. Tomando como ponto de partida as coletâneas de Almeida Garrett e Teófilo Braga, Celso não se limitou apenas à identificação dos romances, mas ao estudo comparativo das versões, assinalando as variantes e analisando os processos de adaptação e conservação. Lamentavelmente, divulgou um só romance na íntegra, popularíssimo então, e ainda hoje, entre nós — *Juliana e D. Jorge* —; porém, os numerosos fragmentos transcritos para cotejo com as lições portu-

guesas representam precioso documentário para conhecimento das verdadeiras condições da adaptabilidade do romancista em terras brasileiras, bem como da extensão de sua difusão no século passado.

As observações de Celso de Magalhães ao explicar a ausência de certos romances, que não conseguiram vivificar no Brasil, continuam válidas pela confirmação das pesquisas posteriores naquele e neste século. A intuição de Celso manifestou-se igualmente no tocante à realização das pesquisas. O modelo garrettiano de *rifacimento* dos romances não o atraiu; adotou o critério de rigorosa fidelidade ao texto popular, reprovando em várias oportunidades a interferência do coletador: "Declaramos ainda mais que todos os romances, xácaras, cantigas, etc., que se citem aqui ou que se tenham de publicar, foram bebidas na tradição oral do povo e apresentam-se extremos de composição ou correção nossas, não têm arrebiques nem posições, os quais destruiriam a sua originalidade".¹

Os romances foram trazidos naturalmente pelos colonizadores portugueses, no século XVI, talvez pelos primeiros exploradores, e este processo foi continuado intensamente nos séculos seguintes com a migração portuguesa, principalmente açoriana. Partindo dos locais de fixação dos imigrantes, se espalharam os romances pelo território brasileiro, já levados também pelo elemento nacional, penetrando nas cidades e até mesmo nas malocas de índios em plena selva amazônica.² Submetido às leis de variação, por força da transmissão oral, adquire o romance características ambientais próprias, como nas demais versões em outras terras. Os novos campos de vivificação do romancista de modo algum acelerariam aqueles processos de variação, nem os elementos exóticos inseridos desfigurariam essencialmente os textos tradicionais. As versões modernas, com variantes que adaptam e atualizam o contexto, incidindo com maior intensidade ora na estrutura verbal, ora na estrutura temática, não são menos poéticas do que as antigas, como alguns estudiosos insistem em afirmar.³ As versões dos velhos romances coletadas no Brasil nos séculos XIX e XX reproduzem tematicamente o arquétipo do mesmo modo que as colhidas na América de língua espanhola, nos Estados Unidos, entre os sefarditas no Oriente, ou onde quer que haja pegadas da cultura peninsular hispano-lusitana. E esta semelhança manifesta-se não apenas em relação ao texto, mas tam-

bém à música dos romances, que muitas vezes perdura nestes lados do Atlântico.⁴

Alguns romances, entretanto, em decorrência da diminuição do hábito de serem cantados isoladamente, adquiriram novo tipo de vida; foram incorporados à dança dramática ou às rondas infantis. É o caso da *Nau Catarineta*, parte obrigatória da chegada de marujos,⁵ de larga difusão no norte e nordeste do país; de *Juliana e D. Jorge* ou do romance do *Cego*, encontrados entre jogos infantis, sob forma de representação. Celso de Magalhães observou em suas coletas que, "em geral, os romances são cantados na parte dramática e, nas transições, o cantor pára, explica em prosa o que falta, comentando muitas vezes por sua conta, introduzindo anacronismos e tudo quanto o meio em que vive lhe desperta".

Os artigos de Celso de Magalhães despertaram grande interesse na época. Foram publicados quase simultaneamente no Recife e no Maranhão. Iniciada a série em *O Trabalho*, a 15 de abril de 1873, n.º 1, já a 4 de maio do mesmo ano eram reproduzidos os artigos no semanário maranhense *O Domingo*, n.º 16, seguindo-se paralelamente a publicação em ambos, neste até o n.º 33, de 31 de agosto,⁶ continuando em *O Trabalho* até 20 de setembro de 1873, n.º 11. Em 1879, Sílvio Romero em seus ensaios sobre "A poesia popular no Brasil", na *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro, tomos I-VII, 1879-1881), ao fazer a análise dos escritores que trataram de nossa poesia popular, transcreve em grande parte os artigos de Celso. Nove anos mais tarde, Sílvio Romero reuniu aqueles ensaios nos *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (Rio de Janeiro, Tip. Laemmert, 1888), ampliando a área de divulgação das pesquisas do escritor maranhense.

As extensas transcrições de Sílvio Romero, porém, não constituem pilhagem, como asseverou Fran Paxeco,⁷ pois através delas é que se tornaram efetivamente conhecidas no Brasil e até na Europa as pesquisas de Celso, que teriam ficado numa área muito limitada com a simples divulgação nas páginas de *O Trabalho* e de *O Domingo*. Teófilo Braga, por exemplo, em 1896⁸ e mesmo Luís da Câmara Cascudo,⁹ em 1952, citam Celso de Magalhães através de Sílvio Romero, pela impossibilidade material do manuseio daqueles jornais.

Há duas informações da publicação dos artigos de Celso, ainda, na *Revista Nacional de Sciencias, Artes e Letras*, de Santos (São Paulo), n.ºs 3 e 4, de 1877: 1. Catálogo da Exposi-

ção de História do Brasil, da Biblioteca Nacional, *Anais*, Rio de Janeiro, v. 9, pt. 2.^a, 1881, p. 1109; 2. Basílio de Magalhães, *O Folk-lore no Brasil*, Rio de Janeiro, Liv. Quaresma, 1928, p. 5, nota. Efetivamente, a *Revista Nacional* em seu n.º 2 (1877) anuncia para breve a publicação dos artigos. Ao que parece, entretanto, a circulação da *Revista* foi interrompida naquele número.¹⁰

Finalmente, em 1966, “num resgate justo de velha dívida contraída pelo Maranhão para com a memória de seu filho ilustre”, o Departamento de Cultura do Estado resolveu publicar em livro os artigos de Celso, incumbindo-se Domingos Vieira Filho da organização do volume: Celso da Cunha Magalhães, *A poesia popular brasileira*, Maranhão, 1966, 95 p.¹¹ Em pequena introdução, refere o organizador as dificuldades para a reunião do texto, pois *O Trabalho* “era de difícil acesso e dele só restavam poucos números na Biblioteca Pública de Pernambuco” e quanto a *O Domingo* “não existia em nossa biblioteca pública” (p. 4). Afortunadamente, numa coleção de jornais adquirida pelo Governo do Estado, encontrava-se *O Domingo*, sendo assim possível recompor a série, mediante a cópia de artigos nas páginas de *O Trabalho* por Alexandre Eulálio, no Recife, e nas do semanário maranhense. Domingos Vieira Filho incluiu no volume um resumo biográfico e a bibliografia de Celso e uma bibliografia sobre o escritor com 42 verbetes.

As dificuldades de recomposição do texto levaram Domingos Vieira Filho a equivocar-se no tocante às datas de publicação da série. Em nota, registra o início, no Maranhão, em 5 de maio (p. 87) e o término em 25 de agosto de 1873, com a seguinte observação: “Aqui termina a publicação do trabalho de Celso da Cunha Magalhães, o qual foi em parte transcrito e continuado no mesmo ano, no jornal *O Trabalho*, editado no Recife” (p. 92).

A Biblioteca Nacional possui a coleção de *O Trabalho*, de onde copiamos diretamente os artigos de Celso de Magalhães para a presente edição.

A pesquisa de romances no século XIX

A relação dos romances peninsulares recolhidos ou apenas ouvidos por Celso de Magalhães no Maranhão, Pernambuco

e Bahia, comprova o seu enraizamento na memória popular, pois foram colhidos muitos deles no século passado, e ainda hoje naqueles e em outros estados da Federação. Celso refere os seguintes romances existentes no Brasil:

1. *Dom Barão (Donzela guerreira)*. Maranhão. “Muito espalhado e cantado entre nós”.
2. *Gerinaldo*. Maranhão. “Não anda tão espalhado entre nós como o precedente, mas ouvimo-lo diversas vezes”.
3. *A noiva roubada (A boda interrompida)*. Maranhão.
4. *A infanta de França*. Maranhão.
5. *Silvana (Delgadina)*. Maranhão. “Muito conhecido entre nós”.
6. *Bernal Francês*. Maranhão. “É um dos romances mais cantados e conhecidos entre nós, mais do que o de *D. Barão*, porém menos do que o da *Nau Caterineta*”. Noutro lugar, diz Celso: “É um dos romances mais sabidos e cantados no Maranhão e também no Espírito Santo”.
7. *Dom Pedro (Helena)*. Maranhão.
8. *Casamento e mortalha*. Maranhão.
9. *Nau Caterineta*. Maranhão, Bahia. “Nenhum é mais sabido, nem repetido com tanta felicidade tal como veio de Portugal”.
10. *Conde Alberto (Conde Yano)*. Maranhão.
11. *Conde de Alemanha*. Maranhão.
12. *Dom Carlos de Montealbar (Claralinda)*. Pernambuco.
13. *Passo de Roncesval*. Maranhão.
14. *A moreninha (Frei João)*. Maranhão.
15. *Branca-flor (Rainha cativa)*. Pernambuco.
16. *Juliana (Juliana e D. Jorge)*. Pernambuco.
17. *Flor do Dia (D. Bozo)*. Pernambuco.

Sobre o romance de *Juliana e D. Jorge*, de que Menéndez Pidal encontrou registro na primeira metade do século XVI, cabe dizer que é um dos mais populares no Brasil, e o único dado na íntegra por Celso de Magalhães em seus artigos. Teó-

filo Braga, em 1883,¹² assinalava não ter encontrado ainda na tradição continental portuguesa o mínimo vestígio desse romance. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em suas pesquisas sobre romances velhos em Portugal,¹³ também não o encontrara referido em obra de autores antigos. A primeira versão lusitana seria dada a conhecer em 1886 por Leite de Vasconcelos, numa versão coletada em Campo de Vímoras, concelho de Vimioso, em agosto de 1883.¹⁴ E ainda no princípio deste século, na segunda edição do *Romanceiro geral português* (Lisboa, 1906-1909, 3 vol.), Teófilo Braga, que ali reúne a maior parte dos romances conhecidos em língua portuguesa, englobando coletas brasileiras, continentais e ultramarinas, apresenta apenas quatro versões de *Juliana e D. Jorge*: duas lusas (a de Vasconcelos e outra de Francisco de Arruda Furtado, de Ponta Delgada) e duas brasileiras (extraídas de Sílvio Romero, uma delas a coletada e divulgada por Celso de Magalhães, n.º 16, e outra que o próprio Braga recebera do Ceará).

A grande coleta de romances no século XIX foi empreendida por Sílvio Romero e publicada em *Cantos populares do Brasil*.¹⁵ Reuniu pesquisas próprias, realizadas em Sergipe e Rio de Janeiro, e outras, entre as quais as versões colhidas por Celso de Magalhães em Pernambuco, ainda não divulgadas.

Ao contrário de Celso de Magalhães, cuja relação de romances estabelecida acima baseia-se em referência a versões ouvidas, fragmentos e algumas coletadas (apenas os n.ºs 12, 15, 16 e 17), Romero apresenta muitas versões, quer de romances referidos por Celso, quer de outros, que este não chegou a conhecer (nove: n.ºs 1, 4, 5, 8, 9, 11, 13, 14 e 15). A coletânea de Sílvio Romero abrange os seguintes romances:

1. *Dona Infanta* (*Os sinais do marido*). Rio de Janeiro.
2. *A noiva roubada* (*A boda interrompida*). Rio de Janeiro.
3. *Bernal Francês*. Rio de Janeiro.
4. *Dom Duarte e Donzilha* (*Conde Niño*). Sergipe.
5. *D. Maria e D. Arico* (*D. Aleixo*). Rio de Janeiro.
6. *Conde Alberto* (*Conde Yano*). Sergipe.¹⁶
7. *D. Carlos de Montealbar* (*Claralinda*). Sergipe, Pernambuco.

8. *Dona Branca* (*Dona Lisarda*). Sergipe.
9. *O casamento malogrado*. Sergipe.
10. *Nau Catarineta*. Sergipe, Rio Grande do Sul.
11. *Iria-a-Fidalga* (*Santa Iria*). Rio de Janeiro.
12. *Flor do Dia* (*D. Bozo*). Pernambuco.
13. *A Pastorinha* (*Linda a Pastora*). Sergipe.
14. *Florioso* (*A conversada da fonte*). Sergipe.
15. *O Cego*. Sergipe, Ceará.
16. *Juliana* (*Juliana e D. Jorge*). Pernambuco, Ceará.
17. *Flor de Alexandria* (*Rainha cativa*). Sergipe, Pernambuco, Ceará.

O critério de coleta de Sílvio Romero foi de fidelidade ao texto, pois também não aprovava o processo de Garrett. Os *Cantos populares* apresentam 16 romances num total de 23 versões. As lições pernambucanas foram coletadas por Celso de Magalhães: a de *Juliana e D. Jorge*, publicada em 1873; as de *D. Carlos de Montealbar*, *Flor do Dia* e *Branca-flor*, Sílvio Romero obteve-as de um livro manuscrito de Celso que, lamentavelmente, se extraviou no Rio de Janeiro, quando em poder de Inglês de Sousa para publicação.¹⁷ A versão rio-grandense-do-sul da *Nau Catarineta* foi recolhida por Carlos de Koseritz. As versões cearenses de *O Cego*, *Juliana e D. Jorge* e *Flor de Alexandria* são de Teófilo Braga, que as recebera de Teixeira Bastos e publicara seis anos antes no *Parnazo português moderno* (Lisboa, 1877, p. 225-232).

Sílvio Romero, na *Advertência aos Cantos populares* refere as fontes subsidiárias: "Dos escritos sobre este assunto de Celso de Magalhães, José de Alencar, Couto de Magalhães, Carlos de Koseritz, Carlos Miller e Teófilo Braga, o coletor joiou alguns espécimes da nossa poesia popular. Araripe Júnior, Franklin Távora e Macedo Soares enviaram-lhe espontaneamente alguns subsídios. Tudo isto é notado no correr do volume. Aquilo que não foi coligido por nós francamente o declaramos" (p. V). Na edição brasileira dos *Cantos* (2a. ed., 1897) Romero eliminou a indicação dos coletadores, levando assim alguns estudiosos a afirmar que Sílvio recolhera romances no Ceará.¹⁸

Como dissemos, alguns romances já tinham sido referidos pelo nosso primeiro coletador, mas cabe a Sílvia Romero a primeira divulgação ampla de textos.

Ainda sobre romances recolhidos no século XIX, merece referência um caderno manuscrito, datado de 1853, de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, dado a conhecer em 1951, no 1.º Congresso Brasileiro de Folclore, por Joaquim Ribeiro e Wilson W. Rodrigues.¹⁹ Apesar de fragmentado — num total de 20 folhas, faltavam 11 —, continha o texto de oito romances:

1. *História de D. Duarte* (Conde Yano).
2. *D. Carlos ou História de D. Guiomar* (Donzela guerreira).
3. *História de D. Silvana* (Delgadina).
4. *História de D. Bernardo* (Bernal Francês).
5. *História de D. Marcos* (A boda interrompida).
6. *Branca Flor e Felisbela* (Rainha cativa).
7. *História de D. Jorge* (Juliana e D. Jorge).
8. *Dona Infanta* (Os sinais do marido).

No estudo comparativo desses romances, os apresentadores transcreveram algumas versões já divulgadas.

Pelo confronto dessas três fontes, verifica-se a expansão do romanceiro tradicional no Brasil, e pode-se imaginar a quantidade de versões desses e de outros romances que resultaria de uma pesquisa intensa no século XIX. De qualquer modo, podemos registrar o conhecimento ou coleta de versões de 26 romances, até os fins do século passado, em 9 estados:

Maranhão	13	romances
Rio de Janeiro	11	"
Sergipe	9	"
Pernambuco	4	"
Ceará	2	"
Amazonas	1	"
Bahia	1	"
Espírito Santo	1	"
Rio Grande do Sul	1	"

É evidente que a incidência de maior número de romances no Maranhão, Rio de Janeiro e Sergipe não indica regiões privilegiadas para o florescimento do romanceiro, como veremos ao tratar da coleta no século XX, mas apenas os estados onde foram feitas pesquisas ou simples registro de romances.

Desse modo, são os seguintes os romances mais conhecidos no século XIX, segundo informações ou coletas:

— *Nau Catarineta*: Maranhão, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul.

— *Juliana e D. Jorge*: Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro.

— *Dona Silvana* (Conde Yano): Maranhão, Sergipe, Rio de Janeiro.

A coleta no século XX

A pesquisa do romanceiro entre nós neste século tem-se desenvolvido bastante e revelado, conseqüentemente, não apenas versões arcaicas, mas também romances não mencionados pelos coletadores do século passado. Razão, pois, tinha Menéndez Pidal ao dizer que "del Brasil debemos esperar hallazgos importantes. El estudio de las áreas geográficas tradicionales nos dice que las áreas periféricas (el Brasil es una de ellas) son más conservadoras que las áreas centrales, y, o esta teoría es falsa, o el Brasil tiene todavía que enriquecer el romancero con valiosos arcaísmos".²⁰ Observa-se realmente que, já na segunda coleta do século XIX, Sílvia Romero descobre novos romances; e a descoberta continuou na primeira grande recolha dos princípios deste.

Pereira da Costa, em seu *Folk-lore pernambucano*²¹ apresenta versões de 30 romances colhidos em Pernambuco. Inclui naturalmente os textos de Celso de Magalhães (n.ºs 12, 15, 16 e 17), também pernambucanos, dos quais só conseguiu versão do n.º 15. Sua coleta pessoal, portanto, compreende 27 romances e supera as pesquisas anteriores, acrescentando 10 romances ainda não recolhidos, nem sequer mencionados.

Para evitar a repetição constante de nomes, indicaremos doravante somente o dos novos romances dados a conhecer nas sucessivas coletâneas, informando o conteúdo de cada uma pela referência ao número dos romances já registrados em Celso de Magalhães (CM), Sílvia Romero (SR), etc.

Pereira da Costa reuniu os seguintes romances, alguns em mais de uma versão: Números CM — 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 12, 14, 15, 16 e 17; SR — 1, 4, 8, 11, 13, 14 e 15. Romances novos:

1. *Lizarda*.
2. *Rico Franco*.
3. *Cristão cativo*.
4. *A dolorida*.
5. *D. Felizardo*.
6. *A vida do frade*.
7. *Romance de uma freira (A freira arrependida)*.
8. *Xácara de Nossa Senhora das Dores*.
9. *Xácara de Santo Antônio*.
10. *Xácara de Santa Teresa*.

Depois de Pereira da Costa, até hoje, muitas versões e novos romances surgiram das pesquisas nos diversos estados. Apesar de ainda pouco numerosas as coletâneas publicadas, a exploração tem sido intensa. Num levantamento da atividade desenvolvida entre nós neste setor, feito em 1961, Guilherme Santos Neves chegou a arrolar 35 nomes de coletadores, além dos já aqui mencionados: Inácio Raposo, Rodrigues de Carvalho, Carlos de Koseritz, Lucas Alexandre Boiteux, Guilherme de Melo, Mário de Andrade, Lindolfo Gomes, Gustavo Barroso, Amadeu Amaral, Câmara Cascudo, Hélio Galvão, Renato Almeida, Rossini Tavares de Lima, Théo Brandão, Oneyda Alvarenga, Fausto Teixeira, Osmar Gomes, Mariza Lira, Cecília Meireles, Veríssimo de Melo, Angélica de Resende Garcia, Isabel Serrano, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, entre outros.²²

Esse vasto material, porém, vem sendo divulgado em jornais, revistas, em obras de folclore, mas pouco em coletâneas específicas. Há que mencionar ainda alguns arquivos particulares, com muitos romances por publicar, de que temos notícia através de informações ou utilização por deferência especial de seus possuidores. O próprio Guilherme Santos Neves, que vem desde 1946 pesquisando no Espírito Santo e somente divulgou pequena parcela de seu acervo, nos enviou em 1963, para a elaboração de um trabalho, cerca de 22 versões de *Juliana e D. Jorge* das numerosas até então recolhidas em vários pontos do estado.²³

Vê-se, por aí, o volumoso Romanceiro que se poderia organizar com a publicação de todas as versões coletadas e também a impossibilidade de focalizar tudo neste rápido panorama. Limitar-nos-emos, assim, às coleções maiores.

A mesma época de Pereira da Costa, uma coleta pequena mas importante pela inclusão de solfa e pelas indicações sobre a difusão dos romances, foi publicada por Alexina de Magalhães Pinto.²⁴ Embora a coletânea apresente nove romances já conhecidos (CM — 5, 9, 10, 12, 15, 16 e SR — 1, 4, 15), apenas quatro (CM — 5, 10, 16 e SR — 15) são de coleta própria em Minas Gerais, alguns parcialmente prosificados; os demais, adaptação de versões de Sílvio Romero, tendo em vista a destinação do livro para crianças. Em notas, Alexina indica os estados em que são conhecidos os romances.

Mais significativa é a recolta de Lucas Alexandre Boiteux, incluída em *Poranduba catarinense*.²⁵ Reúne dez romances já conhecidos, num total de 16 versões, colhidas em Santa Catarina, alguns com duas e três lições: (CM — 1, 5 (3 versões), 6, 9, 10, 12 e 16; SR — 1, 11 (3 versões) e 15).

Em 1959, Rossini Tavares de Lima publicou uma coletânea de 7 romances "Acheegas ao estudo do romanceiro no Brasil",²⁶ abrangendo São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Alagoas: (CM — 5, 9, 16 e SR — 1, 11, 13, 15). A coleta impressionou pela quantidade de versões de alguns romances: *Juliana e D. Jorge* — 22 versões; *Delgadina* — 6; *O Cego* — 6, todos com solfa. Em 1972, Rossini Tavares de Lima reeditou o trabalho, dando-lhe o título de *Romanceiro folclórico do Brasil*,²⁷ acrescido de novas versões e de alguns romances não incluídos na primeira publicação, todos de coleta própria, com solfa. Entre estes, uma verdadeira preciosidade: o romance de *Blanca Niña*, em duas versões: *Dona Filismina*, recolhida em 1950, e *Senhor Jacinto Pedro*, em 1952, ambas em São Paulo. A primeira versão, *Dona Filismina*, possui versos quase idênticos aos da lição publicada no *Cancionero de Romances*, de 1550, fl. 288. A coincidência das datas é fato que merece registro especial, pois é realmente significativo que uma das versões incluídas por Martín Nuncio em seu livro, quatro séculos depois fosse coletada num país que mal abrisse os olhos para a civilização na época em que os prelos de Zaragoza imprimiam as folhas do *Cancionero*. Acresce ain-

da ser a primeira vez que se recolhe o romance da *Blanca Niña* em terras brasileiras,²⁸ o que sempre nos intrigou, pois, além de corrente na tradição portuguesa, é comum nas Américas sob o nome de *La esposa infiel*, segundo comprovam as coletâneas de Aurelio M. Espinosa (Nuevo Méjico), Julio Vi-
cuña Cifuentes (Chile), Ernesto Mejía Sánchez (Nicarágua) e ainda coletas publicadas na Argentina, Venezuela, Cuba, Porto Rico, México, República Dominicana, etc.

Rossini Tavares de Lima reúne no *Romanceiro folclórico* 16 romances peninsulares, num total de 84 versões, com solfa: CM — 1, 3, 5 (10 versões), 9, 11, 16 (24 versões); SR — 1, 4, 11 (7 versões), 13, 15 (11 versões), e ainda:

1. *Antoninho* (6 versões).
2. *Soldadinho* (*Aparição*).
3. *Dona Filismina* (*Blanca Niña*).
4. *A Peregrina*.
5. *Donzela*.

A pesquisa abrange os estados de São Paulo (principalmente), Alagoas, Mato Grosso, Bahia, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais, representando a maior área já explorada por um só pesquisador.

A coletânea mais importante, embora adstrita apenas ao Estado do Maranhão, é a de Antônio Lopes: *Presença do romanceiro*, publicada postumamente.²⁹ Compreende 33 romances, num total de 71 versões, com algumas solfas, abrangendo um período de coleta de 1907 a 1950. Antônio Lopes transcreve apenas quatro versões já publicadas: as de Celso de Magalhães, que era seu tio, já divulgadas por Sílvio Romero e Pereira da Costa (CM — 12, 15, 16 e 17).

Semelhantemente ao que vem fazendo Guilherme Santos Neves no Espírito Santo, ele explorou ao máximo a área maranhense, recolhendo algumas raridades. Entre elas cabe desde logo ressaltar *O Passo de Roncesval* (CM — 13), pertencente ao ciclo de romances históricos, de transmissão difícil para o Brasil. Celso de Magalhães, que o ouviu na lição garrettiana, afirmou não ser muito conhecido no Maranhão, e lembrava-se apenas de uns poucos versos. A versão colhida por Antônio Lopes, em 1916, apesar das adaptações e atuali-

zações, conserva o núcleo temático da versão do século XVI, incluída no *Cancionero de Romances*, de 1550. Para aferir-se a importância da versão maranhense desse romance de assunto castelhano e ausente da tradição moderna de Castilla, basta lembrar o que diz Menéndez Pidal a seu respeito: "Sorprende, por ejemplo, en el Romancero grande de Leite, la profusión de versiones del romance de la pérdida de *Don Beltrán*, unas quince, nada menos, todas ellas de Trás-os-Montes, que faltam por completo en la tradición actual de Castilla, pues en toda España solo se conoce ese romance de la batalla de Roncesvalles en Galicia, en Orense, lindando con Trás-os-Montes. Y cosa rara, este romance que tan limitada difusión tiene en el Portugal de hoy, se halla también en el Brasil, donde una versión fragmentaria, recogida en el estado de Maranhão fué publicada en el Prólogo a la vieja colección de Silvio Romero por Teófilo Braga, no recogida después por este en su gran compilación".³⁰ Essa versão maranhense fragmentada a que se refere Pidal é a registrada por Celso de Magalhães, em 1873.

Outra versão rara na coleção é a do *Conde preso*, de que o nosso primeiro coletador não encontrou vestígio no Maranhão e Antônio Lopes foi encontrá-la em pleno sertão maranhense, em 1946, sendo a primeira aqui conhecida.

Presença do romanceiro reúne os seguintes romances, alguns parcialmente prosificados: n.ºs CM — 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17; SR — 1, 4, 5, 8, 11, 13, 14, 15; RTL — 4. Todos os romances referidos ou coletados por Celso de Magalhães e Sílvio Romero à exceção dos n.ºs CM — 8 e SR — 9. E, ainda, não constantes das coletâneas já examinadas:

1. *A romeirinha*.
2. *Santo Antônio e a Princesa*.
3. *Conde preso*.
4. *Moura encantada*.
5. *Jesus mendigo*.
6. *A devota da ermida*.
7. *D. Duardo* (contaminação).
8. *Nino e Rogênia*.

Guilherme Santos Neves, já referido, ainda não reuniu em livro o seu romanceiro, mas já divulgou alguns romances e deu notícia de seu arquivo até 1961.³¹ Eleva-se a 15 o número de romances coletados, em inúmeras versões com solfa: CM — 1, 5, 6, 9, 10, 12, 16 (mais de 50 versões); SR — 1, 15; RTL — 1 (inúmeras versões) e mais, não constantes das coleções já estudadas:

1. *Chapim del rei*.
2. *Romance de Margarida*.
3. *Ricardo, soldado jogador*.
4. *Bela Condessa* (ronda infantil).
5. *Senhora Dona Sancha* (ronda infantil).

A mais recente coletânea de grande importância, ainda inédita, é *O romanceiro em Sergipe*, de Jackson da Silva Lima,³² que, semelhantemente a Pereira da Costa, Antônio Lopes e Guilherme Santos Neves, realizou pesquisa intensiva em seu próprio estado. A coleta de Jackson da Silva Lima tem significado especial, pois, realizada no período de 1970-1972, apresenta verdadeiro diagnóstico do estado atual do romanceiro peninsular em nosso país. Acresce que ele recolheu em Sergipe vários romances não obtidos ali por Sílvia Romero, no século XIX. É o caso de *Donzela guerreira* (CM — 1, 2 versões), *Delgadina* (CM — 5, 7 versões), *Bernal Francês* (CM — 6, 4 versões), *A moreninha* (CM — 14, 4 versões), *Juliana e D. Jorge* (CM — 16, 18 versões) e *Santo Antônio* (PC — 9, 3 versões).

O romanceiro em Sergipe compreende 19 romances (17 de coleta própria), num total de 103 versões: CM — 1, 5 (7 versões), 6, 9, 10 (10 versões), 12 (6 versões), 14, 15, 16 (18 versões), 17; SR — 1, 4 (5 versões), 8 (9 versões), 9, 11, 13, 14, 15 (17 versões); PC — 9 (3 versões). Os romances SR — 9 e 14 (uma versão de cada) foram recolhidos por Sílvia Romero.

Cabe mencionar, ainda, outros coletadores que, embora com publicação avulsa de romances, têm dado contribuição relevante para o levantamento do romanceiro peninsular no

Brasil: Rodrigues de Carvalho,³³ versões da Paraíba do Norte (CM — 5, 15; GSN — 3); Luís da Câmara Cascudo,³⁴ versões do Rio Grande do Norte (CM — 5, 9, 10; SR — 4, 15; GSN — 1, 4); Hélio Galvão, versão do Rio Grande do Norte (CM — 5, 6, 10, 12, 16; SR — 1, 5, 15; PC — 8); Théo Brandão,³⁵ versões de Alagoas (CM — 5, 9, 12, 15; SR — 15; GSN — 1, 3); Hildegardes Viana,³⁶ versões da Bahia (CM — 1, 6, 9, 10, 16, 17; SR — 1, 8); Oneyda Alvarenga, versões da Paraíba do Norte (CM — 9; SR — 1; GSN — 4, 5) e outros.

Um século de pesquisas

Ao final deste balanço da pesquisa do romanceiro tradicional no Brasil, realizada no período de um século, podemos alinhar alguns números que indicarão a imensa penetração e enraizamento dos velhos romances em terras brasileiras. O exame dos textos nos revela grande fidelidade à primitiva estrutura temática que a memória popular manteve, não obstante a ação contínua das variantes sobre a estrutura verbal, através de um processo intenso de adaptação e atualização, que constitui, em última análise, a condição mesma de sobrevivência da poesia tradicional.

No estudo das pesquisas realizadas no século XIX, verificamos o registro de 26 romances, em 9 estados. As coletas deste século demonstram a enorme difusão do romanceiro, tanto em número de romances encontrados como aumento da área de expansão. Assim é que registramos hoje 54 romances, com centenas de versões, distribuídos por 20 estados, por onde se vê que à medida que aumentou o número de estados pesquisados, elevou-se o número de romances conhecidos.

Nem todos os romances, porém, foram encontrados em grande número de estados. Muitos deles, em mais de uma versão, foram recolhidos em apenas um estado, como *Blanca Niña*, *Passo de Roncesval*, *Florioso*, *Cristão cativo*, *Rico Franco*, etc. Outros, entretanto, à medida que se estendem as pesquisas surgem em outros estados, como *Juliana e D. Jorge*, *Nau Catarineta*, *O Cego*, *D. Silvana* (*Conde Yano*).

Distribuir os romances segundo os estados em que foram coletados constituiria informação, a nosso ver, do maior

interesse; contudo, para não alongar ainda mais esta Introdução, indicaremos somente os quatro mais difundidos no Brasil:

— *Juliana e D. Jorge* (15 estados): Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

— *Nau Catarineta* (14 estados): Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

— *O Cego* (13 estados): Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Guanabara, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

— *Dona Silvana (Conde Yano)* (11 estados): Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Evidentemente, a publicação dos arquivos a que nos referimos e uma pesquisa bibliográfica mais aprofundada modificariam este panorama; entretanto, é provável que mantivesse, em linhas gerais, as conclusões apresentadas, reafirmando a primazia dos romances de *Juliana e D. Jorge*, *Nau Catarineta*, *O Cego* e *Dona Silvana* na sensibilidade popular brasileira.

A edição de "A poesia popular brasileira"

Não se objetivou organizar uma edição crítica de "A poesia popular brasileira", mas simplesmente apresentar um texto fidedigno e reunir alguns romances para restituir a Celso de Magalhães a autoria da coleta. A importância de suas pesquisas pode ser ressaltada sob duplo aspecto: a orientação segura e correta dada ao estudo da literatura oral, que pela primeira vez se realizava sistematicamente entre nós, e a informação ampla sobre romances peninsulares aclimatados no Brasil. O material que divulgou em seus artigos constitui fonte indispensável para o estudo do romanceiro tradicional.

No estabelecimento do texto, porém, adotamos o seguinte critério: atualização ortográfica; correção de evidentes erros tipográficos — os mais graves devidamente indicados —; desdobramento de algumas abreviaturas; complementação das indicações bibliográficas e tanto quanto possível cotejo das citações com as fontes, muitas vezes feitas de memória por Celso de Magalhães. Tais correções e notas, indicadas em colchetes, vão no final da série dos artigos. Deixamos para o pé-de-página as notas de Celso. Foram incluídos índices de autores, e de romances e outras manifestações folclóricas.

Ao editar os artigos de Celso de Magalhães, cujo centenário de publicação transcorre este ano, a Biblioteca Nacional mais uma vez reafirma seu pleno reconhecimento do significado cultural dessas pesquisas. Cumpre lembrar que o primeiro Curso de Folclore realizado no Brasil foi promovido pela Biblioteca Nacional e ministrado, em sua sede, por João Ribeiro, num ciclo de oito conferências, no período de 16 de julho a 3 de setembro de 1913. Os apontamentos do Curso, publicados nos *Anais*, volume 35, 1916, tornaram-se obra clássica em nossa bibliografia folclórica.

Braulio do Nascimento

¹ Foi bastante censurado o processo de Almeida Garrett de submeter os romances a um trabalho de *rifacimento* que, em nome de uma possível beleza, desvirtuava os textos coletados na fonte pura da memória popular. Mais de um século após a publicação do *Romanceiro*, ainda Menéndez Pidal (*Romancero Hispánico*, Madri, 1953, v. II, p. 404-405) reprovava Garrett por falar "con repugnancia de las muchas versiones bárbaras que hubo de estudiar" e mais adiante: "por otra parte, es preciso asentar que no todas las versiones modernas son malas, ni mucho menos. No son tan detestables como Almeida Garrett decia, para así valorizar mejor su personal obra".

² José Veríssimo coletou entre índios Maué, em plena selva amazônica, entre 1877 e 1885, uma versão da *Nau Catarineta*, com versos inteiramente iguais às lições portuguesas. Pelo evidente significado da versão, desconhecida até pouco tempo e divulgada por Vicente Sales num estudo sobre "José Veríssimo e o folclore" (*Revista Brasileira de*

Folclore, Rio de Janeiro, n.º 29, p. 85-102, jan.-abr. de 1971), é de grande interesse sua transcrição:

Arriba, arriba gajeiro, a aquele tope reá
avista terra de Espanha areia em Portugá.
Marinheiro vem de longe, no grande navio de guerra
pra 'starem hoje encalhado no caná da Ingraterra
Avistaram terra de Espanha areia em Portugá.
Avistei três menina em baixo do laranjá
mostrava ser filha do capitão generá.
A mais pequena dela, para contigo casá.
Não quero a vossa filha que lhe custou a criá
quero o meu *anau* Catrineta para no mar navegá.
..... nem isso te posso dá
te darei em dinheiro
Não quero vosso dinheiro, que vos custou a ganhá.

(In *Estudos Brasileiros*, Pará, Ed. Tavares Cardoso, 1889, p. 67-68). A maloca dos índios Maué, onde colheu Veríssimo o romance, situava-se na margem esquerda do Rio Uariaú, afluente do Andirá.

³ Carolina Michaëlis de Vasconcelos afirmou: "Os textos suplementares de Portugal são contribuições de grande valor, pois constituem mais uma vez o laço, procurado debalde, entre diversas redações do mesmo romance, e demonstram freqüentemente *ad oculos* como é que a gente-povo deteriora e vulgariza verdadeiras obras de arte, sempre que não haja circunstâncias peculiares que as preservem do estrago". E em nota acrescenta: "Entre os romances judeus e os da América do Sul há também bastantes que estão viciados" (*Romances velhos em Portugal*, 2a. ed., Coimbra, 1934, p. 4). É um ponto de vista do princípio do século, pois os estudos foram inicialmente publicados na revista *Cultura Española*, Madri, 1907-1909; mas causa espanto que ainda em nossos dias, editores de romances conservem as mesmas idéias, como C. Colin Smith (*Spanish ballads*, Oxford, 1964), ao afirmar que "the modern oral versions are almost always inferior as poetry to those recorded in the 16th century" (Apud S. G. Armistead e J. H. Silverman, in *Hispanic Review*, vol. 37, n.º 2, abril 1969, p. 408).

⁴ Por exemplo, uma versão do *Bernal Francês*, coletada possivelmente na Bahia, e divulgada por Guilherme Pereira de Melo (*A música no Brasil*, Bahia, 1908, p. 116-120), apresenta melodia que "é leve variante da que se canta na província do Minho, em Portugal", segundo observou Oneyda Alvarenga (*Música popular brasileira*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1950, p. 264).

⁵ "Aliás, frisa Oneyda Alvarenga, as cheganças parecem ser mesmo os redutos em que de preferência se refugiaram fragmentos de vários romances que perderam sua funcionalidade como canção" (op. cit., p. 264). Num texto de chegança de marujos coletado em Recife, por volta de 1946, encontrou-se largo trecho do romance da *Donzela guerreira*.

⁶ Fran Paxeco enganou-se na data de publicação do último artigo em *O Domingo*, dando-a como 17 de agosto de 1873 ao invés de 31 de agosto. ("Celso Magalhães", in *Revista da Academia Maranhense*, São Luís, n.º 1, p. 91, jan. 1919).

⁷ "Este livro 'Estudos sobre a poesia popular no Brasil' foi filado, na sua máxima parte ao talentosíssimo etnógrafo maranhense" e mais adiante acrescenta Fran Paxeco: "Celso iniciou as suas pesquisas em 73, n.º *O Trabalho*, do Recife. Silvío rebateu a orientação do belo poeta. Em 1879, penitenciou-se, surrupiou-lhe os estudos críticos realizados e os cantos recolhidos" (*O Sr. Silvío Romero e a Literatura portuguesa*, Maranhão, 1900, p. 188).

⁸ *Introdução e theoria da Historia da litteratura portugueza*, Porto, 1896, p. 106).

⁹ *Literatura oral*, Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1952, p. 219.

¹⁰ A Sra. Rosemarie Erika Horch, do Instituto de Estudos Brasileiros, de São Paulo, a quem agradecemos a gentileza das pesquisas ali realizadas, disse-nos o seguinte: "Lamento informar que não consegui localizar em biblioteca alguma a *Revista Nacional de Sciencias, Artes e Letras*. O IEB não a possui e nem a Biblioteca Municipal; a Faculdade de Direito, famosa por sua coleção de revistas antigas, também nada registra e o Instituto Histórico tampouco. O próprio Catálogo Coletivo de Periódicos da USP não conseguiu citar algum possuidor da mesma. Em mãos de particular consegui localizar duas coleções, porém ambas só possuem os dois primeiros números. É voz corrente no IHGSP que só saíram estes dois, apesar do anúncio do terceiro número".

¹¹ Sobre o nome do escritor maranhense, informa o seu biógrafo Fran Paxeco, no estudo já citado da *Revista da Academia Maranhense*, p. 80, nota: "Há uma discrepância na forma por que Celso assinava os seus escritos. Nos de estréia, impressos no *Semanário* e no *Domingo*, vem quase sempre sem a partícula *de*. No volume de *Versos*, usou Celso da Cunha Magalhães, nome que deu à secretaria da Faculdade de Direito, ao matricular-se. Nas poesias saídas no *Correio Pernambucano*, e nas críticas publicadas nas folhas do Recife, sempre sem *de*. Os que apreciaram os versos trataram-no por Celso da Cunha Magalhães ou Celso Magalhães. Nos seus livrinhos particulares de notas, ora se vê o *de*, ora não. O estudo relativo à poesia popular traz — Celso de Magalhães e também a parte do romance que imprimiu na *Revista Brasileira*".

¹² In Silvío Romero, *Cantos populares do Brazil*, Lisboa, 1883, vol. II, p. 196, nota.

¹³ *Romances velhos em Portugal*, 2a. ed., Coimbra, 1934.

¹⁴ *Romanceiro portuguez*, Lisboa, 1886.

¹⁵ Lisboa, 1883, 2 volumes, com introdução e notas de Teófilo Braga. Por motivo de divergências com Teófilo em relação ao texto, publicado sob seus cuidados, Silvío Romero excluiu na 2a. edição (Rio de Janeiro, Liv. Clássica de Alves & Cia., 1897) a introdução e notas, reduzindo a um volume. Uma edição anotada por Luís da Câmara Cascudo foi publicada no Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1954, 2 vol.

¹⁶ Silvío Romero observa em nota (*Cantos*, vol. I, p. 11): "Outros dizem *Comde Olário*", o que indica o conhecimento de pelo menos outra versão.

17 Sobre o fato, informa Antônio Lopes: "Havendo obtido por escrito três romances, não lhes divulgou, todavia, o texto integral. Aguardava, sem dúvida, publicação definitiva dos seus estudos acerca da poesia popular no Brasil, os quais pretendia ampliar e de fato ampliou, renetendo-os ao seu amigo Inglês de Sousa, que estava então residindo em Santos e prometera fazê-los sair a lume no Sul. Por lá se extraviaram. Celso, que faleceu em 1879, passara-os a limpo em outubro do ano anterior, levando-os ao correio no dia 9 do mesmo mês, como consta do seu livro de apontamentos diários desse último ano. Em 1904, Inglês de Sousa informou ao Dr. Manuel Lopes da Cunha, irmão de Celso e pai do autor destas páginas, que o manuscrito se perdera no Rio de Janeiro, durante mudanças de residência do homem de letras e juriconsulto paraense". (*Presença do romanceiro*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967, p. 2). E adiante: "Ela e outras faziam parte do estudo completo da poesia popular brasileira remetido por Celso a Inglês de Sousa. Sabemo-lo porque nê-lo declarou Sílvia Romero, no Rio de Janeiro, acrescentando que compulsara o manuscrito do seu condiscípulo e amigo, quando em poder do romancista e juriconsulto paraense" (Idem, p. 218).

18 Fausto Teixeira ao transcrever em seu estudo "Um romance popular em Minas" a versão cearense de *Juliana e D. Jorge*, afirma ter sido "colhida pelo próprio Sílvia Romero" (Documento n.º 110, de 15-6-1949, da Comissão Nacional de Folclore, p. 4), e também Câmara Cascudo, a propósito do mesmo romance. (*Literatura oral*, p. 219, nota).

19 O caderno manuscrito, pertencente ao historiador Inácio Raposo, trazia o título "Collecção de poesias onde em forma de romances se dá notícia de muytos successos memoraveis que a tradição conservou nesta Provincia, disposta e compilada por hum Brasileiro". In *Anais do 1.º Congresso Brasileiro de Folclore*, 1951. Rio de Janeiro, 1953, v. II, p. 22-111.

20 "A propósito del *Romanceiro português* de J. Leite de Vasconcelos". Comunicação apresentada ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Lisboa, setembro de 1957. In Leite de Vasconcelos, *Romanceiro português*, Coimbra, 1958, v. I, p. XX-XXI.

21 F. A. Pereira da Costa, *Folk-lore pernambucano*. Rio de Janeiro, Livraria J. Leite, 1908, 641 p. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 70, parte 2, 1907.

22 "Presença do romanceiro peninsular na tradição oral do Brasil", in *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, n.º 1, p. 44-62, set.-dez. 1961.

23 "Processos de variação do romance", in *Revista Brasileira de Folclore*, n.ºs 8-10, p. 59-126, jan.-dez. 1964.

24 *Contribuição do Folk-lore brasileiro para a Biblioteca Infantil*, Rio de Janeiro, 1907.

25 Florianópolis, Comissão Catarinense de Folclore, 1957. Publicada inicialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 184, jul.-set. 1944.

26 "Achegas ao estudo do romanceiro no Brasil", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n.º 162, p. 5-50, jan.-mar. 1959.

27 São Paulo, Irmãos Vitale, 1971.

28 Vale a pena a transcrição de *Dona Filismina* (p. 83-84):

Estava Dona Filismina sentadinha no balcão,
estava se penteando com pentes de ouro na mão.
Passou ali um Soldadinho e logo roxou-lhe as mãos.
— Se queres alguma coisa tens agora ocasião,
meu marido foi à caça lá prá terras do Aragão.
Estavam nessa conversinha e o marido a chegar.
— Que tu tens, ó Filismina, que estás mudada de cor?
De quem é aquele cavalo que está bem aparelhado?
— É do meu mano mais moço, que veio para soldado.
— De quem é este punhal, que está em cima do balcão?
— Pegue nele, ó Manuel, espeta-me o coração.
— Não te mato, ó Filismina, vai prá mãe que te criou,
pois que ela saiba bem a besta que me entregou.

29 *Presença do romanceiro*. Versões maranhenses. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

30 In Leite de Vasconcelos, op. cit. 1958, v. I, p. XIII.

31 *Nau Catarineta* (Versões capixabas). Vitória, 1949; 2.ª ed., 1969. *Cantigas de roda*, 1.ª série. Vitória, 1948. *Alto está e alto mora...*, Vitória, 1954 e no artigo citado da *Revista Brasileira de Folclore*, n.º 1, p. 49-59.

32 Obteve o Prêmio Sílvia Romero, de 1972, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Além dos romances peninsulares Jackson da Silva Lima incluiu no volume romances de vaqueiros e numerosos outros romances populares, alguns parcialmente prosificados.

33 *Cancioneiro do Norte*. 2.ª ed. aum. Paraíba do Norte, 1928; 3.ª ed. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1967.

34 *Vaqueiros e cantadores*, Porto Alegre, Liv. do Globo, 1939; *Literatura oral*, Rio de Janeiro, 1952.

35 *Folclore de Alagoas*, Maceió, Casa Ramalho, 1949.

36 "A mulher vestida de homem", in *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, n.º 6, p. 177-193, mai.-ago. 1963.

A POESIA POPULAR
BRASILEIRA

A grande verdade da poesia popular
está em ser profundamente sentida.

T. Braga, *Cancioneiro*, t. I.

Escrever um livro que historiasse todas as fases por que tem passado a poesia popular brasileira, que lhe notasse a acentuação verdadeira, a sua originalidade, fazendo, ao mesmo tempo, ressaltar as partes em que ela foi beber nas tradições estranhas, a *assimilação* empregada em sua elaboração, os *romances* herdados da metrópole, um livro finalmente do qual se concluísse quais os elementos que produziram e presidiram à formação dessa poesia popular, escrever um livro assim, seria tarefa por demais pesada, senão uma impossibilidade. Um trabalho inglório é o que havia de ser com certeza.

A extensão deste nosso império, os dispendiosos e difíceis meios de transporte de uma a outra província, a falta completa de documentos em nossas bibliotecas e arquivos, a má vontade dos guardas desses pacíficos remansos de traças, tudo isso mete medo a quem quizer se dar ao trabalho de estudar, colecionar e beber na tradição oral do povo os fragmentos de todos esses romances, xácaras, profecias e cantigas que formam o corpo do Romanceiro Brasileiro. Esta é uma das razões que impossibilitam a tentativa de um livro no gênero em que falamos.

Há, porém, outra razão mais forte, e vem a ser que nós somos um povo de 3 séculos e meio de idade, e este espaço é muito curto para que dentro dele se tenha podido formar cousa que valha a pena de ser colecionada, atenta a pouca virilidade e acentuação da raça donde descendemos. A maior parte do nosso Romanceiro, senão a sua quase totalidade, não é mais do que uma cópia do português, que baseia-se, por sua vez, nas tradições célticas e dos povos do Norte da Eu-

ropa, levadas e espalhadas pelos Cruzados, quando, de passagem pela Península Ibérica, procuravam o santo cibório.

Daqui a conseqüência de que escrever um livro como dissemos era apenas fazer a história da transplantação do Romanceiro Português para o nosso país. Isto seria de interesse medíocre. Nem ao menos temos bases para a invenção de um fato, como o do *moçarabismo* de T. Braga que nos desse um colorido artificial de originalidade.

À vista, pois, desses fatos, é quase uma impossibilidade, seria de nenhum interesse escrever um livro em semelhantes condições.

Levado por um patriotismo impensado, ou por outra qualquer razão, já alimentamos a idéia de escrever um livro assim. Depois abandonamos essa idéia, quando nos vimos diante das dificuldades, e quando reconhecemos a pobreza do nosso Romanceiro.

Tendo nós coligido, porém, alguns *romances* e uma infinidade de cantigas soltas, tendo notado um elemento original, embora fraquíssimo, nosso, puramente brasileiro, não nos podemos ter mão ao desejo de fazê-los conhecidos e de mostrar qual esse elemento gerador do nosso Romanceiro.

Este artigo, pois, é um estudo incompleto, defeituoso e que apenas pode provar a boa vontade que a ele preside e a probidade literária que o acompanha.

A conclusão que se poderá tirar dele não será muito lisonjeira para nós, porém ele provará que há alguém que estuda e que tem desejos de aprender.

Declaramos ainda mais que todos os *romances*, xácaras, cantigas, etc., que se cite aqui, ou que se tenham de publicar, foram bebidas na tradição oral do povo, e apresentam-se estremes de composição ou correção nossas, não têm arrebiques nem postigos, os quais destruiriam a sua originalidade.

A província que mais elementos forneceu para este estudo foi a do Maranhão, cujo interior é muito conhecido do autor. Depois dela Pernambuco, principalmente nas cantigas políticas e finalmente a Bahia. A estas, pois, somente dizem respeito as proposições que aqui se avançarem.

Pedimos, em último lugar, àqueles que se dão a este gênero de estudo, que nos façam notar as faltas em que incorremos, ou que nos proporcionem meios de emendá-las.

Modesto, como nos apresentamos, aceitaremos todas as correções sensatas que aparecerem, e buscaremos corrigi-las, se algum dia dermos mais extensão a este estudo, quer nas idéias, quer na coleção a que nos dedicamos.

(*O Trabalho*, n.º 1, 15-4-1873).

I

Desde que se começou a encarar a poesia como uma manifestação necessária e fatal do gênio de um povo, como a definição de sua índole, do seu caráter, como um documento de sua vida passada, da sua vitalidade, como uma necessidade finalmente, desde então procurou-se estudar com afinco e conscienciosamente todos os produtos da inspiração anônima de que o povo vai-se apropriando pouco a pouco, e daí partiu-se para marcarem-se leis e princípios, sobre os quais funda-se a formação poética do povo, sob cuja influência a poesia popular nasce, cresce e se desenvolve.

Não é nosso propósito fazer aqui a exposição completa e a demonstração dessas leis. Elas andam explicadas e analisadas em muitos livros manuais e de fácil leitura. Algumas delas, no correr deste escrito, serão notadas e os fatos virão comprová-las a seu tempo.

* * *

Para nós, em literatura como em política, a questão de raça é de grande importância, e é ela o princípio fundamental, a origem de toda a história literária de um povo, o critério que deve presidir ao estudo dessa mesma história.

Pensando assim, já se vê que, estabelecidos os princípios, as conseqüências e as conclusões devem ser fatais.

Assim, desde que se reconhecer, quer fisiológica, quer psicologicamente, a fraqueza de uma raça; desde que se examinarem as leis que presidiram ao cruzamento e ao desenvolvimento dessa raça, e concluir-se a sua pouca vitalidade, em razão de defeitos hereditários, do clima, da nutrição, da fecundação e de muitos outros princípios que regem a formação das raças, desde que se reconhecer isto, dizíamos, a conclusão não se fará esperar por muito tempo. Seremos obrigados, em que nos pese muito embora, a reconhecer também

a pouca importância ou nenhuma dos produtos intelectuais desse povo, a sua fraqueza, as suas frivolidades e o seu nenhum valor.

Será uma raça que se desenvolve e um povo que se desmorona.

Porque é preciso, uma vez por todas, que se convençam os caturras, os carolas, os espiritualistas atrasados e os escrupulosos racionalistas, de que nós não somos mais do que um animal aperfeiçoado cuja seleção tem-se operado mais forte e rapidamente. A nossa estrutura guarda uniformidade com a do macaco, por exemplo.

Bradem muito embora contra a matéria os discursadores e sermonistas crentes, em uma ladainha monótona e soporífera; falem dos gozos do paraíso os místicos e ascetas, esbofem-se no ensinamento os professores pedantes e *papa-missas*, querendo provar a verdade da legenda adâmica, do ideal messiânico e de outras mil baboseiras balofas e malélicas; rujam embora todos: — a matéria foi, e há de ser o grande princípio de vida e atividade, o fato sensível e palpável no qual a ciência há de apoiar-se para caminhar.

Nós, que reconhecemo-la e aceitamo-la como esse princípio, partimos dela também para o estudo da questão etnológica.

* * *

Seria interessante indagar a razão por que a raça indiana, a raça primitiva e ante-histórica que habitava o Brasil, sofreu uma dissolução tão rápida depois da conquista.

Varnhagen,¹ João Lisboa² e Gonçalves Dias,³ entre outros, trataram da questão, mas debaixo de um outro ponto de vista; a saber, se se devia censurar ou justificar os coloniza-

¹ *Historia Geral do Brasil*, t. 1. [Madrid, 1854. 2 v.]

² *Obras*, t. 3. Nota C, pág. 462 e segs. [*Obras* de João Francisco Lisboa. São Luís do Maranhão, 1865. 4 v.]

³ Introdução aos *Annaes Historicos* de Berredo — *Brasil e Oceânia*, no 6.º volume das *Obras Posthumas* de A. Gonçalves Dias. Precedida de uma notícia da sua vida e obras pelo Dr. Antonio Henriques Leal. São Luís do Maranhão, 1868-1869. A introdução foi escrita para a 2.ª edição dos *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*, por Bernardo Pereira de Berredo, Maranhão, Typ. Maranhense, 1849.]

dores. O primeiro justificou-os e absolveu-os; o segundo, que com o seu grande senso filosófico e histórico podia entrar em mais suculentas explanações, bateu Varnhagen e colocou-se num meio termo; o terceiro, finalmente, com o seu amor pelo indianismo, fez um panegírico à raça índia, apostrofou os invasores e poetizou os costumes, a teogonia, a língua e tudo o mais da caboclagem vadia e indolente.

Mas a questão não é esta. Houve a dissolução, o acabamento quase total da raça. Pois bem, quais as razões que atuaram sobre esse fato?

É uma lei histórica que, nas raças puras, é necessário o cruzamento de uma outra raça, para que aquela se possa consolidar. Não é só isto uma lei histórica, é uma lei de história natural.⁴

Como é que a raça índia, que se podia considerar como vigorosa,⁵ degenerou com o cruzamento dos invasores e extinguiu-se quase totalmente?

Como é que o elemento maravilhoso e cavalheiresco do índio, porque ele o tinha, perdeu-se e desvaneceu-se completamente?

Como é que o ideal messiânico da raça conquistada cedeu o passo ao da raça conquistadora? E note-se que o ideal messiânico é uma das leis sobre que se apóia a formação da poesia popular, na hora das grandes aflições do povo.

⁴ E. Ferrière — *Le Darwinisme*, 1.ª parte. [Paris, 1872.]

⁵ Para provar esta asserção, que poderia passar como contraditória, atento o que acima dissemos, é necessário lembrar ao leitor uma cousa. Quando consideramos a raça índia como vigorosa, tendo-a chamado indolente, encaramo-la somente pelo lado de suas lendas e de sua teogonia principalmente. Era madraça fisicamente, porém no conjunto, embora pequeno de suas tradições, encontra-se muita cousa interessante e original, que, debaixo de outras circunstâncias, poderia vir um dia talvez a criar uma fonte tradicional para a poesia popular brasileira. Vejam os curiosos a este respeito a *Chronica da Companhia de Jesus*, pelo padre Simão de Vasconcelos, o *Novo Orbe Seraphico* do padre Jaboatão⁶ e o 6.º volume das *Obras Posthumas* de Gonçalves Dias, onde se poderá encontrar a descrição dos costumes indianos. Posta de parte a tendência de G. Dias para o indianismo, o leitor poderá ajuizar por esse estudo do poeta (*Brasil e Oceânia*) o que tinha de bom e mau a raça índia. [⁶ *Novo Orbe Seraphico Brasilico, ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*, por Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858. A 1.ª edição é de Lisboa, 1761.]

Onde o herói indiano? Onde o seu semideus? Onde o *caipora*?⁶ Onde o *Jeropari*? Onde a lenda do *Sumé*? Onde a teogonia de Thevet? Onde *Tamendonare* (Tamandaré)?

Tudo isso só conhecem hoje os curiosos. Tudo perdeu-se, tudo se desfez.

Martius⁷ parece [1] ter encontrado a razão deste fato, e eis o que escreve ele, tratando do caráter da raça americana.

“Quero falar desse grande fato que já precedentemente tive ocasião de assinalar da estranha divisão da população americana em uma infinidade de grupos, grandes e pequenos, grupos isolados e sem nexos, que mutuamente se repelem, e nos aparecem *como fragmentos de uma vasta ruína*.”

“A história das outras nações do globo nada nos oferece que tenha a mínima analogia [2] com semelhante estado.

“Não se pode duvidar que, desde os mais remotos tempos a América não tenha sido quase sem interrupção o teatro de emigrações, que tem agitado os diferentes pontos de sua superfície; e tudo nos faz ver nestas deslocamentos violentos uma das causas principais do desmoronamento das antigas sociedades, da corrupção das línguas, da degradação dos costumes, consequência quase inevitável da miséria produzida por qualquer grande catástrofe.

“... Devemos crer que alguma grande comoção da natureza, algum temeroso tremor de terra, tal como aquele a que outrora se atribuía a submersão da formosa Atlântide tinha envolvido em seu círculo destruidor os habitantes do novo continente?”

Isto, apesar de não ser escrito diretamente em referência à questão que nos ocupa, parece-nos poder se aplicar a ela. Essas catástrofes, de que fala Martius, são as mesmas reconhecidas por Darwin, que concorrem para a extinção de uma raça.

Assim, diz E. Ferrière,⁸ “uma praga subitamente desencadeada, ou uma mudança não explicada de temperatura geral, como houvesse talvez nos tempos pré-históricos, poderia só causar a destruição de uma espécie”.

⁶ Hoje diz-se *caipora*.

⁷ Cit. por G. Dias no *Brasil e Oceânia*, pág. 244 e seg.

⁸ Obra citada, pág. 38.

Mas isto não deixa ainda de ser uma hipótese, e, como tal, necessitaria de demonstração.

A razão principal da dissolução indígena foi, nada mais nada menos, que o princípio de seleção natural, o *struggle for life*. A raça conquistadora era mais robusta, o indígena teve de ceder. *No combate entre duas raças que se disputam o mesmo alimento*,⁹ o mesmo meio, a vitória será da mais forte.

Além disso, ocorre outra razão: a incomunicabilidade do índio, que pouco lugar dava ao cruzamento.

O índio nunca passou de caçador. Ainda hoje, nas poucas tribos e colônias que se encontram no interior do Maranhão, e as quais tivemos ocasião de ver, o índio leva a mesma vida e tem os mesmos costumes que antigamente. A sua arma é ainda o arco, a flecha, a taquara e o tacape.

Se os índios mansos andam meio vestidos, os bravos conservam-se completamente nus, somente com a *tanga* ou *tacanhoba*, e enfeitam-se de penas e cordas tecidas de *tucum*, pintadas de encarnado e preto. Usam os cabelos cortados na frente, com o resto crescido, encaixilhando-lhes o rosto. Alguns vimos com os lóbulos furados, quase a encostarem-lhes nos ombros. As suas danças são ainda as mesmas, com o maracá e o canto gutural e monótono. São sempre os mesmos no moral: desconfiados e vingativos.

Não há dous anos, uma tribo assassinou um escravo na comarca de Viana (Maranhão), tendo tentado assassinar o senhor, porque este mandara o dito escravo derribar um *pau-d'arco* em terras, que os índios diziam pertencerem-lhes.

Ainda há o fato da língua indígena, rudimentária, incompleta, infante ainda, para explicar essa espécie de calmaria na civilização indiana, apesar das comunicações dos índios com os europeus.

Disto decorre que o índio não podia cruzar-se, o fazia dificilmente, e por isso ficou sempre estacionário e extinguiu-se aos poucos.

Parecerá talvez um pouco desconexo o virmos aqui com estas reflexões acerca dos índios. A nossa idéia, porém, será compreendida, desde que a explicarmos cabalmente.

⁹ E. Ferrière, op. cit. pág. 39.

O que queremos tirar a limpo é, por ora, o fato de que na nossa poesia popular não existe um só resquício da população indígena, e que por consequência, ela deveu a sua formação a elementos novos, a leis excepcionais e quase somente de transplantação.

Que o índio nenhuma tradição nos legou é fato sabido e não carece de prova. Ninguém o lamenta, a esse fato, e só um ou outro procura fazer renascer esse anacronismo.

Nas lendas hoje ainda repetidas pelo povo existem, que saibamos, somente a do *caipora* e do *curupira* [3] de origem indiana. Isto para o maravilhoso.

Do elemento cavalheiresco nada conhecemos.

Não originando-se o nosso Romanceiro da raça que habitou primitivamente o Brasil, segue-se que ele baseia-se nas tradições da raça conquistadora.

Isto se provará, não só com a citação dos *romances* herdados, mas também com a sua confrontação com os portugueses, as suas variantes, etc.

(*O Trabalho*, n.º 2, 30-4-1873).

II

A época do descobrimento do Brasil, e, mais que tudo, a época de sua colonização, foi uma das mais acentuadas na história do espírito humano, e dentro da qual a nação descoberta poderia ganhar muita fortaleza, se outras fossem as condições que presidissem ao fato da descoberta e à emigração da raça invasora.

Com efeito, o século XVI, principalmente nas suas três últimas partes, tempo em que no Brasil começou a colonização (1530), com o fato de sua divisão em capitânias, em que ela desenvolveu-se e começaram as lutas com os holandeses e franceses (1581), o século XVI, dizíamos nós, assistia à evolução brilhante da Renascença, à Reforma de Lutero, às grandes navegações e conquistas portuguesas, a toda esta vasta efervescência de idéias novas que se chocavam no seu seio, e que o fez conhecido com o nome de *grande século*.

Camões, Gil Vicente, Sá de Miranda, Shakespeare, Miguel Ângelo, Cervantes, Bernard de Palissy, o trabalhador paciente e tenaz, toda essa constelação que aclarava a Europa não lançou sobre o Brasil nenhuma faísca, nenhuma semente que aí brotasse e crescesse, e o *rico império* não conheceu senão a ganância dos seus governadores, a carniça e a caça ao índio e as missões da Companhia de Jesus.

Se porventura outra fosse a nação que descobrisse o Brasil, talvez que ele sentisse mais fortemente o influxo da evolução que operava-se no século XVI.

Podem nos fazer notar que o povo português estava, nessa época, no apogeu de sua glória, que as suas conquistas davam-lhe lustre e brilho ao nome, e que, por isso, um povo nestas condições podia cooperar fortemente para o progresso do país que povoasse.

É certo que o povo português era forte nesse tempo, mas é inegável também que foi nesse século que principiou a sua decadência, com Alcácer-Quibir, e o domínio espanhol (1580).

E, ainda mais, a vitalidade momentânea do português nada poderia provar contra a proposição que alegamos, pois que a hipótese avançada acima tem como razão explicativa um fato completamente provado — a degeneração da raça latina.

Se outra fosse a nação que descobrisse o Brasil, uma nação da raça germânica, da anglo-saxônica, por exemplo, cremos que seria outra a nossa política, a nossa arte, a nossa literatura e a nossa religião.

Todos sabem, a não ser um pequeno número de teimosos que têm a pretensão de reconstruir a raça latina, como se uma raça que tende a dissolver-se pudesse ser restaurada, todos sabem que, dos ramos da grande família ariana, a raça latina é a mais fraca, a mais pesada e concentrada, a menos ativa. É amiga da conquista e do mando, tem o caráter sacerdotal e falta-lhe o espírito empreendedor da raça germânica e a infelicidade poética da céltica.

Vê-se por aí que ela nunca poderia concorrer para o progresso do país que povoou, antes concorreria para a sua má educação, com as suas idéias atrasadas, as suas superstições, a sua filosofia, a sua literatura, reflexo das estrangeiras e das antigas, os seus guerreiros e navegadores ignorantes e os seus frades.

Caiu a palavra da pena, e aproveitamos a ocasião para falar na influência que teve a Companhia de Jesus sobre a educação, e por consequência sobre o futuro do Brasil. Para nós, foi uma das causas mais fortes que atuaram sobre nós, para o estado de esfacelamento a que hoje chegamos, e no qual nos conservamos, com uma paciência e uma paz de espírito admiráveis.

A Companhia de Jesus, logo depois de começarem as emigrações para o Brasil, e apenas nove anos depois de sua criação definitiva (1549), começou a mandar seus membros para a terra que se mostrava além-mar, rica de ouro e pedras finas, de ingenuidade e credulidade, terreno em que a Companhia podia plantar, com certeza de uma florescência robusta, e por conseguinte de um aumento de riqueza, de adeptos, de autômatos para a consecução de seus fins.

Com aquela tenacidade que caracterizou sempre a Ordem, principiaram os frades as suas prédicas e os seus trabalhos.

Onde quer que pisasse um jesuíta, erguia-se uma cruz, depois uma capela, uma igreja, um convento e finalmente uma cidade. Todas as nossas capitais quase que originam-se deles.

Não ficava só nisso. Nas igrejas aglomerava-se o povo, ouvia as histórias milagrentas e rezava o terço. No confessional preparava-se os ânimos pelo temor, devassava-se o segredo das famílias e lançava-se-lhes no meio a discórdia. Nas escolas e liceus ensinava-se a cartilha e a teologia.

Com uma educação destas pode-se fazer idéia, e hoje vê-se claramente a consequência fatal que dela resultou.

Quanto à arte, nada há de mais chato, de mais comum, de mais oficial do que a arte dos jesuítas.

Reparai para as suas pinturas — grandes telas sem vida, sem sombras, sem perspectiva, sem expressão, sem anatomia, sem crítica, onde se representam milagres e retratos de santos, com grandes medalhões explicativos, em linguagem arastada e classicamente monótona.

Nos corredores e sacristias das igrejas, principalmente nas da Bahia, encontram-se ainda muitos desses painéis, que só a curiosidade pode fazer com que se olhe para eles.¹

Reparai para a sua arquitetura — enormes amontoados de pedra e cal, quadrados, sem ar, sem luz, de grossas paredes e corredores estreitos, sem condições higiênicas, úmidos, frios, feios, com azulejos representando sempre os milagres, e colunas que só eles, os jesuítas, sabem a que ordem pertencem. Nas obras de talha encontra-se um acervo tal de folhas, flores, sereias, grifos e quanto absurdo há, que olhá-las mete medo.

Escutai-lhes a música — é vulgaríssima, esganiçada por vezes, monótona sempre, num andamento invariável, chorada,

¹ Em Maranhão há uma coleção destes quadros, doada por Gonçalves Dias à ex-biblioteca da capital, que pode servir para exemplo. São retratos de frades, na maior parte. Aqui pode-se visitar o convento de S. Francisco, onde a coleção é digna de ver-se, e recomendamos sobretudo um grande painel que existe numa das salas superiores, representando S. Francisco no topo de duas fileiras de frades, cada qual mais feio.

mortificante, chata. Ainda hoje a sua compreensão musical não vai muito longe. Quem quiser certificar-se disto, visite o colégio de S. Francisco Xavier nesta cidade, e vá ouvir lá a música que os jesuítas ensinam aos meninos, cuja educação lhes está confiada.

A poesia — eles não a possuíram.

Vede os *Índices Expurgatórios*, onde todas as composições de mérito estão ou proibidas, ou cortadas, ou castradas.

Pois bem, uma educação feita por gente desta ordem não podia dar bons frutos e não deu.

Havia, ainda mais, o gênio do povo conquistador, para obstar a que a corrente progressiva, que se espalhava pela Europa, chegasse até o Brasil.

O português era, quando conquistava, quando mandava, mais selvagem que um botocudo. Acontecia isto porque era ignorante.

No Brasil, como na Índia, são sabidos os atos de selvageria e barbaridade praticados pelos portugueses nos índios e em seus próprios compatriotas.

Oliveira Martins² reconhece isto, e cita mesmo alguns fatos relativos à Índia, e atenua dizendo que disto originava-se a tradição para o cavalheiresco. Pode ser uma verdade, mais não é uma justificação.

A explicação que poderia justificar o português, e da qual estamos convencidos, está na gente que para cá vinha, composta quase toda da escória portuguesa, dos criminosos, dos galés, dos vadios.

Pois bem, por todos esses fatos aglomerados, em primeiro lugar a fraqueza da raça conquistadora, em segundo a educação fradesca, em terceira a má qualidade da gente que Portugal exportava, por tudo isso o Brasil ficou estacionário, sem ter notícia do movimento da Renascença e da Reforma, os dois maiores acontecimentos do século XVI.

Ainda há um fato que influiu muito sobre o povoamento do Brasil — a introdução do elemento africano. [4]

Se há na raça humana alguma coisa de bestial — o africano a possui.

² *Estudo sobre os Lusíadas*. [Os *Lusíadas*. Ensaio sobre Camões e a sua obra em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença. Porto, Imprensa Portuguesa, 1872.]

Entretanto ele entrou, cruzando-se, na formação de nossa população, e com ele entraram também os seus costumes, as suas festas, os seus instrumentos, o seu fetichismo e até a sua língua.

Este cruzamento não nos podia trazer bem algum. Trouxe mal. Deturpou a poesia, a dança e a música.

Na Bahia, onde temos visto predominar mais o elemento africano, tivemos ocasião de reparar nisto. Os bailados, os bandos de S. Gonçalo, os *sambas*, os *maracatus*, as cantigas, tudo é um agregado de saltos e pulos, trejeitos e macaquices, gritos roucos e vozes ásperas, um espetáculo de causar vergonha aos habitantes de uma cidade civilizada.

A *Lavagem* do Bonfim, descai para a saturnal. Note-se que a *Lavagem* é aí uma festa tradicional e *eminente* popular.³

O elemento africano acabou a obra que o português e a Companhia tinham começado.

Os trovadores populares limitaram-se unicamente a repetir o que lhes estava na memória, lembrando-se da metrópole, e os nacionais arremedaram-nos mais ou menos infelizmente, intrometendo nos *romances* os barbarismos e as corrupções que o meio africano fazia desenvolver.

Alguns *romances* portugueses estão completamente truncados, confundidos uns com os outros e quase ininteligíveis. Há de se mostrar isto a seu tempo.

De todas estas considerações resulta uma cousa: que a transplantação do romanceiro português, desde a sua origem, encontrou condições péssimas, e deu-se debaixo de circunstâncias fatalmente corruptoras. Isto na época em que ele podia sofrer uma *assimilação* mais ou menos interessante; porque, para adiante, as circunstâncias foram ainda piores.

Assim é que, no século XVII, o Jesuitismo e o Santo Offício mandavam em Portugal como senhores. As *Tragicomédias*

³ Para quem não sabe o que é a *Lavagem*, dá-se a explicação. Na festa do Bonfim há o costume antigo de irem as devotas lavar o corpo e o pátio da igreja na quinta-feira precedente ao dia da festa. Isto tornou-se tradicional e popular. Hoje o que acontece é que há uma romaria numerosa nesse dia. Reúnem-se as crioulas, os negros, tudo promiscuamente, e entre cantigas e esgares, meio-nuas, com as cabeças esquentadas pelo álcool das *barracas* vizinhas, com os seios à mostra, lúbricas, com essa lubricidade nojenta da crioula, entre risadas e ditos obscenos, começam todos a lavagem. Isto enjoa e envergonha.

em latim e os *Índices* foram as armas mais potentes de que se serviram eles para combater o elemento nacional na literatura.⁴

Logo que na metrópole havia esta perseguição, a colônia havia de ressentir-se.

Neste século houve um homem poeta e nacional — foi Gregório de Matos.

Quanto ao século XVIII, o classismo matou o elemento popular, assim como a ópera matou a comédia nacional.

O Brasil, que já ia tendo vida sua, ressentiu-se da evolução clássica e deu Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Sousa Caldas e outros seguidores do molde grego e das regras aristotélicas.

Do fim do século XVII para o XVIII houve outro homem eminentemente popular, talentoso e compreensivo, e, por isso mesmo, perseguido pelo Santo Ofício — foi o Dr. Judeu.

Além destes dois, G. de Matos e Antônio José, não conhecemos outros que mais honra façam ao Brasil de então, a não ser Gonzaga, aquela grande alma amorosa, que sabia tão bem fazer o lirismo.

No século XIX as lutas da Independência poderiam ter fornecido muito material para a poesia popular, mas assim não aconteceu. O povo ia começando a ser prático, ia saindo da vida épica e romanesca, e entrava na dramática e burguesa. O meio histórico não oferecia elementos para a poesia popular.

Depois da Independência veio o romantismo — uma evolução —, que já não entra no nosso programa.

Daqui, conclui-se, debaixo das circunstâncias apontadas, o que se deu havia de acontecer, era fatal: a transplantação não podia ser vigorosa, teve de corromper-se e morrer.

Após isto, temos de entrar na comparação dos *romances* herdados e deturpados, a fim de, com os fatos, provarmos o que aí fica dito.

É o que faremos no capítulo seguinte.

(O Trabalho, n.º 3, 15-5-1873).

⁴ T. Braga, *História da Literatura Portuguesa*. Séculos XVI e XVII [Historia da Literatura Portuguesa. Theatro clássico no século XVI e XVII. Porto, Imprensa Portuguesa, 1870.]

III¹

No trabalho comparativo que fizemos entre os *romances* populares portugueses e os nossos havidos por herança, reconhecemos um princípio: em todos eles, apesar das corrupções, cortes, confusões de uns com outros, existe sempre o mesmo fundo maravilhoso ou cavalheiresco, conforme o estilo a que pertencam.

É que, na poesia popular, esses dois elementos são os mais comuns, e sobre eles tece o povo as suas lendas, as suas tradições e os seus contos.

Seguimos, neste trabalho, a coleção de Teófilo Braga, [5] como a mais completa e estreme de qualquer composição própria, o que não acontece com a de Garrett, que as mais das vezes é emendada e aperfeiçoada, ficando desse modo defeituosa. Garrett muitas vezes troca palavras e mesmo idéias, como ele mesmo confessa, quando acha que os ouvidos melindrosos podem chocar-se com os dizeres simples e rústicos do povo, com as palavras e frases mais ou menos obscenas.

Se fizéssemos um trabalho de recreio e mera diversão, adotaríamos o método e as recomendações de Garrett; porém, como assim não acontece, como este estudo tem por fim mostrar o que é verdadeiro, o que é peculiar ao povo, o que lhe é congênito, desprezamo-las de boa vontade, essas recomposições, tomando delas somente o que nos é necessário.

Declaramos que temos unicamente coligidos por escrito os *romances* do *Bernal Francês*, *Nau Catarineta* e *D. Barão*, e que os outros, que houvermos de comparar, foram ouvidos,

¹ Veja-se o 3.º volume do *Cancioneiro e Romanceiro Portuguez* de T. Braga. [*Romanceiro Geral*. Coligido da tradição. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.]

é verdade, mas não podemos lê-los por escrito, por causa da grande dificuldade que encontramos nas pessoas que os sabiam, as quais somente podiam repeti-los *cantando*, e, quando paravam, não lhes era possível continuar sem recomeçar.

— Só encarrilhado — dizia-nos a este respeito uma benta alma.

Além disso, encontramos-nos com a má vontade de muitos, a grosseria de outros e os medos da maior parte.

No meio de tudo isto, havia um novo elemento com que lutar — forte, invencível e desanimador: era a estupidez do nosso povo. Muitas vezes não entendíamos parte dos *romances* cantados, por causa dos inúmeros barbarismos neles introduzidos, e se pedíamos explicações sobre alguma palavra ininteligível, não nô-las sabiam dar. De sorte que, somente confrontando com as versões portuguesas, podemos chegar ao fim desejado.

Em geral, os *romances* são cantados na parte dramática e, nas transições, o cantor pára, explica em prosa o que falta, comentando muitas vezes por sua conta, introduzindo anacronismos e tudo quanto o meio em que vive lhe desperta.

As versões que aqui apontamos foram todas coligidas no Maranhão, onde parece-nos que se tem conservado por mais tempo os hábitos portugueses, as festas, as tradições e as lendas. Voltaremos a este assunto.²

Vê-se por estas declarações, que usamos de toda a probidade. Nem julguem por elas que o nosso trabalho tornar-se-á menos documentado, pois, se nos falta as coleções escritas dos outros *romances*, que não os apontados acima, temo-los ouvido tantas vezes e por tantas pessoas, que alguns até trazemos de cor, podendo assim fazer as comparações prometidas.

Dos onze primeiros *romances* da coleção de T. Braga, e que trazem a inscrição — *Romances comuns aos povos do Meio-dia da Europa* —, somente encontramos um, cuja lição

² Em Pernambuco somente alcançamos um *romance* — *Juliana* —, que é com certeza herdado, porém que não encontramos em nenhuma das coleções que lemos.

maranhense possuímos escrita, que anda muito espalhado e cantado entre nós, e é quase composto. É o de *D. Martinho de Avisado*.

O que temos aproxima-se mais da variante da Foz e traz o mesmo nome de D. Barão — que nela se encontra. O princípio

Já se começam as guerras
no campo de Dom Barão:

é tal qual, assim como o diálogo entre o pai e a filha, que se segue logo depois, somente com as seguintes diferenças. Estes versos

— Tendes o pé pequenino,
filha, conhecer-vos-ão.
— Metê-los-ei numas botas,
nunca delas sairão.
Dai-me armas e cavalo,
serei seu filho varão.

na variante que possuímos foram trocados por estes:

— Tendes o pé pequenino,
filha, conhecer-vos-ão.
— Passe pra cá essas botas
encherei-as de algodão.

Esta estrofe é da versão da Beira-Baixa, com uma ligeira diferença no terceiro verso, que na dita versão é

— Dê-me cá as suas botas.

A expressão — *passe pra cá* — é muito nossa, e usada no interior das províncias, onde foram coligidos estes *romances*.

Logo adiante, na mesma variante da Foz, há estes versos:

— Tendes os peitos mui altos,
filha, conhecer-vos-ão.
Encolherei os meus peitos
dentro do meu coração.

os quais, na variante maranhense, adquirem uma cor local extraordinária, a qual faremos notar grifando as palavras donde julgamos vê-las ressaltar.

Tendes os peitos crescidos,
filha, conhecer-vos-ão.
— Apertarei-os c'um pano
por baixo do cabeção.

Vê-se, por esta variante, que o povo foi procurando substituir cousas que ele não conhecia, como o justilho, de que fala a versão da Beira-Baixa,

— Mande fazer um justilho
que me aperte o coração

por outras usadas no meio em que ele vive. O cabeção, usado pelas mulheres do interior das províncias, foi escolhido para substituir o justilho, embora se note a contradição palpável de ver uma mulher que quer disfarçar-se, continuar a usar do cabeção, vestimenta só própria de mulheres.

Os versos

— Oh mi padre, oh mi madre,
grande dor do coração

estavam na variante maranhense assim:

— Oh meu pai, minha mãezinha,
que dor no meu coração.

donde se conclui, não só pela ausência dos vocábulos espanhóis — *madre* e *padre* —, como pelo diminutivo — *mãezinha* —, a acentuação nacional.

Em geral nós, brasileiros, somos muito propensos aos diminutivos, como sinal de agrado e carinho. Assim é que geralmente diz-se — meu santinho, meu benzinho, meu amorzinho, etc., quando se quer mostrar afeto a alguém. Nota-se isto principalmente no tratamento das mães para com os filhos. Na variante da Foz, logo abaixo, dom Barão usa do mesmo diminutivo para com sua mãe.

A mudança maior que existe neste *romance*, e que faz bem frisar a influência do meio atual em que ele vive, é a seguinte:

Variante da Foz:

Dom Barão como discreto
de nada se receou;
chamou pelo seu criado
uma carta lhe entregou:
— Novas me chegam agora,
novas de negro pesar; [6]
etc.

Variante maranhense:

Dom Barão *que era macaco*
de nada se arreceou;
chamou pelo seu *moleque*,
uma carta lhe entregou:
— Novas me chegam agora,
etc.

Por esta apropriação, feita pelo nosso povo, vê-se claramente a influência dos seus costumes e dizeres sobre o *romance* português.

Em primeiro lugar temos a locução — *que era macaco*, puramente brasileira, no sentido de astuto, fino. É costume dizer-se entre o povo — *fino como macaco velho*.

Em segundo lugar há a substituição do *criado* português pelo *moleque*, que só se encontra entre nós. Já é o elemento negro tomando conta da poesia, como adiante veremos que toma em maior escala.³

O fim do *romance* é o mesmo que na variante da Foz:

— Que foi isso Dom Barão,
quem vos vem acompanhar?
— Um genro de vocemecê,
se o quiser aceitar.

³ É inegável, porém, que o elemento chulo introduzido neste *romance*, apesar de brasileiro, torna-o destoante e fá-lo menos nobre.

O *romance* de *Gerinaldo* não anda tão espalhado entre nós como o precedente, mais ouvimo-lo diversas vezes, com o mesmo fundo, as mesmas idéias, quase a mesma forma que o português, até o lugar em que o rei vai encontrar Gerinaldo nos braços da filha, e diz:

— Eu se mato a Gerinaldo
criei-o de pequechinho!
Eu se mato a dona Infanta
fica o reinado perdido.

não tendo a variante maranhense os dois versos últimos da fala do rei:

Meto-lhe a espada no meio
para que sirva de aviso.

A cena do despertar de Gerinaldo, do diálogo dele com a Infanta e depois com o rei, tudo falta na variante maranhense.

Quem cantava este romance explicava em prosa que o rei afinal, por pedido da filha, perdoava a Gerinaldo, casando-os depois, e no fim então é que repetia os dois últimos versos com que acaba o *romance* português:

— Pois toma-a por tua mulher,
e ela a ti por marido.

O *símbolo* da espada colocada entre os dois não conservou-se, cremos que pela razão de não ser compreendido, nem ter outro que o substituísse, e daí o esquecimento do resto do *romance*, com exceção dos dois versos finais.

O *Romance da Noiva Roubada* não existe entre nós como está na versão de Almeida.

Conhecemos-lhe somente o fundo, que é muito vulgar entre as histórias do nosso povo, e esta quadra, da qual não podemos explicar a existência, senão como lembrança vaga de se ter ouvido aqui o dito *romance*:

Eu não pertendo da boda,
nem tampouco do jantar;
pertendo falar à noiva,
que é minha prima carnal.

Dos *Romances do Alferes Matador* e da *Romeirinha* não temos absolutamente notícias de variante alguma brasileira.

Já não acontece assim com o *Romance da Encantada* (variante da Foz), que é o mesmo que na versão de Covilhã traz o nome de *Romance da Infanta de França*.

O que nos lembramos ter ouvido no Maranhão aproxima-se mais da variante da Foz.

Há a mesma cena da caça, da donzela no arvoredado, mas o diálogo que se segue não é tão longo. O final é o mesmo.

A tradição dos encantamentos foi muito guardada entre nós, e raro é o conto popular onde ela não entre. Estas histórias então de donzelas encantadas, que são salvas por príncipes, são-nos muito comuns.

Tendo comparado os *romances* desta primeira parte do *Romanceiro* (vol. 3.^o), passaremos à segunda, que se inscreve — *Romances de suposta origem portuguesa*.

(*O Trabalho*, n.^o 4, 31-5-1873).

IV

O primeiro *romance* desta segunda parte do *Romanceiro* de T. Braga, e que tem por título *Silvana*, é o mesmo que serviu a Garrett de tela para bordar a sua *Adozinda*. Este também o transcreve no seu *Romanceiro* (t. 2, pág. 115), [7] com o diminutivo de *Silvaninha*, e o dá como originário português; mas T. Braga diz que ele se encontra também nas Astúrias, com o nome de *Delgadina*, e transcreve a lição publicada por Amador de los Rios.

Se é português ou espanhol, não seremos nós que iremos destrinchar o caso. Contudo diremos que, nestes *romances* populares, as tradições são muitas vezes comuns a diversas nações, sem que houvesse para isso se dado o fato da herança ou da implantação. É assim que, por algum tempo, ventilou-se a questão de indagar se o *romance* francês pertencia às tradições célticas, ou às germânicas e escandinavas.

M. Gisli Brynjúlfsson,¹ depois de ter sustentado a segunda opinião, reforma-a no fim do seu estudo, levado pela leitura do *Mabinogion* de Lady Guest e dos *Bardos Bretões* de Villemarqué, e reconhece francamente que não existe parentesco entre as tradições célticas e os monumentos literários dos escandinavos, de modo a considerar que os últimos fossem origem dos monumentos literários dos celtas.

“Fortifico com isto a minha opinião, diz ele,² de que todos os mitos e antigas tradições, pelo menos de todos os povos civilizados da Europa, compreendidos nesse número tanto os celtas como os germanos, *fundam-se essencialmente*

¹ *De l'Ancien Roman Français et de l'influence exercée sur son développement par les Normands*; trad. de L. S. Borring. Vem este estudo nos *Anais da Sociedade dos Antiquários do Norte*, t. 1 (truncado), na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. [Société Royale des Antiquaires du Nord — Copenhague.]

² Obra cit., p. 347.

sobre uma única e mesma base, que se não deve considerar histórica, mas que provém de uma percepção primitiva do universo comum a todos estes povos e talvez a toda a humanidade”.

Citando estas palavras, e chamando a atenção do leitor para o que vai em itálico, temos em vista fazer notar somente que a opinião de Garrett não é destituída de fundamento, dando a *Silvana* como de origem portuguesa.

Vem ainda confirmar a opinião de M. Gisli o fato de que, em todos os romances populares, encontram-se ações, cenas e idéias comuns a diversos, às vezes de origem diferente, e pertencentes a ciclos distintos. É assim que o nascimento de duas árvores nas sepulturas de dois amantes repete-se na *Peregrina* e na *Rosalinda*, da coleção de Garrett, no *Conde Niño*, da coleção de T. Braga, e no *Tristan et Iseult*, romance medieval; o pedido da castelã ao pai, para dar pousada ao peregrino, repete-se na *Santa Iria a Fidalga* e na *Santa Helena*, da coleção de T. Braga; a cena do testamento no romance *D. Aleixo* acha-se quase toda na *Juliana*, que coligimos em Pernambuco, e assim muitas passagens que seria enfadonho citar.

Bem sabemos que esta opinião de dar ao povo concepção idêntica e semelhante sobre certos fatos é hipotética, mas é uma hipótese que vai adquirindo grande força de verdade, à vista dos fatos comprobatórios que todos os dias acumulam-se com o fim de dar-lhe o caráter de uma lei.

Vamo-nos, porém, afastando do nosso assunto.

Seja ou não de origem portuguesa, a *Silvana* é um romance muito conhecido entre nós, senão completo, pelo menos semelhante em muitos lugares ao que se canta no Maranhão.

Lembramo-nos dele somente do ponto em que principia:

— Atreves-te tu, Silvana,
uma noite a seres minha?

sendo o começo explicado em prosa, antes de principiar o canto.

Segue, pouco mais ou menos, como o romance português, até o lugar em que o pai de Silvana vai ter com sua mulher à meia-noite julgando ser ela a filha. O diálogo entre ele e a mulher não existe na lição maranhense.

A cena do encerramento na torre, o espaço de sete anos e um dia, comum em outros romances, a comida por onça e a água por medida, que davam a Silvana, o pedido dela nas ventanas à mãe, aos irmãos e ao pai, tudo isso há na variante que ouvimos.

A estrofe

— Alevantem-se, meus pajens,
criados da minha casa,
uns venham com jarros de ouro,
outros com jarros de prata:
o primeiro que chegar
tem a comenda ganhada,
o segundo que chegar
tem a cabeça cortada.

é completa entre nós, assim como as duas últimas estrofes do romance. O *Bernal Francês* é um dos romances mais cantados e conhecidos entre nós, mais do que o de *D. Barão*, porém menos do que o da *Nau Caterineta*.

A variante maranhense que possuímos dá-lo quase completo, como vem na lição da Foz colecionada por T. Braga, com um enxerto da variante dada por Garrett, da qual também é o começo:

— Quem bate à minha porta,
quem bate, oh! quem 'stá aí?
— Sou Bernal Francês, senhora;
vossa porta, amor, abri.

Em tudo o mais segue tal como na aludida versão da Foz, apenas com estes versos de mais, no lugar em que o cavaleiro faz uma imprecação à tumba da amante, versos que, já dissemos, vêm na lição dada por Garrett.

Os versos são os seguintes, logo após estes dois

Do fundo da sepultura
uma triste voz ouvi:

da versão da Foz:

— Vive, vive, cavaleiro,
vive tu, que eu já morri:
os olhos com que te olhava
de terra já os cobri,
boca com que te beijava
já não tem sabor em si,
o cabelo que entrançavas
jaz caído ao pé de mi,
dos braços que te abraçavam³
as canas vê-las aqui!
Vive, vive, cavaleiro,
vive tu, que eu já vivi.

seguindo-se o final como na versão da Foz.

Note-se agora uma cousa: o *romance*, como o dá T. Braga, é mais puro. Como se explica o enxerto da imprecisão do cavaleiro, onde se encontra algum arrebique e correção, e onde o *aperfeiçoamento* tira-lhe a originalidade da rudeza da versão da Foz? Como foi que a herança deturpou-se desse modo, em um *romance* tão espalhado como é o *Bernal Francês*?

Explicaremos esse fato da seguinte maneira, declarando contudo que é uma simples hipótese, que não pode ir documentada, mas que apesar disso não deixa de ser aceitável.

É provável que o *Bernal Francês* fosse herdado na sua pureza original, e que fosse *cantado* como vem na coleção de T. Braga. Com a publicação, porém, que dele fez Garrett em 1828; com a revolução operada pelo romantismo; pela espécie de entusiasmo que reinou de então até certo tempo, entusiasmo que se manifesta na monomania de se escreverem *xácaras*, *romances* e loas populares, inventadas, mais ou menos imaginosas, metafóricas, defeituosas e que de populares só tinham o nome,⁴ com o fato que se devia dar então de

³ Braços com que te abraçava. Var. maranhense.

⁴ Em uma revista literária — *Minerva Brasiliense* —, publicada no Rio em 1843-44, onde escreviam Torres Homem, Magalhães, Porto Alegre, J. Norberto, etc., revista que pode marcar uma época — o desenvolvimento do romantismo no Brasil, vê-se essa tendência, pela quantidade de romances aí publicados. Só do Sr. J. Norberto S. S. há sete

decorarem-se esses *romances* aperfeiçoados e inventados; com isso tudo, dizíamos nós, é provável que o *Bernal Francês* fosse decorado, repetido e cantado. Como, porém, ele já estivesse espalhado de há muito entre nós, aconteceu que a nova lição somente introduziu na velha os versos que transcrevemos, que aliás nos lembramos ter ouvido em outro *romance*, com pouca diferença.

Seja como for, o *Bernal Francês* é um dos *romances* mais sabidos e cantados no Maranhão, e também no Espírito Santo, segundo nos informa um amigo.

Os *romances* do *Conde Niño*, da *Promessa de Noivado* e de *D. Aleixo*⁵ são-nos desconhecidos, exceção feita do que observamos na nota.

Do *romance* de *D. Pedro* conhecemos somente o fundo, e temos lembrança vaga dos versos que principiam:

Olha para trás, D. Pedro,
olha se queres olhar,
o teu cavalo é branco,
veio já do meu sinal.

baladas. O número total de todos os romances da revista é 16. Em um *Semanário*, publicado em 1857 no Espírito Santo, a aluvião não é a mesma, mas ainda lá se encontram 5 ou 6 romances, além das transcrições do *Bernal Francês* de Garrett e do *Acalentar da Neta* de Castilho. Ainda em 1872 publicou o Sr. Juvenal Galeno nas suas *Lendas* uma balada — *Amor Fatal*, a qual, apesar de ter seu mérito como estudo, nada tem de popular, pelo figurado do estilo e metafórico da linguagem. De presente são esses os exemplos que nos ocorrem.

⁵ A *Juliana* (variante de Pernambuco) tem uma estrofe que diz:

A minha alma entregue a Deus, [8]
o corpo à terra fria,
a fazenda e o dinheiro
entregue à D. Maria.

a qual tem o mesmo sentido e semelhança com estes versos do *D. Aleixo*:

A minha alma dou a Deus,
e à Virgem Santa Maria;
o meu corpo tão valente
já o dou à terra fria,
coração à minha dama
discreta Dona Maria.

Os romances da *Filha do Imperador de Roma* e de *D. Agueda de Mexia* são-nos também desconhecidos.

O romance do *Casamento e Mortalha* é nosso conhecido em parte, isso mesmo no fundo somente. Este romance não foi encontrado na tradição oral por T. Braga, que o extraiu da coleção de Garrett. Ele não se encontra nos *Romanceiros* espanhóis.

Somente temos lembrança completa da última quadra, com o mesmo nome de D. João:

Pois fique esta mão já fria
na sua mão adorada;
de D. João é viúva,
condessa será chamada.

Este fato de ser conhecido entre nós este romance pela lição de Garrett prova ainda mais a nossa opinião sobre o *Bernal Francês*, pela popularização dos romances do mesmo Garrett.

O último romance desta segunda parte que comparamos é o da *Nau Caterineta*.

Nenhum é mais sabido, nem repetido com tanta felicidade tal como veio de Portugal. O que possuímos (variante maranhense) é completo, como vem em T. Braga (versão de Lisboa).

As poucas mudanças que tem são de nenhuma importância: transposição de palavras, troca de nomes por outros sinônimos, porém que não transformam o pensamento.

Lembramo-nos ter ouvido, mesmo no Maranhão, uma outra variante, que dava o fim como traz Garrett, com o estouro do diabo e o salvamento da nau, mas não temo-la, essa variante, por escrito, por isso não podemos afiançar se é tal qual traz o *Romanceiro* de Garrett.

Trataremos em seguida da terceira parte do livro que nos serve de paralelo neste estudo comparativo.

Essa parte se inscreve: *Romances que se encontram nas coleções espanholas*.

(*O Trabalho*, n.º 5, 15-6-1873).

V

Dos cinco romances desta parte¹ só o primeiro (do *Conde Preso*) não é nosso conhecido. Os outros quatro ouvimo-los bastantes vezes e o fundo é o mesmo das versões portuguesas. Apontaremos as semelhanças, seguindo sempre a classificação de T. Braga, entre os romances portugueses e os nossos herdados, o que fazemos de memória em toda esta parte.

Romance do Conde Alberto. Deste romance o que mais nos ficou em lembrança foi o adeus de Silvaninha, que, na versão do Porto, começa assim:

— Adeus moças, adeus aias
com quem eu me divertia;
adeus espelho real
onde me via e vestia;
etc.

assim como esta estrofe, da variante da Beira-Baixa, que temos de cor, por a termos ouvido muitas vezes:

Foi-se dali o bom conde,
cheio de melancolia;
mandou fechar suas portas,
cousa que nunca fazia!
mandou pôr a sua mesa,
nem um, nem outro comia;
as lágrimas eram tantas
que pela mesa corria.

¹ O número dos romances desta parte terceira é de onze, mas é porque há dois e três romances às vezes sobre a mesma tradição, por isso damos o número de cinco, que tantas são as tradições sobre que eles se fundam.

Romance do Conde de Alemanha. Reminiscência vaga, exceção feita dos seguintes versos que temos quase de cor:

— Minha mãe, minha mãezinha,
venha à janela do canto,
venha ver o senhor conde
todo vestido de branco.
Venha ver, ó minha mãe,
à janelinha do paço,
venha ver o senhor conde
com uma corda no pescoço.

Romance de D. Carlos de Montalbar. É este o romance de que nos lembramos mais e foi também um dos mais populares em Portugal, o que explica a sua popularização entre nós. T. Braga diz dele: ² “Eis um daqueles *romances* de que o povo tanto se apossou, que o inverte e borda a capricho, tomando a ação como tipo de novas situações”.

Na variante maranhense que ouvimos, havia quase uma reconstrução do romance, com as três versões do Porto e Beira Alta (comum), Beira Baixa e Coimbra.

Na versão comum ao Porto e Beira Alta, desde o lugar que principia:

Aos sete para oito meses
seu pai que a estava a mirar;

até a parte em que D. Carlos recebe a carta levada pelo pajen-zito, e que acaba:

Jornada de trinta léguas
temo-la nós para andar,

é quase completa a lição que ouvimos.

Há a cena dos alfaiates, assim como, para o fim, a do disfarce de D. Carlos em frade para salvar a amante.

A variante da Beira Baixa, porém, parece-nos que foi a mais cantada entre nós, pois é dela que conhecemos pedaços mais completos e iguais aos nossos. Nesta variante (*D. Lisar-*

² *Romanceiro*, t. 3.º Notas 31, 32, 33. [Pág. 198-199.]

da) o nome do conde é o mesmo que aqui ouvimos (*Montalvão*), mas não o é o da amante, do qual não temos lembrança.

Logo no começo do romance há semelhança com o que ouvimos:

— Tenho feito um juramento
na folhinha do Missal,
menina com quem dormir
de eu a não ir difamar.

Desde o lugar que começa:

— Não se me dá que me queime,
nem que me mande queimar;
dá-se-me deste meu ventre
que leva sangue real

até a entrega da carta pelo pajem, é completa a variante que ouvimos, e é igual a esta da Beira Baixa, menos as transições explicadas por estes versos:

Chegou a uma janela
muito triste do coração,

e por estes:

Apareceu-lhe um menino
de sete anos e mais não.

A variante de Coimbra tem uma idéia, que vimos reproduzir-se num romance obscuro coligido em Pernambuco, que julgamos ser brasileiro, não * pelo elemento *chulo* que nele predomina, proveniente do meio em que nasceu, mas também pela história que dele nos contou a lavadeira que no-lo disse. Essa história referia-se diretamente a uma mulher determinada, com quem se havia dado o fato, e que era conhecida, dizia a lavadeira, de sua defunta avó.

[* não só]

A idéia de que falamos é a da feitiçaria das ervas mágicas, manifestada na *D. Areria* (variante de Coimbra) nestes versos:

A cidade de Coimbra
tem uma fonte de água clara;
as moças que bebem nela
logo se vêem pejadas.
D. Areria bebeu nela
logo se viu ocupada.
etc.

e na *Mulher do nosso Mestre* (romance obsceno de que atrás falamos) nos seguintes:

A mulher do nosso mestre
foi se lavar na enxurrada;
.....
pegou no peixe-espada.
Ao cabo de nove meses
manda chamar a parteira:
— Venha cá, sinhá comadre
etc.

O resto do romance é inqualificável e repulsivo de torpeza.

Mas vê-se o elemento da feitiçaria comum na formação da poesia popular dos dois países, se é que a idéia do romance pernambucano não é mais obscena ainda do que julgamos.

Romance do Passo de Roncesval. Não é muito conhecido aqui, e apenas para o fim há dois lugares, dos quais temos lembrança completa. Um deles é quando o mouro dá os sinais de D. Beltrão, ao velho pai que o buscava:

— Sete feridas no peito
a qual será mais mortal:
por uma lhe entra o sol,
por outra lhe entra o luar,
pela mais pequena delas
um gavião a voar.

O outro lugar é quando o cavalo levanta-se para se defender da acusação que lhe dirige o pai de D. Beltrão.

Este fato da conservação completa entre nós deste pedaço é muito característico, para acentuar a tendência da poesia popular brasileira. Faremos notar essa tendência em tempo, e então falaremos mais largamente sobre este fragmento do *Romance do Passo de Roncesval*.

Dos romances mouriscos e contos de cativos nada temos; nem nos lembramos ter ouvido cousa que se parecesse com as que vêm no livro de T. Braga que nos serve de paralelo.

Esta falta de popularização destes romances e contos, julgamos explicar por algumas razões que, por serem de mais longo desenvolvimento, faremos delas objeto do capítulo seguinte.

(*O Trabalho*, n.º 6, 30-6-1873).

VI

A transplantação da poesia popular, ou se quiserem, das tradições que lhe servem de base, está sujeita a certas regras, deduzidas da observação e da experiência, sob as quais esta se desenvolve, e sem as quais ela é impossível.

Note-se que se não trata da *formação* poética do povo, que tem também as suas regras, e sim da transplantação das lendas de uma nação conquistadora ou invasora para outra que lhe sofre a influência.

No primeiro caso, no da *formação* poética, o povo não vai buscar tradições alheias, muitas vezes à sua índole, aos seus costumes, à sua religião, à sua mitologia e à sua língua; cria, tece a sua história legendária, que é a manifestação de sua própria personalidade, com essa intenção, como que universal e comum a todas as nações, de que falamos já, citando o estudo de M. Gisli Brynjúlfsson sobre o romance francês. O maravilhoso, o cavalheiresco, o mágico, o inesperado, tudo isso concorre para o *romanceiro* popular, e são fatos esses que se encontram no espírito dos *romances* e lendas populares de qualquer nação.

Na transplantação, porém, não se dá isso. Por falta de originalidade, de mitologia, de língua desenvolvida, um povo aceita a influência de outro, a sua religião, o seu direito, a sua língua e as suas tradições.

Nós já mostramos ligeiramente as razões da nossa pobreza poética, e da pouca acentuação que se há de notar no nosso *romanceiro*, assim como também as péssimas condições em que se deu a transplantação e, por consequência, a corrupção fatal a que chegou.

Por isso não entraremos em explanações mais largas sobre este ponto, e apenas nos contentaremos com procurar as razões que atuaram, a nosso ver, sobre a não implantação dos *romances* mouriscos e de cativos, investigação que, dizemo-lo

de passagem, funda-se na aplicação dos princípios, reconhecidos e aceitos, sobre os quais se dá a transplantação, mas que pode falhar em relação a qualquer outra província que nos é desconhecida, e onde seja repetido o *romance* mourisco. Este fato, se ele se verificar, pode ser explicado então por outra qualquer razão, que diga respeito a circunstâncias particulares de colonização.¹

* * *

Na *transplantação* há uma lei genérica, que se pode sintetizar deste modo: O povo adota de preferência os *romances* tradicionais que não dizem respeito a fato algum particular, e, quando aceita as tradições de outro povo, vai substituindo lentamente os seus heróis aos estranhos.²

A explicação desta lei é fácil.

A poesia popular não é um fato que decorra de uma mera diversão individual, como se dá no lirismo choramingas do poeta, que conta as cenas de seus amores, passadas à beira do regato e à luz da lua. Não é também o efeito de uma revolução erudita, que imponha suas regras, vazadas as mais das vezes em moldes acanhados (como o classismo); nem tampouco a acumulação premeditada e regularizada de lendas e tradições, apanhadas aqui e ali, somente com o desejo de formar-se um *romanceiro*.

Citam-se exemplos para provar esta asserção. O provençalismo, apesar da opinião de Fauriel, que sustenta ter sido ele a origem do romantismo cavallheiresco da França, o provençalismo, dizíamos nós, nenhum efeito fez à poesia popular francesa, porque ele se limitava às alambicadas imagens das *cortes de amor*, enervando antes o espírito popular, do que fortalecendo-o.

A poesia lamartiniana nada trouxe também à tradição popular e tende a morrer. Do que Camões escreveu, foram

¹ Como prova citaríamos, por analogia, o fato que deve se ter notado nos *romances* colhidos no Maranhão, de que todas as suas variantes em geral aproximam-se, ou então são perfeitamente semelhantes às *versões* e *variantes* da Foz. Não sabemos ainda qual a explicação disto, mas deve prevalecer aí alguma razão particular que diga respeito aos primeiros colonizadores daquela província.

² T. Braga, *Romanceiro Português*, t. 1, pág. 7 e 8. [*Historia da poesia popular portuguesa*, Porto, Tip. Lusitana, 1867, p. 7-8.]

Os *Lusíadas* que lhe deram nome, porque nesse poema soube ele apropriar-se do gênio popular português (a *mareação*), e entressachou naquele monumento imorredouro as tradições mais afagadas do seu país (o elemento cavallheiresco representado no episódio do Magriço; o elemento maravilhoso no milagre de Ourique, etc.).

Os sonetos e as canções de Luís de Camões são de mérito, é verdade, mas desaparecem junto aos *Lusíadas*.

O classismo do século de Luís XIV é hoje apenas um documento, mas nunca poderia formar uma tradição. Racine, Boileau e Corneille, para nós o de mais mérito dos três, hoje são lidos por mero interesse histórico. O classismo do século XVIII, em Portugal, não conseguiu mais do que pôr uma mordaza ao gênio popular, sem poder fazê-lo aceitar as suas regras. Tanto a *Arcádia* desse tempo, como a mais recente *Nova Arcádia*, são de enfadonha e soporífera memória.

As coleções de Macpherson, finalmente, jamais conseguiram passar por coisa melhor do que elas são — bordados a capricho sobre lendas feitas por um estudioso.

A poesia popular é um ato sério e fatal, que se origina do vasto complexo de circunstâncias, que presidem à civilização e ao desenvolvimento de um povo.

Embora a sua origem seja individual, ela não aceita do indivíduo senão os traços gerais que podem ser ajeitados à sua índole. Assim é que, na Idade Média, a poesia jogralesca entra no processo da formação poética do ciclo de Carlos Magno.

Carlos Magno era o herói, em torno do qual se cruzavam e grupavam todas as aventuras cavallheirescas de então. O jogral ia cantando de castelo em castelo, jornadeando sempre, pagando a hospitalidade que lhe davam com os seus cantos.

Destes cantos, ouvidos pelo povo, ia-se originando a tradição até a sua formação completa.

Como o jogral, o *homéride* da Grécia primitiva foi o elemento originário dos poemas homéricos.

O derramamento dos cruzados em Portugal concorreu para a formação do seu *romanceiro*, pela implantação das tradições célticas e normandas.

Foi com este princípio individual que se formaram os grandes ciclos do *romanceiro* francês (ciclo Bretão e ciclo

Franco e os *romances* normandos), do português (ciclo do Rei Artur, Távola Redonda, etc.), com substituição dos heróis estranhos, e os grandes poemas heróicos da *Ilíada*.

A vista do que vai dito, vê-se a verdade da primeira asserção da síntese atrás estabelecida. Tudo quanto é genérico, geral, congênito ao pensamento do povo, ele aceita; o que é particular é rejeitado.

Quanto à segunda parte — a substituição dos heróis, citaremos para exemplo, em primeiro lugar, o ciclo do rei Artur, aceito em Portugal, e a substituição do rei Artur por D. Sebastião o Encoberto,³ e depois Magriço e seus companheiros, em substituição a Carlos Magno e os 12 Pares do ciclo da Távola Redonda.

As tradições do Norte da Europa, escandinavas sobretudo, deram por sua vez o símile para os romances carlovíngios.

Assim é que as lendas do *Rolf-Krake* e seus heróis, do *Rei Half* e seus guerreiros e do tipo inicial de todos eles — *Odin* e seus 12 companheiros, são origem para as tradições do ciclo carlovíngio.⁴

Provada a asserção no seu todo, e cremos que os exemplos dados bastarão para isso, passaremos a fazer a aplicação, quanto à questão dos *romances* mouriscos e de cativos.

O gosto mourisco principiou a espalhar-se em Portugal no século 16, época do descobrimento e colonização do Brasil.

Este fato, só por si, era bastante forte para não transplantar-se para o nosso *romanceiro* o elemento mourisco, e a razão é simples.

Para acentuar-se perfeitamente uma tendência sobre a poesia de uma nação, é necessário um espaço de tempo não pequeno, até que ela se solidifique como tradição. Logo ao princípio o romance mourisco seria pouco cantado; os colonizadores, por consequência, não sabê-lo-iam e, em conclusão, não poderiam trazê-lo para o Brasil. Depois a tendência foi-se modificando, outra evolução apareceu, e o *romance* mourisco ficou completamente desconhecido para nós.

³ T. Braga, *Romanceiro Portuguez*. [Introdução].

⁴ M. Gisli Brynjúlfsson, estudo citado, p. 398-9.

Os interesses mudaram, com o seguir dos séculos, a índole tornou-se outra para o Brasil e o gosto mourisco feneceu.

Acresce, em segundo lugar, que, mesmo em Portugal, a sua duração não foi longa, e o seu cunho não foi verdadeiramente popular em tudo. Abundam nos *romances* mouriscos desta parte que analisamos³ muitas descrições e narrativas, o que não é natural e comum na poesia popular, e demonstra mais uma invenção erudita.

Exceção feita da versão de Trás-os-Montes do *D. Gai-feiros*, que tem toda a simplicidade dramática do povo, os outros — *Melisendra* (variante de Trás-os-Montes de *D. Gai-feiros*), *Brancaflor* (Estremadura) e a *Moirá Encantada* (Algarve) — estão cheios de descrições, principalmente nas lições de Garrett. Sendo assim, é fácil concluir que, não sendo eles correntes em Portugal, e tendo esse lado duvidoso sobre a sua origem, não fossem transplantados para cá. O *romance* de *Melisendra* é o mesmo que vem no *D. Quijote*, parte 2, cap. 26.

Em terceiro lugar, notaremos que nós não tínhamos heróis nenhuns que pudessem oferecer símiles aos dos *romances* mouriscos, e que, por consequência, ainda que eles chegassem até aqui, seriam por isso desprezados e esquecidos.

Poderão objetar-nos que não tínhamos também heróis para os outros que herdamos, e que entre nós se conservam ainda. Mas a isso responderemos que, nesses outros *romances*, havia outros elementos, o maravilhoso, por exemplo, para que eles fossem aceitos, ao passo que nestes, apesar de se encontrar o cavalheiresco, há o fato do cativo dos cristãos que nos não é conhecido com o caráter apresentado nos *romances* em questão.

Quanto aos *romances* de cativos, a questão muda um pouco de figura. Já não é a falta de assunto e de terreno próprio para a sua transplantação, mas sim mudança completa do fundo sobre que eles se baseiam, isto é, o cativo.

O cativo em Portugal, com as invasões bárbaras e dos Mouros, dava para se tecer sobre ele lendas e histórias interessantes.

³ [O artigo não traz a nota, que deveria ter, pela sequência, o n.º 5.]

Era o cativo digno, procedente de uma desgraça na guerra, em que o cativo compreendia a sua posição e trabalhava por conservar-se sempre na altura de seu nome e de sua pátria. Sofriam-se estoicamente os castigos infligidos, mas nunca vergava-se a cabeça.

Bem se vê, por aí, que era esta uma fonte inesgotável de belezas para a formação poética do povo. Mas entre nós não se deu isso. Houve o fato, que se chamou escravidão.

Não era mais o consequente de uma desgraça, era o efeito de um contrato comercial.

Aqui eram já as levas do africano embrutecido, nos porões infectos e miasmáticos dos navios negreiros; era a ignorância do escravo, a falta de dignidade do negro, que sujeitava-se, como um animal, ao serviço pesado dos engenhos e das minas. A bestialização inoculava-se na população e o sentimento da personalidade perdia-se. O estado dessa classe era repulsivo então.

Ora, um elemento corrupto deste modo nada podia produzir, e não produziu.

Foi por isso que, com o fato da escravidão, não se deu entre nós a implantação dos *romances* de cativos.

Veremos mais tarde como o elemento negro entrou na formação da nossa poesia, apresentando exemplos.

Cremos serem estas as razões pelas quais não encontramos na tradição lembrança desses *romances*.

Passaremos agora às *Lendas Piedosas*, 5.^a parte do 3.^o tomo do *Romanceiro* de T. Braga.

(*O Trabalho*, n.º 7, 15-7-1873.)

VII

Das lendas piedosas desta parte a mais corrente entre nós, somente quanto ao fundo, é a primeira, do *Jesus Mendigo*. Mesmo a que ouvimos, em prosa, não era bem semelhante a esta, mas o elemento predominante — a pobreza — era o mesmo, acompanhado do selo eclesiástico da maldição, como se nota na *Ballade de Jésus Christ*, popular na Picardia e transcrita por T. Braga.

Eis como reza a lenda que ouvimos por diversas vezes no Maranhão: [9]

“Havia numa cidade dois homens, um pobre e outro rico, muito religiosos e amantes de Deus. Jesus, querendo experimentar qual deles o amava verdadeiramente, anunciou-lhes que em certo dia iria jantar em sua companhia. O homem rico mandou preparar mesas lautas e acepipes delicados e abundantes e as festas anunciadas eram de espantar. O pobre, que apenas possuía uma galinha, mandou matá-la e assá-la (sic). Preparou modestamente a sua mesa e esperou o Cristo. À tarde apresentou-se um mendigo a pedir esmola à porta do homem rico. Este despediu-o brutalmente, dizendo: — Espero hoje N. S. Jesus Cristo para jantar comigo, e não quero desmanchar a minha mesa (sic). O mendigo voltou ainda segunda e terceira vez, com outros trajes e feições, e foi despedido do mesmo modo. À porta do homem pobre aparece o mesmo mendigo. Ficou o pobre homem sem saber o que fizesse, e então a mulher lembrou-lhe que poderiam tirar uma asa da galinha e dá-la ao mendigo, sem que o Cristo reparasse naquela falta, pois a galinha seria colocada no prato, de modo que o lado da asa cortada ficasse para baixo. Assim fizeram. Pouco depois, eis que aparece outro mendigo. Novas dúvidas, novos cálculos e nova asa de galinha cortada. Terceiro mendigo ainda. A dúvida era maior. Já não havia mais asas a cortar. Marido e mulher resolveram cortar uma coxa da ga-

linha e dá-la ao pobre, que então deu-se a conhecer como o próprio Cristo.

O homem pobre e sua mulher foram para o paraíso, o rico para o inferno”.

Com toda essa simplicidade ouvimo-la e reproduzimo-la. Falta nesse resumo a parte dialogada entre o homem pobre e sua mulher, a fim de descobrirem o modo por que haviam de dar esmolas ao mendigo, parte dramática, onde por vezes aparecem argumentos positivos e práticos de uma boa dona de casa, o que denota grande verdade de sentimento que preside à lenda.

O povo tem destas parábolas, onde encarna em fatos materiais os seus símbolos e abstrações, de tal modo, que parece à gente poder tocar os personagens simbolizados. Nesta lenda, assim como em outras que se citarão adiante, esta verdade salta aos olhos.

Os romances de Santo Antonio e a Princesa e de Santa Iria a Fidalga, que vêm logo depois do Jesus Mendigo, nos são desconhecidos.

O Romance da Devota da Ermida também nos não é conhecido, mas há nele um lugar que se baseia no mesmo elemento maravilhoso do milagre, que se encontra em um romance muito corrente no Maranhão e na Bahia, e ao qual intitularemos da *Madrasta*, romance que vem desenvolvido e aformoseado nos *Cuentos de Color de Rosa* de D. Antonio de Trueba, somente quanto à feição antipática da madrastra, e cremos que (citamos de memória) nos *Contes Bleus* de E. Laboulaye.

É a mesma tradição que se encontra no Romance do Conde Alberto, da lição de Garrett, quando uma criança fala no seio de sua mãe.

Esse elemento, no Romance da Devota da Ermida, está nestes versos:

Prenhadinha de oito meses
para os nove corria;
no cabo de nove meses
um lindo cantar se ouvia.
Abriram a sepultura
onde a encontraram parida,
com uma menina nos braços,
que se chamava Maria.

O romance brasileiro (?) é o seguinte:

“Um viúvo tinha duas filhas, meninas ainda, e casou-se com uma mulher má. Esta tomou raiva às pequenas, e mandava-as todos os dias vigiar uma figueira, para que os pássaros não comessem os figos. Castigava-as asperamente, quando acontecia faltar algum figo, e sempre achava razões para dar-lhes pancadas. As meninas pediam à Virgem que as protegesse.

Um dia, em que o marido foi fazer uma viagem, a mulher manda enterrar vivas as pequenas, e, quando o marido chega, ela as dá como tendo morrido naturalmente. No lugar, onde foram enterradas as meninas, nasceu um bonito capinzal,¹ que, quando o vento soprava, ressoava em um estribilho constante que dizia:

Xô! xô! xô! passarinho,
não comas o figo da minha figueira.

Este era o estribilho que as meninas cantavam, quando, vivas ainda, iam vigiar a figueira. O jardineiro da casa veio participar ao amo aquele sucesso e não foi acreditado. Finalmente, após muita tenacidade do jardineiro, consentiu o amo em ir ouvir com seus próprios ouvidos o fato milagroso. Foi e ouviu. — Pois amanhã cortarás este capim todo, disse o amo ao jardineiro. No outro dia o jardineiro foi ao serviço, e, mal deu a primeira foçada, eis que se levanta um novo cantar das profundezas da terra. Esse cantar dizia:

Jardineiro de meu pai,
não me cortes meus cabelos!
Minha mãe os penteava,
minha madrastra os enterrou!

Corre o jardineiro a dar a notícia ao amo, que vem ao capinzal e ouve o mesmo cantar. Manda cavar o lugar e encontra suas filhas, vivas ainda, por milagre de Nossa Senhora, de quem eram devotas. Dos cabelos das meninas havia nascido o capinzal. De volta à casa, encontrou-se o marido com a mulher morta. Era o castigo dado por Nossa Senhora”. [10]

¹ Semelhança com os romances de *Tristan et Iseult* e do *Conde Niño*.

Este romance tem uma frescura infantil encantadora, e nós ouvimos os seus estribilhos cantados por crianças, muitas e diversas vezes. Serve também freqüentemente para cantiga de berço.

Ele parece-nos português, por causa da entidade *jardineiro* que nos não é comum, com essa denominação, nem freqüente em os lugares onde o ouvimos nos costumes populares. Se, em lugar do *jardineiro*, fosse o *feitor*, o *escravo*, o *moleque*, então diríamos com certeza ser ele brasileiro. Há, porém, o capinzal, que não é português. Portugal simbolizaria os cabelos pelo trigo, pelo centeio, pela aveia, por outra qualquer planta, mas não pelo capim.² Mas este fato, talvez, seja explicado pela apropriação que se vai fazendo lentamente do romance, e que não está ainda completa. É que o povo, no trabalho da transplantação, transforma primeiro aquilo que lhe impressiona mais os sentidos, e a natureza que o cerca é a primeira a fornecer-lhe símiles para essa elaboração.

* * *

A devoção da Virgem tem sido uma fonte perene de tradições para estas lendas.

Entre nós elas formigam. Temos algumas verdadeiramente nossas, como a do Jabuti, de que adiante se falará.

Um paradigma, por exemplo, da *Oração do dia de Juízo* (versão do Minho) encontra-se entre nós na lenda de uma mulher pobre e selvagem, que só sabia dizer estas duas palavras — Ave Maria, mas as dizia com tanta devoção, que salvou-se quando morreu.

Esta lenda, seja dito de passagem, parece-nos contudo invenção eclesiástica, e, o que é mais, jesuítica. Não temos, porém, documento algum para provar esta asserção, que fica sendo uma mera hipótese.

A mesma crença se dá para com a oração de N. S. do Montserrat, de origem portuguesa. Pelo interior das províncias, é raro encontrar-se um homem ou uma mulher, sem a sua oração do Montserrat ao pescoço, cosida dentro de uma bolsa de couro ou polimento.

² Ao cantarem este romance, o nome e qualidade do capim muitas vezes eram ditos e explicados. Algumas vezes e mais freqüentemente era o capim chamado *de colônia*, de outras era a *taboquinha*.

A influência das missões e dos missionários sobre o povo é a razão mais plausível para explicar estas lendas modernas, e esta espécie de fetichismo criado pela ambição dos padres.

É assim que as orações de S. Brás, de Santa Bárbara e S. Jerônimo, de Santa Helena, de Santa Luzia, os leites de Nossa Senhora e outras frioleiras desta ordem, são decoradas e trazidas ao pescoço, para livrarem das moléstias de garganta, dos trovões e dos raios, para sonhar com quem se quer e adivinhar o que se deseja saber, para curar doenças de olhos e, finalmente, para impedir que o leite seque nos peitos. Deve-se concordar que uma tradição fundada nestes princípios é de-feitasa forçosamente.

Isto, porém, já não entra no nosso programa. São crendices impostas pelo interesse dos propagandistas da fé cristã, que as mais das vezes, senão sempre, estragam e derrancam a inspiração popular, a compreensão da natureza, e matam a poesia ou a desfiguram, que é pior do que matá-la.³

A mitologia é um dos fatos que mais fortemente atuam sobre a poesia, mas não é uma mitologia oficial e de cartilha, como essa que os padres ensinam,⁴ é a mitologia naturalista, que nasce espontaneamente do espírito do povo, que se forma com a sua língua, que estabelece as bases de sua religião, que tem os seus heróis, os seus semideuses, que é o fato primitivo e talvez inicial do despertar intelectual de um povo.

³ Note-se, por exemplo, a diferença que vai das lendas que aqui citamos, da frescura e da originalidade simples delas, para outras que andam espalhadas também, é certo, mas que são verdadeiros *pastiches* fradescos. Assim é a de *São José de Ribamar* (do Maranhão), aproveitada por Flávio Reimar,^o e artisticamente contada por ele no seu livro (citamos de memória) *Entre o Céu e a Terra*. Como esta, com a mesma ação, as mesmas circunstâncias, há outras na Bahia. Veja-se a de N. S. da Graça (Bahia), N. S. de Nazaré (Pará), a de diversas fontes milagrosas naquela província, e que vêm narradas no *Novo Orbe Seraphico* do padre Jaboatão. Encontramos em Porto Seguro a fonte de N. S. da Vitória, junto à igreja, que goza dos predicaos milagreiros, a do Morro de S. Paulo e a de uma fazenda — *Outeiros* —, que tem a mesma fama. [^o Pseudônimo de Gentil Homem de Almeida Braga.]

⁴ Pode haver alguém que desconheça a propriedade da qualificação — mitologia dada à santaria do calendário, mas quem reparar bem, sem prevenção, reconhecê-la-á como verdadeira. Falamos principalmente com relação à mitologia grega.

Esta mitologia nós respeitamos, mas a outra, desprezamo-la.

Vamo-nos, porém, afastando do assunto principal. Deixemos essas crenças supersticiosas e voltemos às lendas.

* * *

Como curiosidade daremos ao leitor o resumo da lenda do *Jabuti*, que reza assim:

“Havendo uma festa no céu, em honra de Nossa Senhora, todos os animais foram convidados. O *jabuti*, como o mais moroso deles, não tinha meios de transportar-se ao céu.⁵ Pediu então ao *urubu* (corvo) que o levasse. Acedeu este e deitou-o às costas. Quando chegou a uma certa altura, para fazer mal ao *jabuti*, atirou-o de cima de si, vindo o pobre animal quebrar o casco numas pedras sobre que caiu.

A Virgem então desceu do céu, uniu os pedaços do casco do *jabuti*, deu-lhe vida, abençoou-o e amaldiçoou o *urubu*.” [11]

Daí, conclui o povo, a razão do *jabuti* ter o casco em mosaico, formado por polígonos mais ou menos regulares, e poder-se guardar preceito com a sua carne, e a razão também do *urubu* ser ave maldita.

No interior das províncias é crença que não se deve atirar em um corvo, sob pena de quebrar-se a espingarda e nunca se poder matá-lo. O fato de desfolharem-se todas as árvores em que os corvos fazem pouso, cremos que devido às suas secreções, é também apontado como consequência de sua maldição. O corvo quando morre, diz o povo ainda, seca ao tempo e nem as formigas o comem.

A maldição acha-se ainda manifestada na lenda das *Saúbas* (grandes formigas), que tem alguma cousa de comum também com o *Ashaverus* e com o *Fausto*.

Dá-la-emos ao leitor, e faremos ressaltar essa semelhança, para que ele não julgue ser invenção imaginosa do nosso cérebro.

⁵ A crônica não reza o como se operou o transporte dos outros quadrúpedes, nem se eles lá foram.

Eis a lenda das *Saúbas*: “Uma saúba fez um selinzinho de cera e deitou-o sobre uma pedra. Quando veio procurá-lo, achou-o dissolvido pelo calor do sol. Perguntou então à pedra: — És tão valente que derretes o meu selim de cera? A pedra respondeu: — Eu sou valente, mas o sol esquentame. Dirigiu-se a saúba ao sol: — És tão valente que esquentas a pedra, a pedra que derrete o meu selim de cera? — Sou valente, mas a nuvem me encobre. A mesma pergunta feita à nuvem, no mesmo estribilho sempre repetido. — Sou valente, mas o vento me desmancha. O vento diz que a parede o faz parar, a parede diz que o rato a fura, o rato que o gato o come, o gato que o cão o mata, o cão que a onça o devora, a onça que o homem a mata e o homem que Deus o aniquila. A saúba vai ter com o Onipotente e repete-lhe o estribilho: — Pois, Deus, és tão valente que matas o homem, que mata a onça, que come o cachorro, que mata o gato, que come o rato, que fura a parede, que faz parar o vento, que desmancha a nuvem, que encobre o sol, que esquentas a pedra, que derrete o meu selim de cera? — Sou valente, respondeu-lhe Deus, e, para castigar a tua curiosidade, condeno-te a carregar folhas por toda a tua vida sem parar.” [12]

Veja o leitor agora toda a filosofia que ressumbra dessa fábula. É o eterno fato da curiosidade do saber, da indagação das causas primárias, da sublime tenacidade pesquisadora do sábio e do filósofo, do tipo sempre novo do *Fausto* encarnado num animalzinho que trabalha sempre, que carrega folhas, que edifica, que tem suas cidades subterrâneas, suas divisões departamentais, seu governo, seu monarca, seus ministros, sua administração, sua política, sua economia e que, finalmente, seja dito em honra da verdade, devasta uma plantação qualquer com uma presteza aterradora. A saúba é o terror dos lavradores. Basta o espaço de uma noite, para elas darem conta de uma horta inteira, de um feijoal viçoso e que custou muitos dias de trabalho, ou de um jardim. Os arbustos ficam somente com os galhos, completamente despidos, e daí vão a morrer.

Pois bem, nesse animalzinho, dizíamos nós, está simbolizada toda uma filosofia, que tem lá em cima Deus, para castigar o arrojo do homem, como castigou a Prometeu.

Na lenda há o lado da curiosidade, que participa do *Fausto*, e há o lado do castigo — o caminhar contínuo —, que acotovela o *Ashaverus*.

Chamem-nos embora de visionário, mas o que é certo é que este é o nosso modo de pensar, e nós o dizemos franca e abertamente.

Bem como, nos lugares por onde passava o *Ashaverus*, ia ficando a morte, a peste, a desolação, assim, naqueles lugares onde as saúbas fazem *casas*, nota-se o mesmo despovoamento. O aspecto de um saubal tem toda a feição triste, melancólica e acabrunhada da devastação.

Sobre o terreno fofo e areento, efeito dos trabalhos subterrâneos que as saúbas fazem, levantam-se os esqueletos dos arbustos, secos, escuros, desfolhados, hirtos e como afogados pelas ondulações artificiais do terreno afogado. Aqui e ali aparecem grandes olhos redondos. São os respiradouros que entram obliquamente pela terra adentro e vão ter às *casas* das saúbas.

O terreno todo adquire uma cor avermelhada, como que ensangüentada. Os pássaros, que ali não encontram sombra, fogem para longe e nunca pousam nos galhos dos arbustos. A vegetação de derredor é toda fanada e raquítica, em razão do solapamento contínuo e progressivo das saúbas.

É triste de ver-se!

Assim como o *Ashaverus*, ver-se-á ainda a saúba sempre a caminhar, a trabalhar. Quer seja de manhã, de noite, à tarde, ao meio-dia, a qualquer hora, nas largas estradas, atravessando-as de um lado a outro, enxergam-se grandes listras vermelhas ou negras, com pequenos pontos verdes, a moverem-se regularmente sem parar. São as saúbas que trabalham.

Chegando perto desses cordões, há-de se ver como umas vão e outras voltam, sempre atarefadas, encontram-se, tocam-se, como que se falam, mas não deixam nunca de caminhar para frente. Os pedacinhos de folhas vão presos nos dentes e erguidos para o ar triunfalmente.

Se alguém com o pé desmancha aqueles cordões, ou coloca algum estorvo à marcha das saúbas, elas tornam a reunir-se de novo, obstinada e ordenadamente, sem que nenhuma se trans-

vie, ou então fazem uma curva para salvar o empecilho que colocaram em sua passagem, se é que o não podem galgar facilmente.

Em tudo o cunho da atividade, que despertou a lenda que transcrevemos, que é nossa, inteiramente brasileira, filha do meio onde nasceu, participante de todos os caracteres desse meio, embora se possam encontrar em outra parte paradigmas para ela.

Nós a compreendemos nesta parte, por causa do seu caráter religioso, que está encarnado no castigo, e não porque a julgássemos pura lenda piedosa, como a do *Jabuti*, por exemplo. [13]

Uma última confissão antes de deixarmos este assunto. As lendas que aqui transcrevemos não levam a verdadeira redação popular, por não podermos havê-las por escrito, e apenas conservam todo o sentido em sua inteireza, porque as sa-bemos de cor.

A das *Saúbas* poderíamos escrevê-la com a redação popular, e fizemos quase assim, mas deixamos de parte a repetição monótona da saúba em suas perguntas, por tornar-se aborrido.

Passaremos à 6.^a e última parte do *Romanceiro* (t. 3.^o) que cotejamos.

(*O Trabalho*, n.^o 8, 30-7-1873).

VIII

Das onze *xácaras* que formam esta 6.^a e última parte do volume 3.^o do *Romanceiro* de T. Braga, somente uma nos é conhecida — a da *Moreninha*.

As outras são-nos estranhas, a não ser uma ou outra reminiscência vaga de alguma copla, isso mesmo truncado e indeciso.

A *xácar*a da *Moreninha*, lembramo-nos tê-la ouvido, e ficou-nos lembrança completa, desde o lugar onde principia:

— Abre-me a porta, morena,
morena da minha alma,

até onde finda o diálogo entre marido e mulher:

Que o melhor coelhinho
é o que sai de madrugada.

O final também nos é conhecido e temo-lo na memória, tal como vem na versão do Porto, sem o final que lhe dá Garrett, aliás belíssimo e de muito sentimento.

Os versos que conhecemos são estes:

— Onde vindes, mulher minha,
que vindes tão isentada?
Ou tu me temes a morte,
ou tu não és bem fadada!
— Eu a morte não a temo,
pois dela hei-de morrer;
temo só os meus filhinhos,
douta mãe podiam ser.
— Confessa-te, mulher minha,
faz ato de contrição,
que te não tornas a ver
nos braços de frei João.

O final, da lição de Garrett, damo-lo aqui ao leitor, somente por curiosidade, e não porque o tenhamos como genuinamente popular, visto a tendência que tinha Garrett para os *rifacimentos*.

Levaram-na ao convento,
numa tumba amortalhada:
sorria-se o frei João,
e o marido... é quem chorava.

* * *

Desejávamos comparar com as nossas, ponto por ponto, as *cantigas*, os *fados*, as *orações* e as *cantigas de Reis*, que vêm no 2.^o volume do *Romanceiro*, já por vezes citado; mas não o fazemos por uma razão valiosa: se escrevêssemos um livro, poderíamos trabalhar nesse sentido, já pelo maior espaço que teríamos à disposição, já por outras circunstâncias de muita monta.

Ser-nos-ia preciso citar e transcrever esses versos todos, e isto, para um jornal, não é de muito interesse. Os assinantes cansar-se-iam e teriam grandes bocejos e pequenas maldições para o autor desses desenterramentos.

Entretanto, nada seria tão interessante.

Apesar disso, faremos algumas ligeiras considerações acerca desses costumes e festas populares, cuja herança nos ficou e continuamos a guardar.

As festas do *Natal*, do *Ano-Bom* (*Janeiras*) e de *Reis* são as mais populares em nossas províncias, e cremos que muito semelhantes às de Portugal. Pelo menos o sentido das *cantigas* que nelas se cantam é o mesmo que o das portuguesas.

Nas províncias do Maranhão e da Bahia, onde nos parece ter encontrado mais puro o espírito popular nessas festas, elas são feitas de um modo que alegra o coração e faz bem à alma.

Os bandos de pastores, uma lembrança talvez do teatro hierático, o canto dos Reis, os bailes e bandos de S. Gonçalo, outro arremedo dos antigos *Autos*, as festas de arraial, do Espírito Santo, tudo isso é de um sabor tão campestre, tão do povo, que encanta.

No Maranhão e na capital da Bahia a cantiga dos Reis já intrometeu-se pela sociedade abastada, e é uma diversão da alta burguesia. Não é raro ver-se, em véspera de Reis, bandos de moços e raparigas que se reúnem, com uma orquestra mais ou menos completa, na cintilação das jóias e das ricas *toilettes*, no gorjeio das risadas cristalinas, no tiroteio dos bons ditos, no cruzar dos olhares, na familiaridade franca e honesta do parentesco, da amizade, da convivência, não é raro ver-se essa sociedade parar a uma porta fechada, erguer as vozes casadas, entoar numa toada, monótona às vezes, mas doce, saudosa, popular, os versos em que se festejam o nascimento do Cristo e os amores maternos de Maria. A porta abre-se então de par em par e os cantores entram, numa onda colorida e perfumosa, no meio de risos e felicitações. Uma mesa acha-se quase sempre profusamente servida. Os donos da casa buscam por todos os meios agradar as visitas, e estas saem finalmente, para irem a outra casa, e assim correm três ou quatro numa noite. Na última casa visitada acaba-se a festa com a dança.

Nessas festas tem-se substituído os versos populares por outros mais corretos, porém menos simples e bonitos. Gonçalves Dias tem uns versos de Reis, que hoje se estão popularizando no Maranhão. O autor destas linhas já pagou também o seu tributo, fazendo uns para serem cantados na Bahia.

Em Valença (Bahia) foi onde vimos fazerem-se com mais variedade e mais cunho popular as *Janeiras*.

O aspecto da industrial cidade apresentava então um aspecto maravilhoso e surpreendente.

Pelas ruas formigava a população. Um grupo vestido à maruja conduzia um pequeno navio armado de ponto em branco, com velas de seda e cordame de linha, montado sobre quatro rodas, embandeirado em arco e puxado por cordas.

Cantavam versos da *Nau Caterineta*, fado do *Marujo* e *lupas* (cantiga de levantar ferro).

Outro grupo aparecia mascarado. Na frente um indivíduo montava um cavalo de pau, vistosamente ajaezado de galões falsos, e fazia-o dançar ao som da música e do canto áspero, acompanhado de pandeiros e pratos.

Um outro grupo pulava e saltava adiante de um boi, cujo arcabouço era de madeira, coberto com panos pintados.¹

No meio de tudo isso os *fadistas*, os trovadores de rua, com os violões enfiados, a cantarem desentoadada e lugubrememente modinhas em tons menores. É o fundo do quadro.

O variegado dos vestuários ajudava a beleza do panorama. Os jaqués encarnados, os calções de cores, os chapéus mais ou menos fantasiosos, as fitas, os laços, os ramos de flores, faziam um conjunto original.

Foi onde já vimos o espírito popular mais puro e mais despreocupado. A razão disso cremos encontrá-la na posição em que se acha Valença.

Há ali duas grandes fábricas de tecidos, que empregam de 300 a 400 operários, entre homens e mulheres, sendo maior (mais de duas terças partes) o número destas. Além destas fábricas, há outras de serrar madeira, de socar arroz e de fazer tijolos. De sorte que a população acha campo para o desenvolvimento de sua atividade, e vive na paz e no agasalho, que provém de uma educação feita no regime do trabalho.

O espírito não se deturpa, não é levado pela ociosidade às conseqüências dos trabalhos da imaginação, a moral não se mutila, e nos dias de folga o operário expande-se francamente, divertindo-se, cantando, dançando.

Foi onde já encontramos menos desenvolvida a prostituição. As casas públicas e as mulheres equívocas pouco se encontram ali.

As raparigas trabalham nos teares, a mudarem as lançadeiras, a encherem as canelas; têm casa, comida, médico, etc., mesmo no estabelecimento da fábrica, roupa de trabalho, e ganham mensalmente de 6.000 rs. a 15.000 rs. (segundo nos informaram), conforme o trabalho que fazem. Aos domingos e dias santos há duas horas de dança nos salões da fábrica. A música é mesmo composta de operários. Principiam ali os amores, fazem-se ali os casamentos e formam-se as famílias.

¹ Quando tratarmos dos *romances* de vaqueiros, falaremos do *Bumba-meu-boi*, como se faz no Maranhão. Na Bahia ele não tem história nenhuma nem símbolo a representar: é apenas um motivo para beber-se e ganhar alguma coisa nas casas em que se dança.

Vê-se que uma população educada num regime destes por força que há de ter alguma coisa de bom.

Durante 5 dias de festas, quase seguidos, que lá passamos, não nos consta que houvesse uma cabeça quebrada, uma facada, uma cacetada. Notamos também poucos homens embriagados.

Isto que dizemos, prova-se mais com o fato que observamos para o Sul da Bahia, em Porto Seguro principalmente, onde a pobreza da população, a indolência, a falta de trabalho dá-lhe um tom melancólico e um gênio taciturno.

O *Natal* que vimos em Porto Seguro era mais de entristecer que de alegrar. Cifrou-se a festa na *missa do galo*.

Nem um canto, nem uma folia, nem um grupo, nada. Apenas dois presepes acantonados tristemente ao fundo de duas salas.

Porto Seguro, pela sua posição à beira-mar, pelo gênio aventureiro de seus pescadores, que vão ao mar largo em procura da garopa, pelo gênero de indústria a que se dão os seus habitantes na construção de barcos,² poderia ter alguma originalidade na sua poesia, nos seus costumes; mas não tem. Por quê?

Algum dia talvez escrevamos alguma coisa (impressão de viagem) sobre a Bahia, e então entraremos em explorações que não cabem aqui.

No Maranhão as festas são as mesmas, com pouca diferença, que se fazem na Bahia, com o mesmo cunho popular. A *Chegança* substitui o brinquedo dos *marujos* e o *bumba-meu-boi* ao *cavalinho*. A *caipora* é outro divertimento popular do Maranhão, que fazem por S. João. A polícia tem ultimamente procurado acabar com estas festas.

Em Pernambuco temos notado apenas o seguinte, durante os cinco anos aqui passados: uma população ativa, mas sinceramente interesseira, comercial, ambiciosa, rusguenta, provocadora e cheia de si. O terceiro estado, onde se estuda e pode se encontrar o elemento popular, é inteiramente chato e antipático.

O *matuto* é estúpido, mas não é muito brigador. O *capadocio* é intolerável. Temos assistido a diversas festas de

² Quando lá estivemos havia 9 ou 10 barcos nos diversos estaleiros. Note-se que a freguesia pode ter de 4 a 5 mil almas.

arraial, populares, a presepes, *sambas*, etc. Nunca nos aconteceu ser recebido franca e hospitaleiramente. Há sempre desconfianças, meias palavras e olhares provocadores. No fim contam-se algumas bofetadas, puxam-se por vezes as navalhas e perfuram-se não raras os ventres dos assistentes.

As cantigas são obscenas. Eis uma delas, única talvez que possa ser publicada e aliás lindíssima:

Duas cousas me contentam,
e são da minha paixão:
perna grossa cabeluda,
peito em pé no cabeção.

A briga de galos é um dos divertimentos favoritos da população aos domingos. Isto é característico. Na briga de galos notam-se dois fatos: elemento carnicheiro, nas cenas sanguinolentas das brigas, e elemento interesseiro, nas apostas que se fazem.

Estas considerações são apenas traços ligeiros para fazer conhecido o gênero de divertimento da população dessas províncias. A razão histórica desses fatos caberia num estudo mais vasto, mais completo, que não aqui.

Por ora aponta-se o fato. Dar-se-ão as provas, se forem precisas e exigidas, com dados estatísticos.

* * *

Antes de entrarmos no estudo da nossa poesia popular, puramente brasileira, daremos a transcrição do romance *Juliana*, coligido em Pernambuco, tal qual o ouvimos.

JULIANA

- Deus vos salve, Juliana,
no teu estrado assentada.
- Deus vos salve, rei D. Joca,
no teu cavalo montado.
- Rei D. Joca, me contaram
que tu estavas pra casar?
- Quem te disse, Juliana,
fez bem em te enganar.
- Rei D. Joca, se casais

tornai ao bem querer,
poderás enviuar
e tornar ao meu poder.
— Eu ainda que enviúe
e que torne a enviuar,
acho mais fácil morrer
do que contigo casar.
— Espera aí, meu D. Joca,
deixa subir meu sobrado,
vou ver um copo de vinho
que pra ti tenho guardado.
— Juliana, eu te peço
que não faças falsidade.
Veais que somos parentes,
prima minha da minha alma.
Que me deste Juliana,
neste copinho de vinho,
que estou com a rédea na mão,
não conheço o meu caminho?
A minha mãe bem cuidava
que tinha seu filho vivo.
— A minha também cuidava
que tu casavas comigo.
— Ó meu pai, senhora mãe,
me bote sua benção,
abrace bem apertado
o meu maninho João.
Meu pai, senhora mãe,
me bote a sua benção;
lembranças à D. Maria,
também à D. Merencia.
A minha alma entrego a Deus,
o corpo à terra fria,
a fazenda e o dinheiro
entregue a D. Maria.
— Cala a boca, meu D. Joca.
Ponde o coração em Deus,
que este copo de veneno
quem te há de vingar sou eu.
— Já acabou-se, já acabou-se,
oh flor de Alexandria!
Com quem casará agora

aquela moça Maria?
Já acabou-se, já acabou-se,
já acabou-se, já deu fim.
Nossa Senhora da Guia
queira se lembrar de mim. [14]

Este *romance* é português, é herdado, mas nós o publicamos por não termos encontrado nas coleções que lemos.

* * *

Ao obséquio do nosso amigo Rangel de S. Paio, moço que estuda, que trabalha e que produz, inteligência penetrante e sectário de idéias sãs e adiantadas, devemos uma variante dos estribilhos do romance — *A madrasta* —, que publicamos no número 8 deste jornal.

A variante, que é do Rio de Janeiro, é a seguinte:

Antônio de meu pai,
não me cortes meus cabelos;
minha mãe me criou,
minha madrasta me enterrou,
pelo figo da figueira,
que o passarinho picou.

Xô! passarinho!
Vai-te embora pra teu ninho,
vai criar o teu filhinho.

Nossos agradecimentos a este nosso amigo. De novo pedimos aos poucos que se interessarem por isto, que nos ajudem de auxiliar neste trabalho. Receberemos agradecido as informações que nos remeterem.

(*O Trabalho*, n.º 10, 31-8-1873).

IX

Todos sabem da tendência que tiveram os portugueses para a marinha, do seu gênio aventureiro marítimo, gênio que deu-lhe um nome brilhante nos anais das conquistas, que produziu grandes homens e que presidiu à formação do maior poema que jamais se escreveu em língua portuguesa. *Os Lusíadas* e a *História Trágico-Marítima*, disse T. Braga, por si só bastariam para provar que o povo português teve uma literatura sua, original, com o cunho da índole do povo.

Essa tendência explica-se pela posição geográfica de Portugal.¹

A pouca extensão do país, separado da Espanha pelos ódios políticos, pela diferença de língua, pela dessemelhança de costumes, a falta de terreno onde o povo desse largas à sua atividade, a proximidade do oceano que se abria diante dele, vasto, atraente, no esverdeado luzente da massa d'água, na sedução misteriosa do desconhecido, tudo isso ia desenvolvendo no espírito do povo o desejo de sondar os mares.

Para além da linha indecisa do mar havia alguma coisa — era necessário ir vê-la.

Daí a navegação, não a navegação de pequena escala, de cabotagem, mas a grande navegação pelo mar alto, com as comoções das tormentas, com o maravilhoso das aparições marinhas, com o surpreendente das novas descobertas e o valoroso das conquistas.

A pequena navegação era partilha da Grécia, da Itália, com as suas costas dentadas, as suas ilhas acumuladas, os seus golfos inúmeros: daí a pesca, as canoas de velas transparentes,

¹ Veja-se a *Theoria sobre a Historia da Literatura de Portugal* por T. Braga, 1872. [*Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*. Porto, Imprensa Portugueza, 1872.]

a poesia dos contos ao luar, a mole flutuação nas ondas que apenas arfavam, e todo esse tom que se nota na vida da população italiana, quase exclusivamente pescadora.

Apesar da raça colonizadora do Brasil ter essa índole que notamos, apesar dela predominar muito no espírito brasileiro, de formar a maior parte da população do império, contudo não transmitiu-nos a mesma tendência, visto a posição geográfica do Brasil.

Com efeito, em um país extenso, cuja superfície mede 256.886 léguas quadradas, que conta de norte a sul 785 léguas e de leste a oeste 727 de extensão, que oferece à vista do espectador vastas planícies, campos enormes e matas de muitas léguas de comprimento, em um país assim, por força que haviam de nascer e desenvolver-se tendências novas, inteiramente contrárias às do povo conquistador.

E assim foi.

Parece-nos estar assistindo ao desenvolvimento progressivo dessa nova índole, à transformação rápida desse gênio predominante, à medida que a população ia sentindo os efeitos físicos do clima e da posição geográfica.

Aqui estendia-se uma grande planície, a perder de vista, unida, sem uma ondulação, empastada, verde e resplandecente. Matagais seculares espalhavam-se-lhe em derredor. O indivíduo a encarava: havia ali lugar bastante para fazer trabalhar a sua atividade, para satisfazer à sua curiosidade. A beleza do espetáculo aumentava-lhe o prurido, a facilidade da locomoção decidia a escolha. Havia o mar de um lado, do outro o campo. Para o mar era necessário o provimento preventivo de uma alimentação abundante, um barco com seus pertences, um companheiro pelo menos. Vinham as dificuldades da costa emparcelada, as temerosas tempestades, a falta de instrumentos náuticos. A empresa desanimava.

Para a terra precisava-se de um cavalo, como luxo, como comodidade somente, pois a viagem podia ser feita a pé. A fertilidade da terra dava o alimento: as frutas silvestres, a caça, o coco, o palmito, a água fresca dos regatos. A copa das árvores fornecia o agasalho. Havia uma necessidade imprescindível: a arma de fogo e a faca.

Podia acontecer que à noite, no galho de alguma árvore ou no *tijupaba* abandonado por algum viajante, na tranqüi-

lidade de um sono reparador, aparecesse um animal feroz qualquer, ou um índio bravo, um inimigo finalmente, então tornava-se necessária a defesa. Para isso a espingarda e a faca.

Acrescia mais a quantidade de rios que cortam o Brasil. As viagens tornavam-se ali mais fáceis, menos perigosas, mais poéticas, circunstância que influía em extremo na alma lírica do povo.

Por outro lado a sombra das florestas, o vago misterioso da sua luz soturna, dos seus zumbidos estranhos, a frescura alimentada pelas árvores, contínua, sempre a mesma, tudo convidava para que a gente a explorasse, de preferência a aventurar-se pelo mar alto.

O terreno nunca faltava ao caminheiro, havia sempre o que ver, sempre o que descobrir em terra firme; para que ir procurar em quatro tábuas o que se oferecia, com tantas ou mais seduções, mais facilmente e menos dispendiosamente?

E que havia de mais belo do que os panoramas, as paisagens que oferecia o país, com a sua vegetação robusta, os seus rios gigantescos, as suas lagoas, os seus campos e suas florestas?

O mar, belo, majestoso, sempre verde, na monotonia de suas ondas vidradas? De certo que não. O mar era belo, mas era sempre o mesmo, uma onda que segue atrás da outra onda, um rumor contínuo, uma queixa eterna.

Pois bem, diante disto, na alternativa, o que aconteceu? O indivíduo desprezou o mar e procurou a floresta, largou o barco e montou o cavalo, deixou o remo e empunhou as rédeas.

O cavalo tornou-se para o povo um ente digno de respeito, útil, bem tratado e figurou nas suas cantigas:

Fui velho, tive bom gosto,
morro quando Deus quiser,
a maior pena que eu levo
— *cavalo bom* e mulher.
Por cavalo fui perdido
por mulher fui divertido.²

² Coligidos em Pernambuco.

Colocaram-no a par da mulher, amaram-no como a uma criatura racional.

Era ele quem levava o dono léguas e léguas, sem queixar-se, salvava-o da fadiga, praticava atos de valor, servia para o trabalho das *fazendas*, fazia as vezes de barco a vapor para vencer as distâncias.

'Stava deitado na rede,
chorando meu coração,
quando chegou meu vaqueiro
com três cavalos na mão:
o primeiro era melado,
o segundo era alazão,
o terceiro era castanho
— *cavalo de estimação*;
donde o boi tirava o pé,
meu cavalo punha a mão,
na porteira onde ele estava
não me espirrou barbatão.³

Quem viajar pelo interior das nossas províncias, pelos nossos sertões, há de encontrar bem saliente, em relevo bem pronunciado, este fato que acabamos de notar.

O *roceiro* tem mais cuidado com o seu cavalo do que consigo próprio. À noite, no pouso, ele não se contenta somente com deixar a guarda de seu cavalo ao pajem. Levanta-se, vai à manjedoura, renova-lhe a comida, afaga-o, é ele próprio a lavá-lo e penteá-lo, trata-o com mimo, com luxo, faz-lhe cabrestos de linha com cores vistosas, dá-lhe arreios riquíssimos, expõe-no à admiração das visitas, dá-lhe nomes bonitos e simbólicos, alardeia as suas habilidades, aposta a seu favor, e se o vende é obrigado pela necessidade, ou então porque reconhece que ele não é bom. É uma espécie de castigo. Um cavalo custa às vezes uma quantia fabulosa.⁴ Há

³ Devemos estes versos, versão do Ceará, à bondade de um amigo.

⁴ No Maranhão, onde eles são baratos, um cavalo bom vende-se por 500\$ e 600\$ réis. Os há de 1:000\$ réis e mais.

Um *sendeiro* (cavalo de carga) vende-se por 100\$ réis. Isto é a regra geral.

cavalos tradicionais, cuja fama se conserva por muitos anos, cuja raça é conservada, cujas bondades são decantadas em prosa e verso.⁵

Nos versos do Sr. Juvenal Galeno — *Lendas e canções populares* — encontra-se essa acentuação da índole popular, principalmente no *Vaqueiro*, único de que neste momento nos recorda a memória.

O Sr. J. de Alencar apontou por sua vez esse fato no *Gaúcho*.

Nas festas populares fazem-se brinquedos, onde o cavalo é o principal figurante — o *cavalo marinho* de Pernambuco, o *cavalinho* da Bahia, etc.

Quando tratamos do *romance* do *Passo de Roncesval*, dissemos que nele havia um lugar que conservou-se na memória popular, por estar de acordo com seu espírito. Esse lugar é (quando o pai de D. Beltrão acusa o cavalo pela morte de seu filho) aquele em que o cavalo levanta-se para defender-se:

Milagre! quem tal diria,
quem tal pudera contar?
O cavalo meio morto
ali se pôs a falar:
— Não me tornes essa culpa,
que ma não podes tornar;
três vezes o retirei,
três vezes para o salvar;
três me deu de espora e rédea
co'a sanha de pelejar.
Três vezes me apertou cilhas,
me alargou o peitoral...
à terceira fui à terra
desta ferida mortal.

Ali está o cavalo assumindo proporções maravilhosas. É o amigo do dono, que procura para salvá-lo, mas que morre afinal com ele e explica o seu procedimento perante uma acusação.

⁵ Na comarca de Viana (Maranhão) ainda hoje se conhece por tradição o *Campeão*, cavalo de um rico senhor de engenho, e que passou pelo melhor da comarca no seu tempo.

Pois esse pedaço está completo na memória do povo, o que prova ainda mais o cunho que notamos na inspiração popular.

Para mostrar também, por uma espécie de amplificação, a força de um boi (outro assunto predileto do povo) o poeta serve-se do cavalo.

Tirou-se vinte cavalos,
escolhidos pela flor,
para pegar *surubim*:
— todos vinte ele deixou.⁶

Deste romance de vaqueiro falaremos em outro lugar.

Quando o amante tem pressa de reunir-se à sua amada, é ainda ao cavalo que ele recorre, como quem o pode conduzir mais depressa.

Meu cavalo russo pombo,
sereno, bom corredor,
toca, toca, meu cavalo,
vamos ver o meu amor.⁷

Nos anexins populares o cavalo tem seu lugar:

Frente aberta e pé calçado,
meia-marcha e baralhado.

Creemos ter mostrado com bastantes exemplos a tendência que quisemos marcar.

Essa tendência, porém, não se dirigiu somente ao cavalo, foi mais além, dispensou-se mais.

O boi tem seu lugar nela e não pequeno, mas por ora não é ocasião de falar nele: será objeto dos artigos seguintes.

Por agora contentamo-nos com provar o fato com exemplos, assim como fazemos no correr deste trabalho, para depois indagarmos, além da razão física, a lei histórica que a ele presidiu. A razão física, já atrás ficou apontada, a lei histórica virá a seu tempo. [15]

(O Trabalho, n.º 11, 20-9-1873).

⁶ Do romance *Surubim*, versão de Pernambuco.

⁷ Coligida no Maranhão.



Fac-símile de *O Trabalho*, onde Celso de Magalhães publicou a série de artigos "A poesia popular brasileira".

E por isso que não raro idéas elevadas, que se poderiam brilhar do cérebro das pessoas mais cultas, não se realizam, não se desenvolvem por suas famílias mais subalternas. O princípio da assimetria ali está para significar o facto, e a história para provar-o. O cristianismo ofereceu um vivo exemplo. Sabemos que esse tem mais de azenha que de semilho, e um dos indicia dessa verdade é a proclamação, com que o renascimento se pôs a erguer a latência, logo que appareceu.

E que elle "vira" uma herança comensal de toda a "nova eresia" (1).—Não pertencemos à mesma civilização e à mesma raça, que gera o romantismo, ainda que grande parte nossa seja de penes e ventilhas, certamente os mais desidos na escala ethnographica. O Brasil da Regencia estava, sem davi-la, n'um grão de se-panteon estranho scientificamente.

Em comparação com a França de Luis Philippe datava dous seculos. Mas comprehendese que pudessem tomar para si o romantismo francez, sobretudo se alicerçavam ao espirito vago de seus ultimos.

Depois seculas a verdade, sobre-se que mil-lões, indigenticos, eram os tentamenos de ver-se romanticos anteriores aos *Discursos Poeticos* de Magalhães, apparecidos em 1844.

Esta obra marca a primeira phase da emigração romantica para o Brasil. Tem pouco va-lor estético. Foi herdada na Europa em sua quasi totalidade. O autor tomou por lá comba-mento de Lamartine, buscou despir sua crosta classica e traja-la a nova socia.

A tentativa foi bastante infeliz.

Ri o seu tipo foi chamado por outro um po-co choco, (2) "um classico entre os romanticos e o pobre imitador é bem pouco desdorado clas-sico. Nas *Poesias Avulsas* e sua *Urania* não deo um classicismo que bem se poderia chamar mignito de *Supremo*, que extrahido do pedan-tismo romantico brasileiro, não certamente a melhor obra do poeta, apesar de serem quasi um compendio de lealdade. Não importa que um comegamento do Rio de Janeiro dissesse uma vez que os *Mysterios* e *Contos Fancas*, livro sem philosophia e sem estylo, choradeira do poeta com visos de metaphysica, não o que de melhor se tem escrito em Portugal e no Brasil e superiores ás *Contemplações* do "azul de Jovey" (3).

As contemplações, onde ha poemas como *Les Alpes* e *Magnolia* porra.

Como não tem o gosto heretico apurado o celebre rhetorico.

Quando diz que os *Supremos* e *Sandades* de Magalhães notio o primeiro momento da emigração romantica entre nós, quer falar do ro-mantismo poetico, porque o politico já antes nos lavadura.

Benjamin Constant fôra, com razão, conheci-do antes n'essa parte da America do que os poetas da Restauração.

Suas idéas passam por se haverem encarna-do na *Constituição Politica*. Para muita gente bôia é isto um motivo de esio para Constant—e para o T. Polio, para a *Política Constitucional* e para o codigo politico. . . Deixo aos estu-diosos do semalo o decidir o pleito.

Desde agora cumpre mostrar um dos prejui-zos traçados pelo romantismo: uma falta vista do poeta sobre a sociedade, filha de outra ir-regularmente erronea sobre o alcance social e mo-ral da poesia.

Este deslizo, apontado pelos competentes nos grandes do tempo, patente-se aqui repeti-tivo e mesquinho.

Ante-se imergente a distancia imensa, que tra dos monteiros gignoscos, como Byron, aos versadores pygmeos, como Magalhães. No prologo de seu livro lemos phrases d'as-tas. "Tu veis, diz Livio, no meio do torbellino em que se debate nossa Patria, onde a trembe-

ta da mediocridade abala todos os comos, e des-perta todas as ambigües, cada *facto* *ind* *palado*, *avergo* e *quiere*." Não definitivo o aboleto a respeito é o seu introductor o companheiro da viagem o Sr. Torres Homem. N'uma pagina baval espalha expreções que fôdo fortemen-te o disparate de que fallo.

Os homens que dirigem os destinos do Bra-sil, sem comprehendem as condições da sua mi-litancia, parecem ter dolo as mãos a todas as in-fluencias do mal, para agravar o estado da triste epocha em que vivemos.

Por detrás dos honras setores não estão co-nições entre homens; o que heja fere as vistas do Brasil não é uma excepção, é porém sim o estado geral das idéas, proveniente do scepticismo moral, da indifferença para o bem e para o mal, da utilidade dos *exercícios* *estru-nhos* a todos os sobras sentimentos, a votados a um duro egotismo, e além, da extincção dos sentimentos religiosos, que são o contrapelo das humanas loucuras. Ha alguns annos, bem dif-ficis erio as circunstancias do Brasil, e da sua sociedade, mas de proprio excessos, das ma-las a esperança renascia; o presente era então sem algracia, mas contava-se sobre um melhor futuro. O estado actual põe nos esperanças co-mo uma massa de ferro sobre todas as boas es-peranças, tanto é elle pouco unisono com as cou-ras, que se vão arrastando a nosos olhos. Degradada sociedade!"

Nem ao menos depara-se n'esta linha fôvel e elegancia magnitud do sim Hugo em da sua *Lamarque*. Como se enganavam os dous bra-ses (4).

A sociedade brasileira de então, como a de hoje, era uma sociedade corralhada e religiosa, educada pelo regimen catholico, e a que se ve-dava toda possibilidade de um deviar no sen-tido que chamão livre. Os moços do Brasil en-tão, como hoje, não commetteram nenhum grande crime, d'esses que são oriundos do abal-tamento do nivel moral das sociedades. Os moços de então, como os de hoje, tinham um ad grande defecto—erio uma *inocência*—medio-crit. Ao lado deste defecto do autor dos *Mys-terios*, que lhe é commun com os da escola, tem elle alguns que lhe são peculiares.

Não é o menor sua mesma opinião sobre a doutrina—que o romantismo deve ser uma prece ao *Creator*, deve ser uma *erectio*. Este epigram, aliás já velho, tomou nas obras do poe-ta flustantes proporções amantadoras. Elle tem poesias como a *Religião Christi*, que são verdades rasas. Nada do inspiração, nada de força. O poeta, erente e pleneo, metridio paginas de cartilha. Admira que não tenha tam-bem explicado em versos a Trindade!

Sua philosophia expalla em alguns escriptos seus, como os *Mysterios*, uma geral psychono-mia de erro. É a doutrina que foi conlemnada em um livro intitulado—*Factos de Espiritismo*. *Herman*—que poucos leitores tem contido an-tro a classe mais aliantada do país, e nenhuma entre os moços que se preparam, o que é mani-festo, porque, pelo menos, estas ultimas poe-triam mais lucrar do que lendo uma mesquinho compendio do Frei Mont'Alverne sobre a ma-terial. Desejamos que a escola do poeta, lra a sensibilidade d'alma, e entregue-a com a vida á força vital. Dize a quella *monete* o pensa-mento e a vontade. Por uma combinação de idéas, sem caracter scientifico, tomadas a Con-sin e male electronic, que não vem ao caso ex-phi, chega á conclusão de que o universo ad-existe na mente de Deus, que n'ella *verbol-o*, como o magnetismo as idéas do magnetizador. Ha, bem molloermente, reaniciada a vida em

(4) Havia um terceiro, o sr. Porto Alegre. — Aquella *visão* de dilettantes produziu versos d'esse esplenor.

"Nabos com que paza te d'alto, ô Sales. E' tempo, ô Araújo, é tempo, vamos."

São suberbu.

Deus do padre Malabranche. Foi bem. Ha poetas da Magalhães nas quões é prometo e imperioeio ali o escho, quando puzes para o verso o seu systema. E um homem sem es-tylo, um artista infimo. Não tem os segredos da palavra que os romanticos francezes possu-ram em grão prodigioso. E todavia, é d'essa falta que nasce sua melhor qualidade—um or-to-conhecimento seu arrojado a luto que cha-mam o infantil, grande malicia da escola, em que os mais prometteores empreharam uma al-qüencia tão baixa quanto inútil. Magalhães não fez uma obra duravel. Seu nome escho toda a história do romantismo brasileiro, na poesia, na theoria, na philosophia a na melo-dia do idealismo, por que os seus compa-nheiros e competidores não do seu tamanho, sendo menores do que ella.

ESTYLO DA SILVEIRA RAMOS.

Contida.

A POESIA POPULAR BRAHILEIRA

A grande verdade da poesia po-pular está em ser profundamente escul-ta.

Th. NARR. Cancioneiro T. I

Escrever em livro que historiasse todas as phases porque tem padado a poesia popular brasileira, que lhe notasse a *acção* *popular* *verdadeira*, a sua originalidade, fluencia, ao mesmo tempo, realisar as partes em que ella foi beber nas tradições extranhas, a *canção* *popular* em pregal em sua elaboração, os romances *ir-rados* da metropole, um livro finalmente do qual se concluisse quizes os elementos que pro-duziram e presidiram á formação d'essa poesia popular, escrever um livro assim, seria tarefa por demais pesada, semlo uma impossibilidade. Um trabalho inferior é o que baria de ser com-cetias.

A extenção do livro como imperio, os dispen-diosos e difficeis meios de transporte da uma á outra provincia, a falta completa de documen-tos em nossas bibliothecas e archivos, a mi-noridade dos guardas d'esses pacificos reman-ter-se de dar ao trabalho de estudar, collocar e beber na tradição oral do povo os fragmen-tos de todas essas romances, canções, prophe-cias e canções que formam o corpo do Ro-mancero Brasileiro. Esta é uma das razões que impossibilitam a tentativa de um livro no genero em que fallamos.

Ha, porém, outra razão mais forte, e rem a ser que não somos um povo do 3 seculo e meio da idade, e este espaço é muito curto para que dentro d'elle, se tenha podido formar coisa que valha a pena de ser collocada.

Pois a verdade é a seguinte: a raça, a *onde* *desce* *desce*. A maior parte do novo Ro-mancero, ainda a sua quasi totalidade, não é mais do que uma copia do Portuguez, que baa-se por sua vez, nas tradições celticas e dos povos do Norte da Europa, levadas a espalha-das pelos Crusados, quando, de passagem pela Peninsula Iberica, procuraram o santo ciborio.

D'ahi a consequencia da que escrever um livro como dissemos era apenas fazer a histo-ria da translação do Romancero Portu-guez para o nosso país. Isto seria de inte-reza a intervenção de um facto, ou do *mau-ratino* de Th. Braga que nos desse um col-loido artificial de originalidade.

A falta, pois, deitos factos, é quasi uma impossibilidade, seria de nenhum interesse es-crever um livro em semelhantes occor-rências.

Lertado por um patriotismo impenado, ou por outra qualquer razão, já alimentamos a idéa de escrever um livro assim. Depois abaa-donamos essa idéa, quando nos vimos diante

Nas festas populares fazem-se brinquedos onde o cavallo é o principal figurante: — o cavallo mariado de Pernambuco, o cavallista da Bahia e etc.

Quando tratámos do romance de *Pau de Rosalva*, dissemos que nelle havia um lugar que conservou-se na memoria popular, por estar de accordo com seu espirito. Esse lugar é (quando o pai do D. Heitor accusa o cavallo pela morte do seu filho,) aquelle em que «o cavallo levanta-se para defender-se :

Milagre ! quem tal diria,
quem tal podéra contar ?
O cavallo meio morto
alli se non a fallar :

— " Não me tomes essa culpa,
que m'a não podes tornar ;
tres vezes o retires,
tres vezes para o salvar ;
tres me deu de espora e rodea,
co'a senha do pelizar.

me alargou o peitoral....
à terceira fui à terra
d'esta ferida mortal.

Ali está o cavallo assumindo proporções maravilhosas. É o amigo do domoio, que procura salvá-o, mas que morre afinal com elle e explica o seu procedimento perante uma ac-

Para mostrar também, por uma espécie de amplificação, a força de um boi (contro assumido, prefêrito da povo) o poeta serve-se do cavalo.

Tirou-se vinte carallos,
escolhidos pela flôr,
para pegar sarubim;
— todas vinte elle deixou. (6)

Quando o amante tem pressa de reunir-se à sua amada, é ainda ao cavallo que elle recorre como quem o pode conduzir mais depressa.

Meu cavallo russo pontão,
sereno, bom corredor,
toca, toca, meu cavallo,
vamos ver o meu amor. (7)

Non anexina populara o cavallo tem sen la-
gar?

Fruste aberta e pé calçado,
meia-marcha e baralhado.

Crêmos ter mostrado com bastantes exemplos a tendência que queremos marcar. Essa tendência, porém, não se dirige somente ao cavallo, foi mais além, dispensei-se mais. O boi tem o seu lugar nella e não pequeno, e por ora não é o caso de fallar nelle: será para o futuro, os outros, os outros...

Por agora contentamo-nos com provas a favor de alguns exemplos, assim como faremos no correr deste trabalho, para depois indagarmos, além da razão física, a lei histórica que a elle preside. A razão física já atura ficou apon-
do a lei histórica virá a seu tempo.

Continé.

CELEO DE MAGALHÃES.

(7) Colligida no Maranhão.

Trabalho, n.º 11, de
último artigo.

[40 ANOS DELEDO DE MAGALHÃES]

A companhia de Jesus, cujo plano foi em 1537 reprovado como inútil e perigoso por uma real cédula de cardeal, nomeada por Paulo III cresceu rapidamente, graças à habilidade de sua constituição. Em pouco tempo, o seu prestígio nasceu antes para a ruína do que para a edificação dos fiéis, estendendo-se por toda parte. Foi, pois, com razão que os dois sucessores de Aquaviva dissesse um dia de Briart: — "Ve este apóstolo daqui governar não somente a França, mas a Itália; e não só a Itália, mas a Alemanha; e não somente a Alemanha, mas também a Espanha, as Índias, o Paraguai, e não somente a estes actuaes países, mas a toda o mundo inteiro."

Será difícil provar, com factos, a existência de lutas e guerras, que se possam ter todos os dias lançado no meio das nações? Será difícil indicar as nações torpes, praticadas por esta ordem em diversos países? Não, a história da humanidade não está para attestar o con-

Em 1564, Baltazar Gerardo, noventa e
Deito o príncipe de Orange, Guilherme de Na-
sau, e confessor da corte levado ao crime de heresia
de partido católico, porque quatro jesuítas de
Trevéres garantiram-lhe de autêntica a ordem
de matar; e ainda neste ano Guilherme Pa-

Frustrada em 1586 uma conspiração que tinha por fim deslochar Isabel e entregar o poder a Maria Stuart, em 1592 o jesuíta Henrique de S. Paulo enviou Patrício Collen à Inglaterra para tentar obter o apoio da rainha.

Em 1592, mandou o rei Henrique IV. Sam expulsos da França e 1594 como cúmplices de João Chatel, mas em 1610, empregando o habil punhal de Ravuila, conseguem assassinar o rei, que lhes permitiu voltar aos seus estados.

No anno de 1598 a Hollanda os repelle com.

20.9.1873, que public

2018/10/18, 4th Floor

SEMANARIO CRITICO E LITTERARIO

REDACTORES (M. A. LIMA BARATTA.
(ALFREDO C. C. QUEIROZ.

Editor—Joãoquim Marianne de Azevedo

1850-1851

Este jornal publica-se aos Domingos—Assigna-se, a 22000 por trimestre, na
 Typographia do Paiz, largo do Palacio n. 17. As assignaturas são pagas adiantada-

Númro 39

O DOMINGO

MARANHÃO, 31 DE AGOSTO DE 1873

Na instrução do povo está a felicidade da nação.

O homem que se deixa dominar pelos prazeres voluptuosos do ocio, que não procura cultivar a sua intelligencia, sempre acorretará desgraças sobre si. E, pois, convicts disto, rapacheis, que não vos olheis como as columbas do *Paradiso*.

Esvarecei, instrui-vos, engrandecei o vosso espirito que mais tarde esses moultos de Vigílias que hoje tiverdes fardão o vosso padão de gloria.

Pense no vosso futuro e de hoje saís li.
Vos amanhã sereis um país de família e
precisareis instruir a vossos fillos.

Penetrai no santuário da literatura que o prazer que ali encontrareis não será efêmero.

Vinici e recordar-vos depois que nos tín-

vos convulamos lembrando a desadencia des-

SOLENNI

Fini colaborador em todas

Estão em talles Srs. redactores, verdadeiramente em apertas maiores do que qualquer um deputado de opposição, e constantemente existindo por annos *ex abundante*.

1. O *Homem* precisa de matéria, não é assim?
Então, que devo compilar o número, hoje, sabendo 30, a partir das 11 horas da noite?

Vade-retro, meus amigos, pelo caminho — se com
os Perrins.

S. quatuordecim dierum et postea e dabo in die
pasce, nem tanto como eu e frequenter acedua-
mente a theozia, onde se p'nta as meninas
Bless. da se meias *Quadragesima*, ou como
dizem os brasileiros. *Tudo o mesmo*.

La obra tercera, último esbozo de esas interesantes mentes e lo interesante, en que forma interesante una cosa que no tiene interés: llega, bajo una, como prueba, aquello *Par gracia de un deusotro* más valiente que en no espere.

Dizem-me que o homem a ber aulava por li
muito *en affado*, por lhe terem annun-
ciado como comedia aquillo que ell' tinha baptizado
de *meditação*.

Realmente a sua declaração não podia ser mais justa.

Ourefidi é de um effeito capaz de fazer inveja
ao autor do *Ray-Bla* ou a Victorien Sardou

te jornalinho; no contrario, lembrando-vos um dever que tendes olvidado — o, temos em mente fortalecer o vosso espirito, expandir as vossas idéas, chamando para vós as bençãos da patria.

A nova popular brasileira

VII

Como extraridale dá-mos a a leitor o resumo da lenda do *Liberty*, que resa assim:

«Havendo uma festa na rua, em honra de X. Sunkara, todos os sumos foram convulsos. O *Liberty*, como o mais misterioso, não tinha meios de transportar-se ao ar. O *Liberty* então se tornou a coroa do *Liberty*. Acordou esta

destino às costas. Quando chegou à primeira altura, para fazer mais *polyph*, afirmou, de cima de si, vindo a pedreira, quando a casa e umas pedras sobre que estava.

A virgem então deu o de cima, tirando pedras da casa de *polyph*, dando-lhe uma, alegando o amor e a amizade ao irmão.

Daí, quando o povo, a casa de *polyph* teve a casa em moção, tirando *polyph* mais.

(3) A cronologia não nos permite ao mesmo tempo transportar das outras quadruplas nem a *cliff* a forma.

Contaram-me depois que uma senhora refi-
nada com uma fulgurante indumentária desfilava

grande quantidade de *excedentes*, que se viu obrigada a tomar.

Mas deixando de lado e voltando a instrução pública, que é a questão de ordem, que deve ser diz r.^o que vai tudo muito bem, quando eu

Qualquer um dos leitores de *Domingo* — que quiser fazer uma digressão pela capital, um dia em que esteja de bom humor, adocivo e veta (com licença do Sr. *Domínguez* farei do *1900* um pedaço de chão, não preciso e nem me

guita-lhe logo, mostrando patentes e uma pedra arrancada da calçada, em rampa para não permitir o empilhamento, segundo certo homem.

[illegible]

casado as mangas e limpando o chão do nariz (se
for o filho), é a instituição pública, ex ceteris paribus
de escolas, etc.

Se ao contrario for muito rapaz e bem possado diga com a ar validade que lhe e propria quando não quer ficar a um frezuez: — *Humm, isto é deoito na predia nobre e sua beneficencia e caridade beneficentia.*

ou menos regulares, e poder-se guardar presentes com a sua carne, e a raça também do grupo.

No interior das províncias e creanga que não
deve atirar em um certo, sob pena de que
beira-se a espingarda e nunca se poder matar o
que se deo de solhar-se todas as arvores em
que os curvos fazem posta, crengi que deida
as suas serras de, e também a ponta de uma co-
sequencia de sua maldição. O certo que foi
morre, diz o povo simla, secca no tempo e nem
se fôrta-se a curvatura.

Dal a-bemos ao leitor, e faremos resaltar essa melancolia, para que ele não pudesse ser inventado uma história do nosso cotidiano.

— Eu também deso! — disse, subindo, lev
 uma colherzinha de terra e deixando-a cair numa
 pedra. Quando a terra penetrara achando-a não
 tinha mais, caiu de lado. Perguntando então a pedra: —
 És tão valente que deixes o meu sítio de terra?
 — A pedra respondeu: — Eu sou valente,
 mas a minha pedra não dura, desce a saber a
 terra — és tu que valente que penetras a pedra, a
 pedra que derrete o meu sítio de terra. Sou
 valente, mas a minha não dura. A minha
 pergunta feita a juven, os mesmos estranhos
 sempre repetidos: Sou valente, mas o vento não
 desmancha. O vento diz que a parede não

Fica-se de quatro coltos, mas elle tem ra-

Vá quem quiser a rua do Egypcio, elle puz
o fado espartido, vera um mudo de fado e de
e grades e portas velhas, entre por um portão
que alli existe, e ao longo do Funicular do The-
atr, suba e verá.

Primara con certitudine e efficacia, ma
pochi indugi, fare con un lavoro serio, per
darsi istruzione e gentilezza umana, comoda
social.

Quem tiver o seu filho e não lhe poder vestir o frak e botina de polvoreiros comalaria de com certeza, porque tem o filho supag com a porta dos chumidos o papel dos padeiros e o pagamento de assalto.

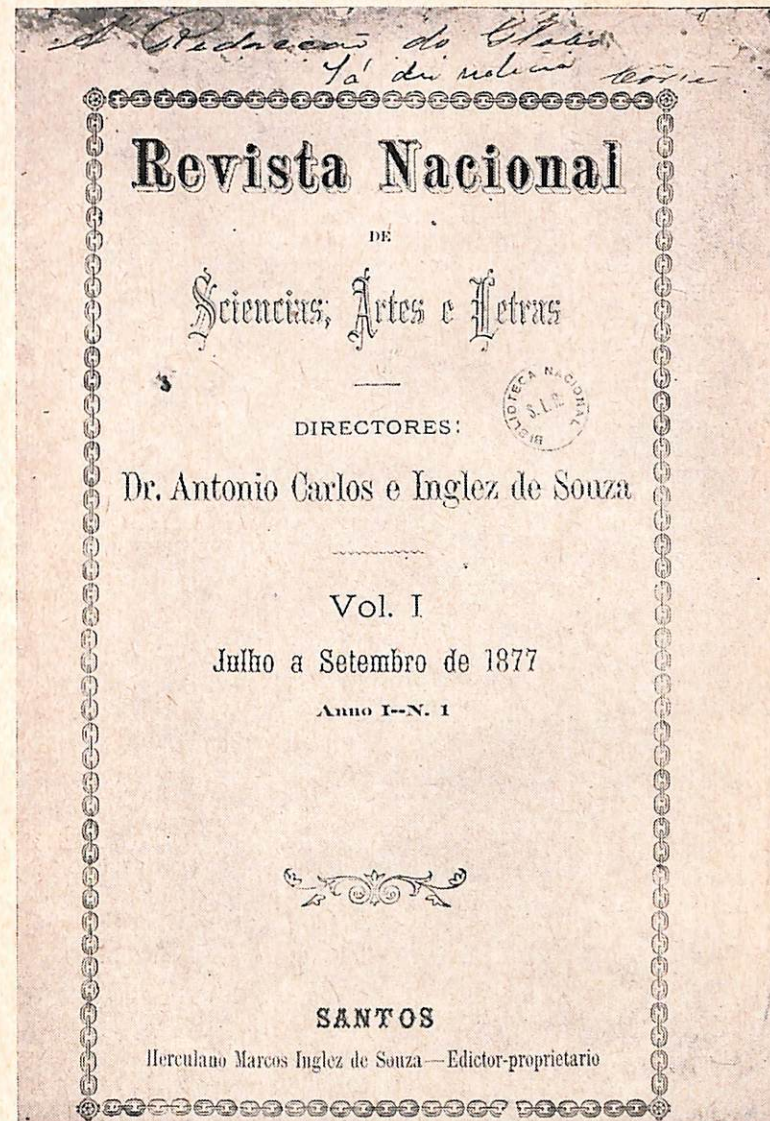
O bal-merito non facile
E dopo la benedizione di lui, si dice che il
Dio è un bal-merito non facile per me.

...cartão que custa de 1 a 2 mil réis, assim os
seus de comprar livros e discos de música, e
algum de ir ao teatro ou passear sempre que
quiere. Finalmente, uma cadeira de espaldar que
se não deixa a força sobre a cabeça e de que
se pode muito se aproveitar.

E ninguém me diga que o tabernáculo não tem

E, só isto que pôde ora ser. Se os maiores
e ilustres contos em segredo e querendo, e sem alga-
ma coiza no *Diálogo* não digão que quem lhes
contou foi o amigo do G.

Piquet.



Fac-símile da capa da *Revista Nacional*, que anuncia, no segundo número, a publicação dos artigos de Celso de Magalhães.

ROMANCES
COLETADOS POR CELSO DE MAGALHÃES
E DIVULGADOS POR SÍLVIO ROMERO

D. CARLOS DE MONTEALBAR

(Versão de Pajeú de Flores, Pernambuco)

— Linda cara tem o conde
para comigo brincar.
— Mais linda tendes, senhora,
para comigo casar.
Veio o caçador e disse:
— A el-rei irei contar
que apanhei a Claralinda
com Dom Carlos a brincar.
— Vem cá, meu caçador,
caçadorzinho real,
darei-te vilas de França
que não possas governar,
darei-te prima carnal
para contigo casar.
— Não quero vilas de França,
nem sua prima carnal;
com ela não hei de casar;
a el-rei irei contar,
mais tem ele que me dar.
Apanhei a Claralinda
com Dom Carlos a brincar.
De abraços e boquinhos
não podiam desgarrar,
da cintura para baixo
não tenho que lhe contar.
— Se me disseses oculto,
posto te havia de dar,
como disseses ao público
vai-te já a degolar.
Ides guardas já prender
Dom Carlos de Montealbar,

de mulas acavalgadas
que lhe pesem um quintal;
dizei a seu tio bispo
que o venha confessar.
— Deus vos salve, Clarasinha, *
Rainha de Portugal,
Dom Carlos manda dizer
que o saias a mirar.
Inda que a alma dele pene
a sua não penará.
— Levanta-te, Claralinda,
Rainha de Portugal,
ide defender Dom Carlos
para não ir a enforçar.
— Que ganhaste, mexeriqueiro,
a meu pai em ir contar?
— Ganhei a força, senhora,
dela me queira livrar. [16]

FLOR DO DIA

(Versão do Recife)

— Alevanta, amor,
desse bom dormir,
chame sua mãe
para me acudir.
Levantou-se ele
sem mais descanso,
foi selando logo
seu cavalo branco.
— Deus vos salve, mãe,
no vosso estrado.
— Deus vos salve, filho,
no vosso cavalo.
Apeia para baixo
jantar um bocado.
— Não quero jantar,
que vim a chamado,
que a Flor do Dia
lá ficou de parto.
— De mim para ela:
um filho varão,
de espora no pé,
e espada na mão,
rebente por dentro
pelo coração.
— Flor do Dia
faça por parir,
minha mãe está doente
e não pode vir.
— Alevanta, amor,
desse bom dormir,
chame minha mãe

* Emendado na 2.^a edição dos *Cantos Populares* para : "Deus vos salve, Claralinda,".

para me acudir,
que ela mora longe,
mas sempre há de vir.
Grande dor, marido,
é dor de parir!
— Deus vos salve, sogra,
no vosso estrado.
Deus vos salve, genro,
no vosso cavalo.
Apeia pra baixo
jantar um bocado.
— Não quero jantar,
que vim a chamado,
que a Flor do Dia
lá ficou de parto.
— De mim para ela:
um filho estimado,
que eu veja no trono
um bispo formado.
Espera lá, meu genro,
deixa-me vestir,
que ela mora longe,
mas sempre hei de ir.
— Pastor de ovelhas,
que sinal é aquele,
que está dobrando?
— É Dona Estrangeira
que morreu de parto,
sem haver parteira.
— Aquele sino
não cessa de dobrar,
nem meus olhos
também de chorar.
Adeus, minha filha
do meu coração,
que morreu de parto
sem minha benção.
Adeus, minha filha,
que eu vinha te ver,
quem não tem fortuna
mais vale não nascer. [17]

BRANCA-FLOR

(Versão do Recife)

— Se fora na minha terra,
filha, te batizaria:
o nome que eu te botava
Rosa flor de Alexandria,
que assim se chamava
uma irmã que eu tinha,
que os mouros carregaram
desde pequenina.*
— Se tu visses essa irmã,
tu a conheceríeis?
Que sinal me davas dela?
— Um sinal de carne tinha,
em cima do peito trazia,
que ela assim se chamava
Rosa flor de Alexandria. [18]

* Emendado na 2.^a edição dos *Cantos Populares* para: “desde pequeninha”.

NOTAS AOS TEXTOS DE CELSO DE MAGALHÃES

[1] *Martins* no original. Celso de Magalhães transcreveu *ipsis litteris* Gonçalves Dias, reproduzindo o erro tipográfico da 1.^a edição de *Brasil e Oceânia*, ocorrente nesta e noutras passagens. A edição da Garnier (Rio de Janeiro, 1909) ainda conserva o erro.

[2] *Relação* no original. Celso transcreveu *relação* ao invés de *analogia* como está em Gonçalves Dias (p. 246).

[3] Fran Paxeco, num levantamento dos manuscritos deixados por Celso, refere-se a umas notas sobre o curupira: "No ensaio de Celso Magalhães, que se integrará nos apontamentos que deixou manuscritos, e entre eles uns bem interessantes a respeito do curupira, o diabo dos indígenas, destacam-se uns curiosos parágrafos relativos à lenda sisifiana das saúvas". "Celso Magalhães", in *Revista da Academia Maranhense*, São Luís, n.º 1, jan. 1919, p. 104.

[4] A opinião de Celso a respeito do elemento africano deve-se mais a um radicalismo de escola, como esclareceram vários estudiosos. Já Sílvia Romero, seu contemporâneo na Faculdade de Direito do Recife, e formado pela mesma corrente de idéias, afirmava ao tratar de seus artigos: "Ele era um espírito sem hesitações; daí a segurança dos seus conceitos e também, em certo sentido, o ar absoluto de algumas asserções suas. Assim, exagerou imensamente o papel do princípio da *raça* nas literaturas modernas. (...) Celso, imbuído das leituras de Taine, foi justo nas teses gerais, mas cometeu alguns erros de pormenores. Ele negou, como se viu, quase completamente, a influência *índia* em nossas tradições. Trabalhos posteriores ao seu tiraram a limpo este ponto. O índio influiu e deixou vestígios em nossa língua, costumes, lendas e tradições. Adiante teremos ocasião de reconhecê-lo: O moço crítico foi neste ponto vítima de um exagero reacionário. (...) Celso entrou na reação por mim promovida contra semelhante despropósito e excedeu-se" (p. 48). "Nós vimos que ele dava toda a importância ao princípio da *raça* no estudo das criações literárias e anônimas. Entretanto, desdenhando duramente o caboclo e o negro, ficou desconhecendo o *mestiço*, e perdeu assim a melhor base que poderia encontrar para o desenvolvimento de sua *teoria*". (*Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. Laemmert, 1888, p. 48 e 51).

[5] A classificação dos romances apresentada por Teófilo Braga no *Romanceiro Geral*, seguida por Celso de Magalhães, é a seguinte:

Flor dos romances anônimos do ciclo Carlingiano e da Távola Redonda

I — Romances comuns aos povos do meio-dia da Europa

II — Romances de suposta origem portuguesa

III — Romances que se encontram nas Coleções espanholas.

Vergel de romances mouriscos, contos de cativos, lendas piedosas e xácaras

IV — Romances mouriscos e contos de cativos

V — Lendas piedosas

VI — Xácaras e coplas de burlas.

Sobre essa classificação disse o próprio Braga: "A classificação adotada não é a de Duran: é tirada da natureza da poesia popular, que por si mesmo se divide e aconselha as partes em que se deve agrupar" (p. VIII).

[6] No original: "novas de grande pesar".

[7] Edição de Lisboa, Viúva Bertrand e Filhos, 1863. 3 v.

[8] A versão integral do romance, divulgada no cap. VIII, traz: "A minha alma entrego a Deus".

[9] Transcrita por Sílvio Romero em "A poesia popular no Brasil", *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. II, p. 112-113, 1879, e em *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Laemmert, 1888, p. 89; Luís da Câmara Cascudo, *Literatura oral*, Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio, 1952, p. 331, sob o título "Hospitalidade recompensada".

[10] Transcrita por Sílvio Romero em "A poesia popular no Brasil", *Revista Brasileira*, t. II, p. 114-115, 1879 e em *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, p. 91-92.

[11] Transcrita por Sílvio Romero em "A poesia popular no Brasil", *Revista Brasileira*, t. II, p. 205, 1879, e em *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, p. 104.

[12] Transcrita por Sílvio Romero em "A poesia popular no Brasil", *Revista Brasileira*, t. II, p. 206, 1879, e em *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, p. 105; Teófilo Braga em nota aos *Cantos populares* de Sílvio Romero, 1883, v. 2, p. 208-209; Luís da Câmara Cascudo transcreve-a parcialmente em: Sílvio Romero, *Contos populares do Brasil*, Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio, 1954, p. 231, nota.

[13] Sílvio Romero, que coletou versões do *Jabuti* e das *Saúbas*, afirma: "Celso cometeu dois erros nas considerações que fez sobre estes contos: supô-los ambos de origem puramente brasileira; considerar o conto do *Jabuti* como uma *lenda piedosa* ou *religiosa*. O conto das *Saúbas* não passa de uma variante brasileira do conto europeu — *A formiga e a neve*. Nós o encontramos em Sergipe muito aproximado

ainda da versão portuguesa, tal como a vi depois coligida por Adolfo Coelho. A lenda do *Jabuti*, que é puramente *brasileira*, nada tem, por outro lado, no seu sentido primitivo, de lenda piedosa". (*Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, p. 107).

[14] Transcrita por Sílvio Romero em "A poesia popular no Brasil", *Revista Brasileira*, t. II, p. 214; *Cantos populares do Brasil*, Lisboa, 1883, v. 1, p. 36 (na 2.^a edição, Rio de Janeiro, 1897, sem indicação do coletador); e nos *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, p. 114; F. A. Pereira da Costa, *Folk-lore pernambucano*, separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 70, p. 349, 1907; Fausto Teixeira, "Um romance popular em Minas", in Documento n.º 110, de 15-6-1949, da Comissão Nacional de Folclore; Joaquim Ribeiro e Wilson W. Rodrigues, "Romanceiro tradicional do Brasil", in *Anais do 1.º Congresso Brasileiro de Folclore* (1951), Rio de Janeiro, 1953, v. 2, p. 96-97 (não há menção do nome de Celso de Magalhães, mas apenas da fonte de onde foi extraído o romance: Sílvio Romero, *Cantos Populares do Brasil*, 2.^a ed., p. 34-35); Antônio Lopes, *Presença do romanceiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 228.

[15] Lamentavelmente, a interrupção da série nos privou do conhecimento desta e de várias outras pesquisas anunciadas no decorrer dos artigos.

[16] Transcrita por Sílvio Romero, *Cantos populares do Brasil*, Lisboa, 1888, v. 1, p. 16-18 (na 2.^a edição, Rio de Janeiro, 1897, sem indicação do coletador); Pereira da Costa, *Folk-lore pernambucano*, p. 313-314; Antônio Lopes, *Presença do romanceiro*, p. 242. Luís da Câmara Cascudo, em nota à 3.^a edição dos *Cantos populares* de Sílvio Romero, informa que esta versão e a de *Branca-Flor* foram publicadas por Celso de Magalhães, no Recife, em 1873. Não o foram, lamentavelmente. Sílvio Romero retirou-as de um manuscrito de Celso, enviado a Inglês de Sousa para publicação, mas que se extraviou.

[17] Transcrita por Sílvio Romero, *Cantos populares do Brasil*, Lisboa, 1888, v. 1, p. 25-27 (na 2.^a edição, Rio de Janeiro, 1897, sem indicação do coletador); Pereira da Costa, *Folk-lore pernambucano*, p. 331-333; Antônio Lopes, *Presença do romanceiro*, p. 218-219.

[18] Transcrita por Sílvio Romero, *Cantos populares do Brasil*, Lisboa, 1888, v. 1, p. 41 (na 2.^a edição, Rio de Janeiro, 1897, sem indicação do coletador); Pereira da Costa, *Folk-lore pernambucano*, p. 336; Joaquim Ribeiro e Wilson W. Rodrigues, *loc. cit.*, p. 90; Antônio Lopes, *Presença do romanceiro*, p. 173-174.

ÍNDICE DE AUTORES CITADOS

- Alencar, José de — 95.
Amador de los Rios, J. — 55.
Berredo, Bernardo Pereira de — 36.
Boileau, Nicolas — 69.
Braga, Teófilo — 31, 32, 46-48, 55-58, 60-62, 65, 68, 70, 72, 73, 83, 91.
Brynjúlfsson, Gisli — 55, 56, 67, 70.
Caldas, Antônio Pereira de Sousa — 46.
Camões, Luís de — 41, 68, 69.
Castilho, Antônio Feliciano de — 59.
Cervantes, Miguel de — 41.
Corneille, Pierre — 69.
Darwin, Charles — 38.
Dias, Antônio Gonçalves — 36-38, 43, 85.
Durão, *Frei* José de Santa Rita — 46.
Fauriel, Claude — 68.
Ferrière, Émile — 37-39.
Galeno, Juvenal — 59, 95.
Gama, José Basílio da — 46.
Garrett, João Batista de Almeida — 47, 52, 55-60, 71, 74, 83, 84.
Gonzaga, Tomás Antônio — 46.
Guest, *Lady* Charlotte Elizabeth — 55.
Homem, Francisco de Sales Torres — 58.
Jaboatão, *Frei* Antônio de Santa Maria — 37, 77.
José, Antônio (O Judeu) (v. Silva, Antônio José da)
Laboulaye, Édouard de — 74.
La Villemarqué, Theodore Hersart de — 55.
Lisboa, João Francisco — 36.
Lutero, Martin — 41.
Macpherson, James — 69.
Magalhães, Domingos José Gonçalves de — 58.
Martins, Joaquim Pedro de Oliveira, — 44.
Martius, Karl Friedrich von — 38.
Matos, Gregório de — 46.
Miguel Ângelo — 41.
Miranda, Francisco de Sá de — 41.

Norberto, Joaquim (v. Silva, Joaquim Norberto de Souza e).

Paio, Rangel de S. — 90.

Palissy, Bernard de — 41.

Porto Alegre, Manuel de Araújo — 58.

Racine, Jean — 69.

Reimar, Flávio (pseud. de Gentil Homem de Almeida Braga) — 77.

Shakespeare, William — 41.

Silva, Antônio José da (O Judeu) — 46.

Silva, Joaquim Norberto de Souza e — 58.

Thevet, André — 38.

Trueba, Antonio de — 74.

Varnhagen, Francisco Adolfo de — 36, 37.

Vasconcelos, Pe. Simão de — 37.

Vicente, Gil — 41.

ÍNDICE DE ROMANCES E OUTRAS MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS

Adozinha, 55 (v. *Silvana*).

Alferes matador, 53.

Ano Bom, 84 (v. *Janeiras*).

Ballade de Jésus Christ, 73.

Bernal Francês, 47, 57, 58, 59, 60.

Branca-flor, 71, 103.

Briga de galos, 88.

Bumba-meu-boi, 86, 87.

Caipora (lenda), 40.

Caipora (divertimento), 87.

Cantigas, 45, 84.

Casamento e mortalha, 60.

Cavalinho, 87, 95.

Cavalo marinho, 95.

Chegança, 87.

Conde Alberto, 61, 74.

Conde de Alemanha, 62.

Conde Niño, 56, 59, 75.

Conde preso, 61.

Curupira (lenda), 40.

Delgadina, 55 (v. *Silvana*).

Devota da Ermida, 74.

Dom Aleixo, 56, 59.

Dom Barão, 47, 49, 57 (v. *Dom Martinho de Avisado*).

Dom Carlos de Montealbar, 62, 99 (v. *Dona Lisarda*).

Dom Gaifeiros, 71 (v. *Melisendra*).

Dom Martinho de Avisado, 49 (v. *Dom Barão*).

Dom Pedro, 59.

Dona Agueda de Mexia, 60.

Dona Areria, 64.

Dona Lisarda, 62 (v. *Dom Carlos de Montealbar*).

Encantada, A, 53 (v. *Infanta de França*).

Fado, 84.

Filha do Imperador de Roma, A, 60.

Flor do Dia, 101.

Gerinaldo, 52.

Infanta de França, 53 (v. *A Encantada*).

Jabuti (lenda), 78, 81.

Janeiras, 84, 85 (v. *Ano Bom*).

Jesus Mendigo (lenda), 73, 74.

Juliana, 48, 56, 59, 88.

Lavagem do Bonfim, 45.

Madrasta, A, 74, 75, 90.

Maracatu, 45.

Marujos, 87.

Melisendra, 71 (v. *Dom Gaifeiros*)

Missa do Galo, 87.

Moirá encantada, 71

Moreninha, A, 83.

Mulher do nosso mestre, 64.

Natal, 84, 87.

Nau Caterineta, 47, 57, 60, 85.

Noiva roubada, A, 52.

Oração do Dia de Juízo, 76.

Orações, 77, 84.

Passo de Roncesval, 64, 65, 95.

Peregrina, 56 (v. *Rosalinda*).

Promessa de noivado, 59

Reis, 84, 85.

Romeirinha, A, 53.

Rosalinda, 56 (v. *Peregrina*).

Samba, 45, 88.

Santa Helena, 56 (v. *Santa Iria a Fidalga*).

Santa Iria a Fidalga, 56, 74 (v. *Santa Helena*).

Santo Antônio e a Princesa, 74.

São Gonçalo, Bandos de, 45, 84.

São João, 87.

Saúbas (lenda), 78, 79, 81.

Silvana, 55, 56 (v. *Adozinha*, *Delgadina* e *Silvaninha*).

Silvaninha, 55 (v. *Silvana*).

Surubim (romance de vaqueiro), 96.

Tristan et Iseult, 56, 75.

COLEÇÃO RODOLFO GARCIA

Série A — Textos

- *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*, pelo Pe. Bartolomeu Guerreiro.
- *São Paulo no Arquivo de Mateus*, por Hélio Viana (esg.)
- *Vilancicos Seiscentistas*, por Darcy Damasceno.
- *Cartas a Rodolfo Garcia*, por Darcy Damasceno.
- *Baltazar Dias e a Imperatriz Porcina*, por Braulio do Nascimento (em preparo).
- *Escritos Avulsos*, de Rodolfo Garcia (edição comemorativa do seu centenário de nascimento — 1873/1973. (Em preparo).
- *A poesia popular brasileira*, por Celso de Magalhães. Introdução e notas de Braulio do Nascimento.

Série B — Catálogos e Bibliografias

- *Thomas Ender*. Catálogo de desenhos, por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha.
- *Sermões Impressos dos Autos da Fé*. Bibliografia, por Rosemarie Erika Horch.
- *A Coleção de Estampas "Le Grand Théâtre de l'Univers"*. (I) Índice, por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha.
- *O Rio de Janeiro através das Estampas Antigas*. Catálogo, por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha.
- *Bibliografia do Folclore Brasileiro*, por Braulio do Nascimento. ("Prêmio João Ribeiro", da Academia Brasileira de Letras).
- *O Teatro no Brasil*. Índice de legislação (1808/1970), por Celeste Magalhães (em preparo).
- *Bibliografia Prévia de Leandro Gomes de Barros*, por Sebastião Nunes Batista.
- *Modernismo Brasileiro*. Bibliografia, por Xavier Placer.
- *O Naturalismo no Brasil*. Bibliografia, por Gilda O. Neves (em preparo).
- *História da Educação no Brasil*. Bibliografia, por Déa M. Tomé (em preparo).
- *A Coleção de Estampas "Le Grand Théâtre de l'Univers"*. (II) Índice, por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha (em preparo).
- *Catálogo dos Folhetos de Cordel da Biblioteca Nacional*, por Braulio do Nascimento (em preparo).

Composto e Impresso nas Oficinas
do Serviço Gráfico da Fundação
IBGE — Av. Brasil, 15.671 — GB.